



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA
DOUTORADO ACADÊMICO



RUTE HOLANDA LOPES

A INSERÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES EM CADEIAS
PRODUTIVAS GLOBAIS: Um estudo da produção de óleo de buriti
(*Mauritia flexuosa*) na Comunidade Santo Antônio do Abonari

MANAUS – AMAZONAS
2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA
DOUTORADO ACADÊMICO



PPG/CASA

RUTE HOLANDA LOPES

A INSERÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES EM CADEIAS
PRODUTIVAS GLOBAIS: Um estudo da produção de óleo de buriti
(*Mauritia flexuosa*) na Comunidade Santo Antônio do Abonari

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia – PPG/CASA como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências Ambientais.

Área de concentração: Dinâmicas Socioambientais.

Orientador: Prof. Dr. Hiroshi Noda

MANAUS – AMAZONAS
2015

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L864i Lopes, Rute Holanda
A INSERÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES EM CADEIAS
PRODUTIVAS GLOBAIS: : Um estudo da produção de óleo de
buriti (*Mauritia flexuosa*) na Comunidade Santo Antônio do Abonari
/ Rute Holanda Lopes. 2012
176 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Hiroshi Noda
Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na
Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Agricultura Familiar. 2. Amazônia. 3. Pluriatividade. 4.
Sustentabilidade. I. Noda, Hiroshi II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título

RUTE HOLANDA LOPES

A INSERÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES EM CADEIAS PRODUTIVAS GLOBAIS: Um estudo da produção de óleo de buriti (*Mauritia flexuosa*) na Comunidade Santo Antônio do Abonari

Esta Tese de Doutorado foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de **Doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia** da Universidade Federal do Amazonas.

Orientador: Prof. Dr. Hiroshi Noda

Manaus, 22 de julho 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hiroshi Noda
Presidente

Comissão Julgadora:

Kátia Viana Cavalcante
.....
Prof. Dra. Kátia Viana Cavalcante
CPF nº: 130347742-49

Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão
.....
Prof. Dra. Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão
CPF nº: 321.316.582-49

Elizabete Brocki
.....
Prof. Dra. Elizabete Brocki
CPF nº: 767391207-49

Rita de Cássia Guimarães Mesquita
.....
Prof. Dra. Rita de Cássia Guimarães Mesquita
CPF nº: 210970582-34

Paulo de Tarso Barbosa Sampaio
.....
Prof. Dr. Paulo de Tarso Barbosa Sampaio
CPF nº: 07596413234

MANAUS - AMAZONAS
2015

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida , por iluminar e guiar meu caminho e me capacitar para construção deste trabalho;

Aos meus pais Verônica e Reginaldo, pelo exemplo, carinho e amor.

Ao Ocenil, pelo amor, companheirismo, apoio, amizade e carinho.

Ao professor Dr. Hiroshi Noda, pela tranquilidade em tê-lo como orientador, por sua competência, transmissão de conhecimentos, direcionamento e paciência.

Ao Professor Dr. José Castro, pela indicação da Comunidade Santo Antônio do Abonari e pelas indicações e informações para norteamento deste trabalho.

Ao Sr. Jorge Grilo e ao Sr. João Basílio Filho, pela oportunidade de conhecer a comunidade e acompanhar o processo produtivo do óleo de buriti e, principalmente, por todo conhecimento e experiências compartilhados.

A todos os moradores da Comunidade Santo Antônio do Abonari, pela acolhida, disponibilidade e importante contribuição para realização deste trabalho.

À Kátia Cavalcante pela companhia nas primeiras visitas à comunidade e a Ocenil Alves por estar ao meu lado, atenuando os percalços durante as viagens para coleta de dados e entrevistas.

Aos professores do PPGCASA - UFAM, em especial: Henrique Pereira, Sandra Noda, Therezinha Fraxe, Elimar Nascimento (UnB) por toda experiência e conhecimento compartilhados.

Ao Carlos (Tijolo), Fernanda e Maysa pela amizade, presteza, paciência e apoio durante todo o curso.

Aos colegas de Doutorado Beatriz, Charlene, Eron, Hamida, Jocilene, Marcelo, Paula, Samia, Suzy, Tháisa, pela oportunidade de convívio e aprendizado.

Aos colegas e professores do DINTER UnB-UEA em Desenvolvimento Sustentável, por me acolherem como aluna especial, principalmente a Kátia, Tássio, Lileane, Gesuete e Salomão.

À Kátia Cavalcante e Suelânia Figueiredo, pelo apoio, amizade e parceria.

A FAPFAM - Fundação de Apoio a Pesquisa na Amazônia pelo apoio financeiro, fundamental ao desenvolvimento desta pesquisa.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para construção deste trabalho.

Epígrafe

“Promover o eco desenvolvimento é, no essencial, ajudar as populações envolvidas a se organizar, a se educar, para que elas repensem seus problemas, identifiquem as suas necessidades e os recursos potenciais para conceber e realizar um futuro digno de ser vivido, conforme os postulados de justiça social e prudência ecológica”.

Ignacy Sachs

RESUMO

O debate sobre a sustentabilidade trouxe a conscientização acerca das agressões ambientais e alguns consumidores passaram a requerer produtos naturais cujo uso e exploração provoque mínimos impactos, tornando-se um nicho de mercado para estes produtos. A Amazônia desponta como estoque dessas novas fontes de matérias-primas, assim as empresas passaram a buscar seus fornecedores nas comunidades rurais desta região. Partindo deste cenário, o objetivo deste trabalho foi o de analisar a inserção das famílias agricultoras de uma localidade denominada regionalmente de comunidade de Santo Antônio do Abonari, na dinâmica produtiva do óleo de buriti para atendimento a empresas do Pólo Industrial de Manaus e, as consequências sociais, econômicas e ambientais daí decorrentes. As unidades familiares de produção da Comunidade Santo Antônio do Abonari, localizada no município de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas, praticam a pluriatividade proporcionando fontes de renda diversificadas e permitindo um orçamento familiar estável ao longo do ano. Com o passar dos anos Santo Antonio do Abonari ganhou destaque local pela produção de fruto do buriti, foi identificada como uma potencial fornecedora de óleo e, em 2005, implantou-se na sede de sua associação comunitária, uma miniusina para produção de óleo de buriti. Neste estudo, a estratégia metodológica utilizada foi a da pesquisa qualitativa, com o uso de entrevistas e formulários de pesquisa de campo aplicados aos agricultores familiares, sujeitos da pesquisa. Os dados foram analisados considerando-se a complexidade sistêmica da realidade. Para tanto, contextualizou-se o processo de formação socioeconômica da comunidade e o perfil de seus moradores. Foram caracterizados, também, os procedimentos e as técnicas adotadas pelos agricultores, os produtos gerados, consumidos e comercializados e a renda monetária resultante das atividades agroextrativistas, da pluriatividade e das políticas sociais. Concomitante a estes procedimentos, realizou-se o resgate histórico do processo de inserção produtiva do buriti na comunidade estudada, por meio da criação de uma Associação constituída pelos agricultores familiares. Constatou-se, com o resgate histórico, o fato da adesão e o empenho inicial da comunidade na produção de óleo. No entanto, pôde-se perceber que o relacionamento da Associação com as empresas compradoras de óleo de buriti, atuantes no mercado, foram extremamente desfavoráveis, não somente em relação ao atendimento às exigências aos padrões de qualidade, quantidade e prazos como pelas severas deficiências atribuídas à Associação, decorrente da falta de pessoal qualificado nos seus quadros, das dificuldades na gestão econômico-financeira da entidade, como também quanto à negociação com empresas compradoras e cumprimento de acordos comerciais. Verificou-se que a inclusão de uma comunidade de agricultores familiares na economia global precisa ser planejada através de um estudo profundo que envolve uma equipe multidisciplinar para a avaliação inicial e também um processo de acompanhamento durante o primeiro ciclo de produção. para garantir a manutenção de condições comerciais para uma boa produção e práticas de gestão de controle financeiro. O setor público deve fornecer a prestação de assistência técnica, supervisão e busca de acordos comerciais para garantir o cumprimento dos contratos e acordos dentro dos prazos e valores combinados de forma a trazer a confiança de comunidade na atividade, retornos financeiros e uma vida de boa qualidade para essas populações. Na Comunidade em estudo, o ambiente é o lugar onde a atividade humana é capaz de produzir e reproduzir os bens materiais e culturais necessários à manutenção das famílias. Culturalmente, a ligação da comunidade com o buriti está relacionada à valorização da sua própria existência. Por isso, a forma como esses agricultores familiares relacionam-se com o ambiente é a garantia da sustentabilidade de suas práticas produtivas e dessa forma, é garantida a conservação de todos os elementos, materiais e culturais, envolvidos no processo.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar; Amazônia; Pluriatividade; Sustentabilidade.

ABSTRACT

The debate on sustainability has brought awareness about the environmental aggressions and some consumers now require natural products whose use and exploitation causes minimal impacts, making it a market niche for these products. The Amazon is emerging as repository of these new sources of raw materials and the companies look the rural communities as their suppliers. The objective of this study was to analyze the integration of the farming families of a place called regionally Santo Antonio do Abonari community in the productive dynamics of buriti oil for the corporate segment of the Industrial Pole of Manaus, and the social, economic and environmental consequences thereof arising. Family units at the Community of St. Anthony Abonari, in the municipality of Presidente Figueiredo, state of Amazonas, practice pluriactivity providing diversified sources of income and allowing a stable family budget throughout the year. Over the years Santo Antonio do Abonari won local highlight for producing fruit of buriti, being identified as a potential supplier of buriti oil and in 2005 implemented a miniplant to Buriti oil production at the headquarters of his community association. The methodological strategy used in this study was qualitative research, using interviews and field research forms with family farmers. Data were analyzed considering the systemic complexity of reality. Therefore, it was contextualized up the socioeconomic formation process of the community and the profile of its residents. Were also characterized, procedures and techniques adopted by farmers, the products generated, consumed and marketed and the resulting monetary income of agro-extractive activities, the pluriactivity and social policies. Concurrent held the historic rescue of the productive integration process of buriti oil in the community through the creation of an Association made up by family farmers. It was found with the historical rescue the fact of accession and the community's initial commitment to producing oil. However, the Association's relationship with the buriti oil purchasing companies, active in the market were extremely unfavorable not only in relation to compliance with the requirements for standards of quality, quantity and deadlines as by severe deficiencies attributable to the Association staff shortage qualified in his staff. for economic and financial management of the organization, but also for negotiation with buying companies and compliance with trade agreements. It was found that the inclusion of a community of family farmers in the global economy needs to be planned through a deep study involving a multidisciplinary team for the initial evaluation and also a monitoring process during the first production cycle. to ensure maintenance of trading conditions for good production practices management and financial control. The public sector must provide the provision of technical assistance, supervision and search of trade agreements to ensure compliance with contracts and agreements within the time limits and combined values in order to bring confidence of community in the activity, financial returns and a good quality life to these populations. In the Community, the environment is the "place" where human activity is capable of producing and reproducing the material and cultural goods needed to maintain families. Culturally, a community liaison with the Buriti is related to the valuation of its own existence. So how these farmers are related to the environment ensures the sustainability of their production practices and thus conservation is guaranteed of all the elements, materials and cultural involved.

Key Words: Amazon; Family Farming; Pluriactivity; Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Organograma das atividades executadas. Período: 2011-2015.....	19
Figura 02: Localização geográfica da Comunidade Santo Antônio do Abonari, Presidente Figueiredo, AM - Brasil.....	28
Figura 03: Marcos históricos para a Comunidade Santo Antônio do Abonari em Presidente Figueiredo, AM.....	34
Figura 04 - Mapa detalhado da Comunidade Santo Antônio do Abonari. Presidente Figueiredo, AM.....	44
Figura 05 - (A) Quintais com fruteiras e criação de galinhas (B) Cultivo de pimentas e cebolinhas em canteiros suspensos. Comunidade Santo Antonio do Abonari.....	45
Figura 06: Estrutura fundiária na Comunidade Santo Antônio do Abonari (2012).....	48
Figura 07: Serviços e equipamentos públicos acessíveis na Comunidade Santo Antônio do Abonari. Presidente Figueiredo, AM. (A) Posto de Saúde e veículo do Programa Saúde no Campo (B) Consultório Odontológico.....	52
Figura 08: Serviços e equipamentos públicos acessíveis na Comunidade Santo Antônio do Abonari: Presidente Figueiredo, AM. (A) Escola Municipal Nova Jerusalém; (B) Transporte Escolar intercomunitário.....	53
Figura 09: Serviços e equipamentos privados acessíveis na Comunidade Santo Antônio do Abonari. Presidente Figueiredo, AM. (A) Mercadinho Itinerante: Caminhão Baú; (B) Bar e Mercadinho Pimentinha.....	55
Figura 10: Figura 10: Idade e tempo de vida dos moradores da Comunidade Santo Antônio do Abonari, Presidente Figueiredo, AM. n=12.....	59
Figura 11: Escolaridade dos moradores da Comunidade Santo Antônio do Abonari, em Presidente Figueiredo, AM. n=12.....	60
Figura 12: Estado Civil dos moradores da Comunidade Santo Antônio do Abonari, em Presidente Figueiredo, AM. n=12.....	61
Figura 13: Equipamentos domésticos nas residências na Comunidade Santo Antônio do Abonari. Presidente Figueiredo, AM.....	62
Figura 14: Buritizeiros em Santo Antônio do Abonari: (A) Lago 3 e (B) ao longo do Ramal da Serragro.....	74
Figura 16: : Buritizeiros: (A) Plantas adultas (20 metros, aprox.); (B) Plantas jovens.....	77
Figura 16: Buritizeiros próximos as residências no Ramal da Serragro, Comunidade Santo Antônio do Abonari em Presidente Figueiredo, AM.....	78
Figura 17: Primeira reunião dos associados da Associação ABORITI com a Empresa C.....	80

Figura 18: Coleta de frutos de buriti: Escalada e corte dos cachos (A); Debulhagem dos cachos (B).....	88
Figura 19: Transporte de frutos de buritis. (A) Transporte do local de coleta até o caminhão; (B) Carregamento do caminhão de transporte.....	70
Figura 20: Beneficiamento de frutos e buriti para extração de óleo: (A) Diferenciando os buritis; (B) Seleção de frutos maduros.....	91
Figura 21: Processamento de frutos de buriti para extração da polpa. (A) Lavagem em tanque de aço; (B) Lavagem em mesa; (C) Despolpa mecânica; (D) Armazenamento da polpa.....	71
Figura 22: Processamento de frutos de buriti. (A) Máquina quebradeira de frutos (B) Retirada das sementes de buriti.....	96
Figura 23: Processamento de frutos de buriti. (A) Máquina trituradora de polpa seca (B): Polpa secando na lona ao sol.....	97
Figura 24: Extração do óleo de buriti. (A) Prensagem para extração do óleo de buriti; (B) Coleta do óleo do buriti.....	98
Figura 25: Sequência dos processos produtivos desenvolvidos na miniusina da Associação ABORITI.....	106
Figura 26: : Principais problemas identificados na produção de óleo de buriti na Associação ABORITI.....	116
Figura 27: Sustentabilidade ambiental, econômica e social da produção de óleo de buriti pela Associação ABORITI.....	118
Figura 28: Produção Agrícola de unidades familiares na Comunidade Santo Antônio do Abonari.....	126
Figura 29: Produção de farinha na Comunidade Santo Antônio do Abonari. (A) Casa de Farinha; (B) Processamento de raízes de mandioca.....	127
Figura 30: Origem e estimativa dos rendimentos das unidades familiares.....	134
Figura 31: Gastos familiares e destino da renda das unidades familiares.....	137
Figura 32: Origem das compras dos entrevistados.....	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Presidentes da Associação Comunitária Santo Antônio do Abonari.....	41
Tabela 2: Procedência e tempo de permanência das Unidades Familiares (UF) na Comunidade Santo Antônio do Abonari, Presidente Figueiredo, AM.....	58
Tabela 3: Tempo de trabalho nas atividades de Coleta e transporte dos frutos de Buriti.....	89
Tabela 4: Dados representando o Demonstrativo financeiro da produção inicial de óleo.....	108
Tabela 5: Participação das Unidades Familiares em atividades de extrativismo, processamento e produção de óleo de buriti.....	115
Tabela 6: Composição de Rendimentos monetários mensal de Unidades Familiares na Comunidade Santo Antônio do Abonari.....	135
Tabela 7: Principais componentes da dieta alimentar dos agricultores familiares...	138

LISTA DE ABREVIATURAS

ABORITI - Associação Comunitária de Santo Antonio do Abonari

ADS - Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

AFLORAM - Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas

AIAF - Ano Internacional da Agricultura Familiar

APA - Área de Proteção Ambiental

BEC - Batalhão de Engenharia e Produção

CDH - Conselho de Desenvolvimento Humano (Amazonas)

CIGS - Centro de Instrução de Guerra na Selva

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FDH - Fundo de Desenvolvimento Humano do Estado do Amazonas

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas

IMAFLOA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LANDSAT - Land Remote Sensing Satellite

PIB - Produto Interno Bruto

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEFAZ/AM - Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas

SEMMA - PF - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Presidente Figueiredo

SEPROR - Secretaria de Estado de Produção Rural do Amazonas

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....	18
ÁREA DE ESTUDO: COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO DE ABONARI.....	27
CAPÍTULO 1. COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO DO ABONARI: agricultores familiares na Amazônia no século XXI	31
INTRODUÇÃO.....	31
RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	34
Formação Histórica.....	34
Ramal da Serragro - Comunidade Santo Antônio do Abonari.....	42
Equipamentos e serviços sociais públicos e privados.....	48
Perfil socioeconômico dos agricultores extrativistas da Comunidade Santo Antônio do Abonari.....	57
CAPÍTULO 2 - EXTRATIVISMO NA ERA DA SUSTENTABILIDADE: a inclusão de agricultores no Mercado Global?	65
INTRODUÇÃO.....	65
RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	73
Os buritizeiros do Abonari.....	73
Introdução da produção de óleo na Comunidade Santo Antônio do Abonari.....	79
Coleta do buriti.....	83
Processo produtivo.....	90
Produção da polpa buriti.....	91
Processamento do óleo de buriti.....	94
Destino material e cultural do buriti em Santo Antônio do Abonari.....	99
CAPÍTULO 3 - SUSTENTABILIDADE NA PRÁTICA: entre o discurso e a realidade	102
INTRODUÇÃO.....	102
RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	104
O choque com a realidade: o fator externo a produção de óleo de buriti.....	104
O fator interno na Comunidade Santo Antônio do Abonari.....	112
Sustentabilidade da produção de óleo na Comunidade Santo Antônio do	

Abonari.....	117
CAPÍTULO 4 - AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA: pluriatividade, multifuncionalidade e meio ambiente.....	124
INTRODUÇÃO.....	124
RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	126
Formas de produção e de comercialização na Comunidade Santo Antônio do Abonari.....	126
Formação de renda na Comunidade Santo Antônio do Abonari.....	130
Hábitos de consumo.....	136
CONCLUSÕES.....	143
REFERÊNCIAS.....	148
APÊNDICES	155
ANEXOS	174

INTRODUÇÃO

Face à crescente deterioração ambiental provocada pelos processos produtivos atuais, a questão da sustentabilidade vem sendo mantida no centro do debate acadêmico e incorporada em todos os setores da sociedade, sob variadas formas de discursos e práticas, nas pessoas, sociedades, governos e empresas. A discussão em torno desta temática abrange as dimensões sociais, econômicas e ambientais (SACHS, 2003) e perpassam a produção industrial, a legislação ambiental governamental e o comércio internacional, ressaltando a complexidade e o caráter sistêmico que as entrelaçam.

A massificação e padronização do consumo tornou realidade e modelo na economia capitalista vigente. A partir da globalização da economia, a sobrecarga ambiental majorou-se com o aumento da exploração dos recursos naturais e conseqüentemente elevação do descarte dos produtos considerados obsoletos, que resulta do que Latouche (2009) denominou de "pilares da sociedade consumista" ou "trio infalível": a publicidade, o crédito e a obsolescência programada. O avanço tecnológico e seus impactos mostram-se praticamente ilimitados e afetaram a vida das pessoas independente da diversidade étnica, cultural ou geográfica.

Com o despertar da consciência ambiental, iniciou-se um processo de mudança no comportamento do consumidor que passa a exigir das empresas produtoras e vendedoras posturas de respeito e até mesmo de defesa ao meio ambiente, incluindo a prática da coleta ou produção de matéria prima, as populações envolvidas, os processos de industrialização, distribuição, comercialização e, mais recentemente, o de descarte. Como resposta a esta tendência, a indústria de produtos cosméticos reagiu rapidamente. Já na década de 1970, surgem as primeiras empresas produtoras de cosméticos de base natural, que utilizaram-se de matérias-primas e de temas que envolvem a questão da sustentabilidade ambiental como diferencial competitivo ou como apelo de mercado.

Esse novo cenário produtivo trouxe ao Estado do Amazonas a possibilidade de viabilizar a inclusão das populações rurais na cadeia produtiva de cosméticos. Isso porque os insumos utilizados tradicionalmente pelos amazônidas passaram a compor produtos cosméticos artesanais e, posteriormente, foram incorporados à

indústria regional, nacional e internacional destes produtos, como a Pronathus da Amazônia, O´Boticário, Natura, *The Body Shop*, *L’Oreal*, *Clinique*, entre outras.

Observa-se, de um lado, as grandes empresas de um mundo globalizado que produzem e incentivam o consumo em massa e, de outro, as populações e as sociedades regionais, seus recursos naturais e culturais em busca da preservação. Neste sentido, Hall (1997) destaca que ao lado da homogeneização global coexiste a fascinação em relação às diferenças e mercantilização da etnia e alteridade, há um novo interesse pelo local. E é este interesse global pelo local que potencializa a atratividade dos conhecimentos e saberes da população tradicional amazônica sobre o manejo e aplicação da biodiversidade local na medicina e na cosmetologia.

Neste contexto, a Amazônia surge como estoque natural de matéria-prima e como um sítio de bioprospecção a ser estudado, identificado e catalogado por meio de pesquisas científicas exploratórias e da investigação de usos e saberes das populações tradicionais. Utilizar produtos extraídos de forma sustentável da Floresta Amazônica, sinônimo global de natureza, desperta o interesse dos consumidores preocupados em preservar o meio ambiente e melhorar as condições de vida das populações da floresta.

A indústria produtora de cosméticos tem como característica marcante a utilização de ferramentas de *marketing* para garantir e fidelizar seu mercado consumidor, assim utilizam a sustentabilidade e o apelo do natural como diferencial competitivo. Teoricamente, a inclusão de comunidades amazônicas na cadeia produtiva de cosméticos traz desenvolvimento para estas comunidades pelo aumento de renda, acesso a bens e serviços, melhoria das condições de vida e de trabalho, por meio da extração de óleos vegetais de forma sustentável.

Esse processo inicia-se pela identificação de uma comunidade onde determinada matéria-prima seja abundante, seguida de instalação de uma miniusina de beneficiamento e da qualificação de alguns agricultores e de lideranças comunitárias para realização da produção e comercialização. Geralmente, há a criação ou fortalecimento de associações ou cooperativas para alicerçarem este processo. Dentre estas, identificou-se a comunidade Santo Antônio do Abonari que

produz óleo de buriti e comercializa por meio da Associação Comunitária Santo Antônio do Abonari – ABORITI, para algumas empresas nacionais e internacionais.

Na Amazônia, a agricultura e o extrativismo fazem parte do modo de vida e estas práticas já dominavam a forma de produção e sustento muito antes da chegada dos europeus. As populações indígenas que povoavam a região sempre se mantiveram com esta atividade e muitas etnias sobrevivem neste sistema até os dias atuais. Os habitantes da floresta a veem como sua morada e de seus ancestrais, como um ambiente conhecido e acolhedor, objeto de seu saber e de suas crenças, fonte de sua subsistência (RÊGO, 1999).

A agricultura familiar compõe naturalmente este contexto e a pluriatividade agrícola torna-se essencial para a manutenção da renda familiar durante todo o ano, uma vez que a sazonalidade da produção exige a combinação de diversas atividades para garantia do sustento familiar e da unidade produtiva, como plantio, criação de animais e inclusive atividades não agrícolas e externas à propriedade (ALVES, 2002).

A combinação de múltiplas atividades em uma área de terra de pequeno porte causa agressões de menor impacto e dispersas no ambiente, além disso as rendas externas atendem às necessidades familiar, reduzindo a pressão sobre o ambiente. Noda, Noda e Martins (2002) mostram que a exploração agropecuária de grande porte baseia-se na racionalidade produtiva em escala, necessitam de ambientes totalmente modificados, de onde se retiram toda a cobertura vegetal para adaptá e sistematizá-lo à mecanização e ao monocultivo. Ressaltam, ainda, que os impactos causados pela agricultura familiar são muito menores, considerando que é necessário otimizar os recursos disponíveis, uma vez que os recursos obtidos fora do sistema produtivo são de difícil acesso.

Desde a habitação, o homem amazônico, o índio, o caboclo, o ribeirinho, precisam extrair a madeira e as folhas das palmeiras para a construção de sua moradia. A canoa, seu meio de transporte principal também vem das árvores da floresta, assim como o seu alimento, seja a caça, o peixe ou frutos e sementes como o açaí, o buriti, a castanha. Outros produtos, utilizados na medicina popular amazônica por meio da transmissão geracional da cultura, são, também, obtidos na

floresta. Portanto, a ligação dessas populações com a floresta e com o extrativismo é milenar e faz parte da sua vida dos moradores destes locais.

A transformação de produtos resultantes de atividades extrativistas em mercadorias e a inserção dessas na economia capitalista globalizada é o elemento novo. Essas populações humanas têm um ritmo de vida próprio, baseado nos ciclos da natureza, relacionam-se com mercados locais, com atravessadores ou, ainda, recebem suporte da administração pública para que seus produtos sejam vendidos nos centros urbanos regionais. Inserir-los em um mercado global com demandas complexas, exigências de prazos, volume e especificações técnicas quanto à qualidade e homogeneidade do produto, causa mudanças na dinâmica social e produtiva destas comunidades.

As teorias de desenvolvimento locais ou regional, nas últimas décadas, têm apontado para a identificação de vocações regionais com potencial para o desenvolvimento endógeno e manutenção de uma atividade econômica com capacidade para desencadear um processo de crescimento fomentador de outras atividades e capaz de perpetuar-se na manutenção dos recursos e da população humana vinculada a esta atividade.

Na comunidade Santo Antônio do Abonari, o buriti (*mauritia flexuosa*) é um produto endógeno, uma vez que é nativo da região amazônica, nasce de forma espontânea em áreas alagadiças na floresta e em seu entorno. Os produtos extraídos desta planta são consumidos pela população local, como alimento, no artesanato e na construção de moradias. Neste contexto, o exógeno são as tecnologias introduzidas para o processamento e beneficiamento do buriti e a interligação da comunidade com o mercado globalizado ocorrida nas relações estabelecidas nas transações comerciais deste produto. O trabalho empreendido objetivou:

- ✓ Analisar o processo de inserção da atividade de produção de óleo de buriti na comunidade Santo Antônio do Abonari, no Município de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas e, —as consequências sobre a sustentabilidade desta atividade.

Especificamente, buscou:

- ✓ Caracterizar o estágio de desenvolvimento socioeconômico, por meio de sua formação histórica e do perfil socioeconômico dos agricultores familiares que participam direta ou indiretamente da produção de óleo de buriti.
- ✓ Descrever as formas de manejo, coleta, processamento e comercialização da produção de óleo de buriti.
- ✓ Analisar o contexto de inserção da Comunidade Santo Antonio do Abonari no mercado competitivo global e sua sustentabilidade, considerando as dimensões ambiental, econômica e social.
- ✓ Contextualizar a relação da Comunidade Santo Antônio do Abonari com o mercado global a partir das atividades desenvolvidas, da formação de renda da comunidade e hábitos de consumo.

A estrutura do trabalho foi dividida em: Introdução, Estratégias Metodológicas, Área de Estudos, em quatro capítulos como descrito, a seguir, acrescidos das Conclusões e da Literatura Citada:

No Capítulo 1, resgatou-se historicamente o processo de formação da comunidade e caracterizou-se socioeconomicamente a Comunidade Santo Antônio do Abonari, ressaltando aspectos importantes do perfil dos agroextrativistas da Amazônia no século XXI.

No Capítulo 2, foram analisados os resultados relacionados às atividades de coleta e processamento de frutos de buriti para produção de óleo e os impactos sobre a sustentabilidade ambiental, social e econômica provocados na comunidade.

No Capítulo 3, foram descritos os processos de negociação ocorridos entre a comunidade e os agentes externos envolvidos na comercialização do óleo de buriti e analisados os resultados advindos do processo de inserção da comunidade no mercado.

No Capítulo 4, foram apresentados os aspectos econômicos da comunidade relacionados à produção agrícola e extrativista, origem e formação da renda familiar e os hábitos de consumo, procurou também avaliar o nível de dependência das famílias em relação ao mercado.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A pesquisa científica buscou investigar a atividade de produção de óleo na Comunidade Santo Antônio de Abonari com o objetivo de conhecer como esta ocorre, quais influências recebe e como interage com o meio em que se insere. De um modo geral, o objeto de estudo deve ser explorado por meio de um olhar direcionado por determinada ciência. No entanto, a partir da difusão do estudo ambiental, percebeu-se a complexidade das inter-relações que envolvem as questões estudadas com este enfoque, neste sentido Capra (2006) ressalta que a medida que se estudam os problemas de nossa época, mais percebemos que são problemas sistêmicos e que não podem ser entendidos isoladamente.

O termo "complexo" origina-se do Latim *complexus*, ou seja, o que está tecido em conjunto, como numa tapeçaria. Portanto, no complexo os constituintes heterogêneos estão inseparavelmente associados e integrados, sendo ao mesmo tempo uno e múltiplo (VASCONCELLOS, 2002). O pensar de forma complexa une saberes e ferramentas de diferentes campos da ciência. O método do pensamento complexo é a ativação de princípios anticartesianos e pós-cartesianos, no sentido de que não rejeita os resultados da ciência reducionista, mas descobre a possibilidade de recusar as suas limitações, ou seja, não se prende à modelização dos problemas propostos (PENA-VEIGA e NASCIMENTO, 1999).

Portanto, para se estudar uma realidade sistêmica e complexa, precisa-se de uma nova forma de olhar, analisar, discutir, uma nova forma de pensar, que por Leff (2011), foi denominada de saber ambiental. O saber ambiental, não se limita ao estudo ecológico, ambiental, socioeconômico, ele transcende. O mesmo autor, ressalta ainda que o saber ambiental emerge do espaço de exclusão gerado no desenvolvimento das ciências centradas em seus objetos de conhecimentos, o saber ambiental excede as "ciências ambientais", para se abrir ao terreno dos valores éticos, dos conhecimentos práticos e dos saberes ambientais.

Desta forma, ao se investigar a inserção da atividade de produção de óleo de buriti na comunidade Santo Antônio do Abonari em Presidente Figueiredo - Amazonas, optou-se por combinar diversos instrumentos na busca pelo entendimento da realidade estudada de forma sistêmica dentro da complexidade

que este objeto de estudo detém. Analisou-se assim, os fatores intrínsecos da formação histórica, o perfil dos agricultores, considerando ainda as formas de produção, comercialização e origem da renda familiar, bem como o processo produtivo do óleo de buriti e inserção da atividade na comunidade.

A partir da visão holística, buscou-se entender a realidade local de um ambiente rural regulado basicamente pelos ciclos da natureza e pela interação com um mercado global, competitivo, com exigências como prazos e qualidade e investigar as mudanças no paradigma produtivo global que levaram a inserção desta comunidade na cadeia de suprimentos da indústria de cosméticos, agrupando e relacionando assim elementos de óticas distintas para subsidiar as inferências sobre a inserção e o destino da atividade de produção do óleo de buriti nesta comunidade.

Apoiando-se em Sachs (2002) tem-se que o estudo da sustentabilidade deve ter três pilares básicos que são o social, o econômico e o ambiental. Portanto, em um estudo sobre questões permeadas por essa temática, deve utilizar ferramentas que sejam capazes de capturar observações sob estas três óticas nas fases distintas da pesquisa como apresentado e detalhado na Figura 1.

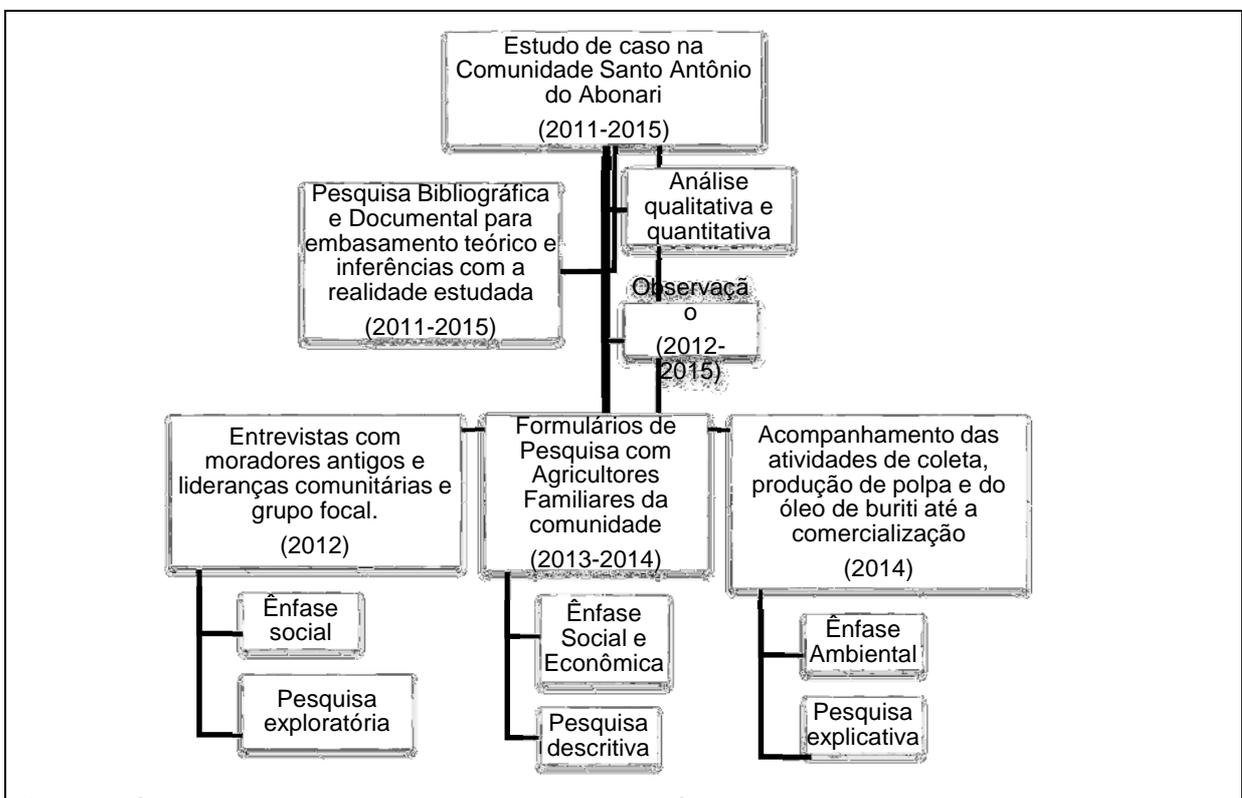


Figura 1: Organograma das atividades executadas. Período: 2011-2015

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Desta forma, esta pesquisa caracterizou-se como Estudo de Caso tendo como objeto de estudo a inserção da produção de óleo de buriti na Comunidade Santo Antônio do Abonari, onde se buscou analisá-la de forma sistêmica e complexa, com um olhar holístico dentro da realidade em que se insere. Yin (2010) coloca o estudo de caso como uma investigação empírica que se aplica ao estudo de um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, o que se coaduna a este caso.

Em visão complementar, Vayda (1983) ressalta que no estudo de caso deve-se buscar o entendimento holístico do que está sendo analisado, por meio da “contextualização progressiva” dos fenômenos correspondentes ao processo de interação entre o ser humano e o ambiente e estes devem ser vistos dentro de um contexto cada vez mais amplo e mais denso com finalidades específicas.

De acordo com o que foi apresentado, temos que para um melhor entendimento do objeto estudado o método escolhido foi o Estudo de Caso, que proporciona um maior aprofundamento da pesquisa ao se deter em um objeto predeterminado, com características únicas. Para tanto, foram escolhidas metodologias e ferramentas como apresenta a Figura 1.

No enfoque social, buscou-se compreender as dinâmicas sociais daquela comunidade, como vivem, se relacionam, o que os motiva a viver na comunidade, de onde vieram, seus hábitos alimentares, onde e como acessam equipamentos e serviços públicos e privados.

No enfoque econômico, o objetivo foi o de entender as lógicas de mercado, como e para quem produzem, onde comercializam a produção, quais os hábitos de consumo, a origem e o destino das rendas dos comunitários.

No enfoque ambiental, investigou-se a interação da comunidade com o ambiente considerando-se as formas de produção, mas principalmente, o processo de coleta do buriti, onde e como colhem, as quantidades retiradas da floresta, os critérios utilizados na seleção dos buritizeiros, a renovação da espécie e seu potencial produtivo.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Pesquisa via portal Plataforma Brasil, **CAAE: 33885414.2.0000.5020**, Número do Parecer: **924.289**. Data da Relatoria: 09/12/2014 (Anexo).

Para uma averiguação inicial e em todas as fases foi realizado um estudo da bibliografia existente com o intuito de conhecer o debate acadêmico sobre a temática e contrapô-lo à realidade estudada. As principais fontes de pesquisa foram livros, teses, dissertações, revistas indexadas, artigos científicos e demais fontes que se mostraram úteis e confiáveis para a coleta de informações.

Em complemento à pesquisa bibliográfica, realizou-se a pesquisa de campo para coleta de dados relacionados ao estudo de caso. Para tanto, em cada fase desenvolveu-se uma metodologia própria que utilizou uma combinação de ferramentas das ciências sociais, econômicas e ambientais na busca pelo entendimento do modo de vida, das relações internas, das organizações sociais e econômicas, das formas de produção e do manejo dos recursos naturais que ocorrem na Comunidade Santo Antônio do Abonari, ao mesmo tempo em que se resgatou o processo histórico de inserção da atividade estudada, objetivou-se compreender como a introdução da atividade de produção do óleo de buriti ocorreu e influenciou estes aspectos.

Na pesquisa de campo, **as técnicas de observação** (participativa ou não participante) e **a entrevista** foram instrumentos primordiais em todas as fases de busca de informações complementares para uma maior compreensão da realidade estudada. A interação direta com os agricultores familiares proporcionou um melhor entendimento da realidade estudada e análise dos dados coletados.

Na fase de averiguação, utilizou-se da **pesquisa exploratória** e as ferramentas escolhidas para a construção deste estudo compuseram-se principalmente da pesquisa **bibliográfica, documental, observação e entrevistas** não estruturadas para levantamento de dados e conhecimento preliminar da comunidade.

Desta maneira, o foco foi o resgate do processo de formação histórica da comunidade, como também teve como objetivo interar-se dos modos de produção e

das formas de relacionamento social dos agricultores familiares, na comunidade objeto de estudo. Neste sentido, Cervo, Bervian e Silva (2007) esclarecem que a pesquisa exploratória é o passo inicial no processo de investigação e serve para buscar mais informações com o objetivo de familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele.

Este estudo foi desenvolvido principalmente nas duas primeiras visitas à comunidade nos meses de setembro e outubro de 2012. Nessas visitas, foram realizados os primeiros contatos com o presidente da comunidade o Sr. J. G; também foram realizadas entrevistas informais com alguns moradores para um entendimento inicial do cotidiano da comunidade e da atividade de produção de óleo de buriti, além de visita à miniusina. Além disso, ocorreu a participação em duas reuniões mensais dos agricultores associados. Nessas reuniões, a proposta de pesquisa foi apresentada à comunidade e contribuiu para que a pesquisadora interagisse mais com os moradores, de modo a conhecer suas histórias, o cotidiano da vida na comunidade e de como percebem a atividade de produção do óleo de buriti.

Durante esta fase da pesquisa, foi feito o resgate histórico da comunidade na busca pelo entendimento da forma de ocupação, como a atividade de produção do óleo de buriti foi inserida no contexto social e como foi aceita pela comunidade. As entrevistas, a pesquisa documental e a reconstrução histórica deste processo revelou as diversas fases e os papéis dos principais atores deste processo, bem como elencou os equipamentos sociais e serviços públicos e privados disponíveis, e as formas de organização social. Esta abordagem inicial permitiu, desta forma, a análise das estruturas de sustentabilidade social desta comunidade.

A partir das informações obtidas nas visitas iniciais, elaborou-se os instrumentos de pesquisa que serviram de base para coletas nas demais fases desta pesquisa. O principal instrumento foi o formulário de pesquisa (Apêndice D) aplicado aos agricultores familiares que estão envolvidos com a produção de óleo de buriti, roteiros de entrevistas semiestruturados direcionados aos líderes e moradores mais antigos e um roteiro livre para a técnica de grupo focal. (FLICK, 2009).

Os roteiros de entrevistas foram elaborados de forma direcionada para cada entrevistado, apontando-se quais pontos deveriam ser destacados durante a entrevista, considerando-se a contribuição que este poderia dar ao desenvolvimento deste trabalho a partir de sua história na comunidade e/ou associação. Estas entrevistas foram realizadas com os líderes comunitários em dois momentos: julho de 2013 e em fevereiro de 2014.

Dentre as lideranças, as entrevistas foram direcionadas ao presidente da comunidade e ao Administrador da Usina, os quais ofereceram dados mais precisos e o acesso a documentos como atas, notas fiscais, balanços da Associação. A partir da indicação dos demais moradores, entrevistou-se os comunitários que vieram para a região ainda como funcionários da SERRAGRO e fixaram moradia desde então, com o objetivo de resgatar o processo de formação socioeconômica da comunidade e da Associação Comunitária ABORITI, uma vez que vivenciaram todo o processo. Denker e Dá Viá (2001) ressaltam que na entrevista existe o contato pessoal que permite maior flexibilidade e dá a oportunidade de observar não apenas do entrevistado, mas também da situação como um todo, o que motivou a escolha desta técnica de pesquisa.

A técnica de grupo focal ocorreu em julho de 2013, na casa de um dos primeiros moradores, com a participação de cinco dos moradores mais antigos ainda residentes na comunidade, a fim de que pudesse ser resgatado o processo histórico de formação da comunidade e da inserção da produção de óleo de buriti.

Na ocasião foram feitas perguntas sobre a chegada destes à comunidade, o processo de ocupação da área e como foi realizado o processo de inserção da produção e a comercialização do óleo de buriti. Este processo foi direcionado na busca pela compreensão da realidade vivida pelos membros da comunidade, de forma que cada um pudesse contribuir com sua visão dos acontecimentos ao mesmo tempo em que a contrapunha com a dos demais, extrapolando os limites individuais ao se lembrarem de fatos relativos à história da comunidade e da associação com maior riqueza de detalhes (FLICK, 2009).

Finda esta etapa mais geral de contato e caracterização, deu-se início à fase da pesquisa em que os dados foram coletados por meio dos formulários

elaborados a partir da fase anterior. No estudo comunitário, **a pesquisa teve o foco descritivo** quanto às formas de produção na comunidade e no acompanhamento do processo produtivo do buriti, pois estudou suas características pela entrevista e observação estabelecendo relações entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais identificados durante a pesquisa. De acordo com Vergara (2000), a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou fenômeno ou, ainda, o **estabelecimento** de relações entre variáveis, ou seja, tornou-se descritiva ao observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos, por meio de formulários e da observação sistemática realizada durante a pesquisa e coleta dos dados.

Quanto à amostra, identificou-se que atualmente há na comunidade 16 famílias que ainda participam ou que participaram da produção do óleo de buriti, seja ativamente ou pela venda/doação dos frutos para a Associação ABORITI. Desta forma, a escolha dos entrevistados foi de forma não aleatória ou por julgamento. Hair *et al.* (2005) comentam que a amostragem por julgamento envolve a seleção de elementos para um fim específico e o julgamento do pesquisador é utilizado para selecionar os elementos que ele considera como população-alvo.

Dado a este pequeno universo amostral (16 famílias) que atendia às diretrizes da pesquisa dado os critérios de seleção estabelecidos, optou-se por entrevistar todos os envolvidos. No entanto, durante as visitas não foi possível abordar a todos, em dois casos os filhos não se sentiram à vontade para responder por não terem participado do processo com os pais ou por não conhecerem como são realizadas as conversas e negociações com a ABORITI e nos outros dois casos as casas estavam fechadas. Assim sendo, do universo das 16 famílias-alvos, 12 responderam ao formulário de pesquisa, sendo esta a amostragem final obtida nesta fase da pesquisa.

Durante a realização da pesquisa, com o enfoque social e econômico, buscou-se levantar as formas de produção, comercialização e relações comunitárias. Para tanto, foram aplicados 12 formulários de pesquisa com perguntas estruturadas na expectativa de se obter dados para subsidiar as análises levantadas a partir de perguntas padronizadas que permitissem a identificação de perfis,

comportamentos, hábitos de consumo, formas de produção e comercialização de seus produtos, conforme os objetivos da pesquisa.

No início de 2014 foi realizado um pré-teste com os formulários, no qual três famílias responderam aos questionamentos. Os demais foram aplicados após a autorização do Comitê de Ética em dezembro de 2014. O processo se iniciava com uma visita à residência e agendamento do melhor horário para a família, alguns se disponibilizavam a responder aos questionamentos imediatamente e outros preferiam um horário mais cômodo para família, o que foi respeitado.

Os locais foram escolhidos de acordo com o mais viável ao entrevistado, foram realizadas as entrevistas nas próprias residências, nas áreas de plantio, no lago comunitário durante a realização de atividades diárias e outros foram realizados caminhando-se pela propriedade, o que permitiu a demonstração do que estava sendo registrado no formulário. As perguntas foram direcionadas a um dos líderes da família, mas na maioria dos casos, o casal respondia conjuntamente, confrontando-se constantemente quanto aos dados perguntados.

As questões foram preponderantemente abertas, com o intuito de averiguar as percepções dos entrevistados e entender o modo como vivem, produzem e interagem com o mercado, bem como a inserção da comunidade em um mercado globalizado, por meio da produção do óleo de buriti para a cadeia produtiva de cosméticos.

A terceira etapa desta pesquisa em campo relaciona-se ao acompanhamento da coleta do buriti e pela produção do óleo deste na Mini-usina da Associação da Comunidade Santo Antônio do Abonari. Neste estágio, a pesquisa caracterizou-se além de descritiva, também como explicativa ao buscar os fatores que determinam as causas e razões para a ocorrência de determinados fatos como os problemas na produção e comercialização do óleo de buriti (GIL, 1999).

Desta forma, tornou-se uma **pesquisa explicativa** ao procurar determinar a razão, as causas dos fenômenos estudados, fundamentando o conhecimento científico ao analisar o material disponível e apontar quais as implicações trazidas pelas atividades de coleta, processamento e comercialização do óleo de buriti para a

comunidade Santo Antônio do Abonari, ao mesmo tempo em que continuou a ser descritiva ao relacionar as formas de coleta e produção praticadas na Comunidade.

Esta fase da pesquisa ocorreu durante três visitas à comunidade nos meses de maio a agosto de 2014. Cada uma durou em média 4 dias e possibilitou o acompanhamento das atividades produtivas. Durante cada visita um dos processos foi acompanhado detalhadamente.

No mês de maio de 2014, todo o processo de produção da polpa de buriti foi acompanhado, desde a recepção dos frutos, seleção, processamento, embalagem e armazenamento. Mediante a observação participante, etapa a etapa foi seguida, uma vez que a autora vivenciou todas as atividades deste processo produtivo, dialogando com os trabalhadores e trocando experiência.

No mês de junho de 2014, o mesmo processo foi realizado com a produção do óleo, quando foram acompanhadas todas as atividades do processo produtivo e a pesquisadora pode vivenciar todas as etapas realizadas pelas mulheres e observar as tarefas desenvolvidas pelos homens. Somente nesta visita, a pesquisadora pôde acompanhar todo o processo de coleta do buriti, desde a saída da Miniusina, transporte dos trabalhadores, seleção das palmeiras, derrubada dos cachos, ensacamento dos frutos e transporte das sacas de buriti do local de coleta até o caminhão e deslocamento de volta à Miniusina.

Todas as atividades da coleta, produção da polpa e do óleo de buriti foram acompanhadas, observadas, registradas e as informações sistematizadas em diários de campo de modo a servir de banco de dados para as análises de cada um destes processos.

Desta forma, a **coleta de dados** na pesquisa de campo, além do grupo focal, das entrevistas e dos formulários, ocorreu por meio de observação, anotações de campo, registro fotográfico e gravações de áudio e ou vídeo, todas autorizadas pelos participantes e pelos líderes comunitários conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C) assinados individualmente e o Termo de Anuência (Apêndice A) assinado pelo Presidente da Comunidade e pelo

Administrador da Miniusina, cujos documentos constam nos apêndices deste trabalho.

A **natureza da pesquisa foi qualitativa**, uma vez que as análises dos dados levantados na pesquisa de campo foram feitas de forma a considerar as observações da pesquisadora, as respostas dos entrevistados e o contexto em que aconteceram como forma de confrontar ou embasar os dados, buscando incluir dimensões subjetivas no discursos e nas respostas dos entrevistados. De forma complementar foram realizadas análises quantitativas, utilizando a estatística descritiva.

O enfoque qualitativo buscou entender a realidade estudada, suas manifestações e relações intrínsecas, de modo a identificar dentro da complexidade desta problemática, as interações sociais, econômicas e ambientais que foram desencadeadas a partir da inserção da atividade de produção do óleo de buriti. Neste sentido, Minayo (2006) coloca que qualquer investigação social deveria contemplar o aspecto qualitativo, uma vez que o objeto das ciências sociais, o sujeito do estudo é complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação.

ÁREA DE ESTUDO: Comunidade Santo Antonio do Abonari

A Comunidade Santo Antônio do Abonari foi formada durante a construção da BR 174 a partir de funcionários remanescentes da empresa SERRAGRO, uma madeireira autorizada a operar naquela localidade juntamente com o Exército Brasileiro durante o processo de execução da obra. Com o término da exploração madeireira no local, alguns funcionários fixaram-se e levaram familiares, constituindo as primeiras unidades produtivas agrícolas da comunidade e teve seu segundo impulso populacional com a construção da Hidrelétrica de Balbina na década de 1980.

Está localizada no município de Presidente Figueiredo - Amazonas, nas coordenadas 01°19'39.9"S e 60°22'55.0"O, caracteriza-se como uma localidade rural que se concentra principalmente no Ramal da Serragro com acesso exclusivo

pela BR 174, no quilometro 1.083 desta rodovia, a 95 km da sede municipal e a 200 quilômetros da capital do Estado, Manaus (Figura 2). A estrutura da comunidade é formada por este ramal principal e por 4 vicinais, nomeada numericamente de acordo com sua posição ao longo do ramal. A altitude da comunidade varia entre 78 e 108 metros acima do nível do mar. (SEMMA-PF, 2013)

O clima é quente e úmido e segundo classificação de Kppen, do tipo Am com precipitação média de 1.750 mm no período chuvoso e inferior a 60 mm no período de estiagem. A temperatura varia entre 23,5° C a 33,1° C com temperatura média do mês mais frio sempre superior a 18 °C e umidade relativa média de 85%. Está rodeada ao norte pela Reserva Indígena Wamiri-Atroari e ao leste pela APA Urubuí (SEMMA-PF, 2013). Por localizar-se em área limítrofe com a terra indígena Wamiri-Atroari tem sua área de expansão para o norte e atividades como a caça e a pesca reduzidos aos limites atuais da própria comunidade.

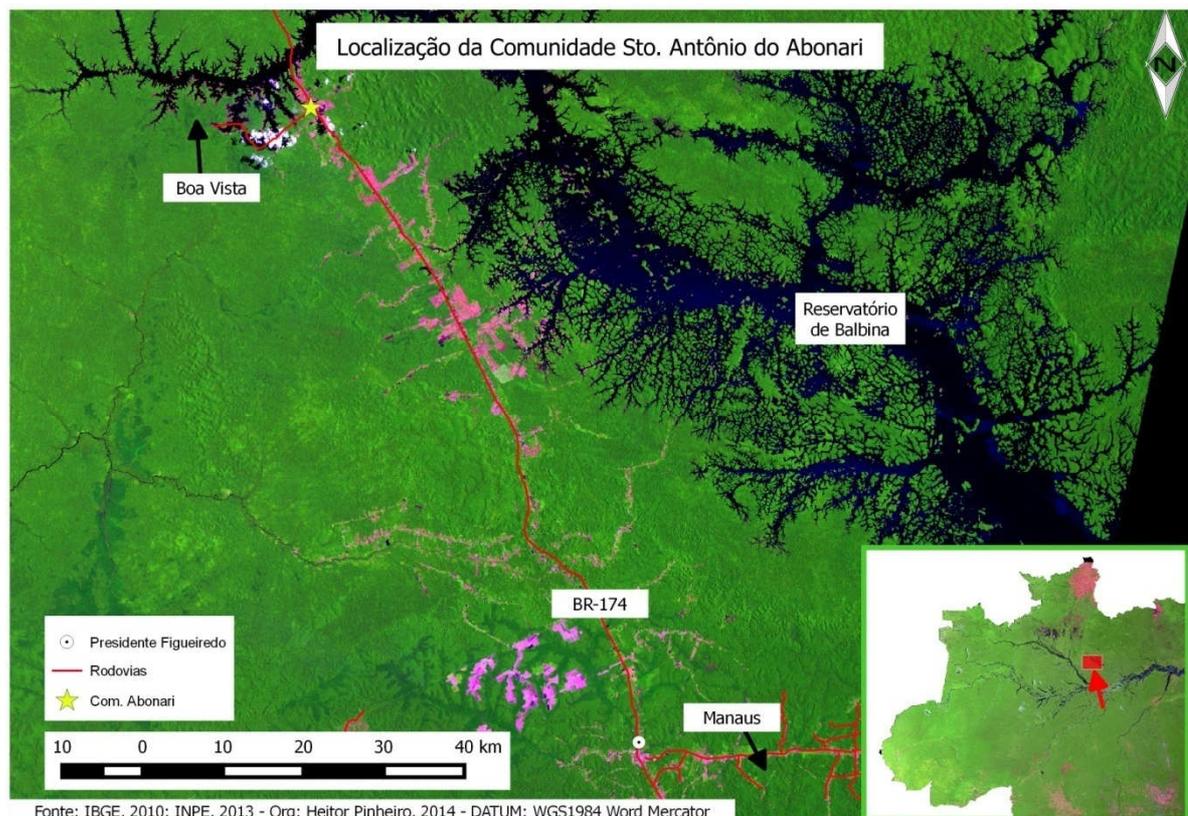


Figura 2: Localização geográfica da Comunidade Santo Antônio do Abonari, Presidente Figueiredo, AM - Brasil.

Fonte: IBGE, 2010; INPE, 2013. Org. Heitor Pinheiro, 2014.

A vegetação original é classificada como Floresta Tropical Aberta da sub-região da Superfície Dissecada do Complexo Guianense, sub-Montana de relevo ondulado. Os três primeiros quilômetros do Ramal da SERRAGRO de um total de oito quilômetros de extensão, quase em sua totalidade, são cobertos por capoeira ou floresta secundária, uma vez que toda área foi desmatada pela empresa SERRAGRO na década de 1970. Nos últimos cinco quilômetros, a exploração foi em menor escala e a maior parte é coberta por floresta primária preservada. O solo é classificado como Podzólico Vermelho Amarelo Álico at. baixa textura argiloso (SEMMA-PF, 2013).

A organização social se dá por meio da Associação comunitária de Santo Antônio do Abonari - ABORITI, que começou a ser formada em 1990 e formalizou-se em 11/05/1994. Em 2003/2004 a comunidade foi contatada pela empresa C da Amazônia para a produção de óleo de buriti para abastecimento das indústrias de cosméticos da região Sudeste do país e para o exterior. Na sede da associação há uma miniusina onde é realizada a produção do óleo de buriti e o processamento de polpas para indústrias alimentícias, principalmente sorveterias na capital.

O foco do estudo são as propriedades de até 200 hectares, exploradas por unidades familiares, ou seja, que possam ser enquadradas como agricultores familiares e que sejam fornecedores de frutos do buriti ou participem da produção do óleo e/ou da polpa de buriti. Segundo o IDAM-PF (2013) a comunidade abriga 80 famílias e inicialmente 40 destas participavam da coleta e/ou produção de óleo de buriti. No entanto, atualmente, poucas destas famílias continuam produzindo ou fornecendo o buriti para a associação, durante a pesquisa foram identificadas apenas 16 famílias.

Cada unidade de produção familiar compõe-se de uma área construída para moradia, rodeada por um sítio ou quintal com árvores frutíferas e animais de pequeno porte, com área plantada de 0,5 a 3 hectares, sendo o principal cultivo a mandioca, e o restante de floresta preservada. Em algumas propriedades há ainda uma pequena casa de farinha, onde a mandioca é processada para atender às necessidades da família e ao mercado consumidor deste produto.

Quanto ao uso da terra pela comunidade, predominam a pluriatividade e a multifuncionalidade agrícola, uma vez que as atividades para reprodução social e econômica são diversificadas, desenvolvidas pela própria família dentro e fora da propriedade e incluem plantações, criação de animais, produção de farinha, prestação de serviços, serviço público, entre outras atividades (ALVES, 2002). Quanto a isto, Lima (2007) esclarece que a pluriatividade é a expansão das atividades exercidas no meio rural, seja por meio do trabalho autônomo nos variados ramos, seja por meio do trabalho para terceiros.

A produção principal é a agrícola com produtos como a mandioca, a banana, o cupuaçu, a laranja e o maracujá. A mandioca é beneficiada e transformada em farinha e as frutas são processadas e tiradas a polpa para venda a indústrias de alimentos, principalmente para a produção de sorvete, na cidade de Manaus. Na criação animal, destacam-se as galinhas caipiras, patos, perus, porcos e caprinos. O extrativismo também ocorre nesta comunidade, cujos principais produtos são o buriti, o açaí, o tucumã e o patoá que são extraídos e vendidos nas feiras da capital ou consumido localmente.

Algumas famílias apresentam um perfil diferenciado da agricultura tradicional e têm uma produção muito reduzida que atende apenas ao consumo autônomo, têm como fonte de renda principal empregos fora da propriedade como na escola, no posto de saúde, como motorista de ônibus, entre outros. Esta comunidade é atendida pela SEPROR, IDAM e pela Prefeitura Municipal que coleta a produção e leva para vender nas principais feiras da capital do Estado, destacando-se a feira do Produtor, Expoagro, CIG's e da SEPROR. O IDAM também fornece assistência técnica com cursos, doação de mudas e transporte para os moradores e sua produção.

Capítulo 1. COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO DO ABONARI: agricultores familiares na Amazônia no século XXI

INTRODUÇÃO

A organização social atual tem como elo primordial a agricultura, o extrativismo e a pecuária. Os homens que viviam da caça e da coleta começaram a fixar-se em determinadas regiões por sua fertilidade e proximidade a rios, como as civilizações do Egito e da Mesopotâmia. Os núcleos familiares aumentaram e as fontes de alimentos aleatórias não eram mais suficientes para garantir seu sustento e reprodução, principalmente pelas mudanças climáticas ocorridas no fim da última era glacial, que reduziram os recursos para caça e coleta e trouxe um ambiente propício à agricultura (REZENDE, 2003).

A agricultura como forma de produção evolui ao longo do tempo e modificou todo o cenário econômico, o homem passa a criar raízes, a produção torna-se especializada e os excedentes começam a aparecer. Com o excedente produtivo o comércio que se desenvolve e substitui o sistema de troca direta por não mais atender à complexidade produtiva destas sociedades, mas ao mesmo tempo surgem as grandes plantações com monocultivo (REZENDE, 2003). A agricultura alcançou grandes avanços, reduziu a necessidade de mão de obra no campo e melhorou sua produtividade pela utilização de novas técnicas de aragem, rotação dos campos e plantio, bem como pela introdução de novos equipamentos e animais na produção agrícola (HUBERMAN, 1959; ROMEIRO, 2007). Desde então, os impactos ambientais causados por este tipo de cultivo, tornou-se cada vez maior e mais disseminado.

Com a reestruturação das cidades, a concentração populacional e a intensificação do comércio e da indústria, as transformações na agricultura tornam-se mais racionais e esta começa a adquirir características de grandes empreendimentos. Torna-se cada vez mais mecanizada e produtiva, originando a agricultura moderna. Veiga (2007) coloca que a agricultura moderna trouxe o fim da escassez crônica de alimentos e foi resultado de um processo de intensas mudanças tecnológicas, sociais e econômicas que hoje se denomina como Revolução Agrícola.

Com o início da exploração econômica das Américas, observou-se a abundância de terras cultiváveis e o clima propício para produtos como o tabaco, a cana-de-açúcar, o algodão, o café, entre outros. Estes eram produtos extremamente valiosos no mercado europeu, com demanda garantida, o que levou à implantação de um modelo econômico agroexportador com grandes propriedades que geralmente utilizavam a mão de obra escrava e produziam em larga escala monocultivos para o mercado externo, sistema que ficou conhecido como *Plantation* (HUBERMAN, 1959; SOUZA, 2009).

Em contraposição ao sistema neolítico indígena, este regime de grandes propriedades foi o primeiro a ser instituído pelos portugueses no Brasil, visando à produção de cana-de-açúcar para suprimento do mercado europeu a partir de 1530 e manteve-se em destaque até o século XIX, quando foi superado pelo café que também se caracteriza pelo monocultivo em grandes propriedades (FURTADO, 1998; LACERDA *et al*, 2010).

No entanto, ao longo de toda a história um sistema que permanece como principal abastecedor de alimentos em geral para a população urbana e de manutenção e reprodução econômica e social para área rural é o da agricultura familiar. Caracterizado pela unidade produtiva agrícola que se restringe às terras e à força de trabalho de um determinado núcleo familiar. No Brasil, devido ao sistema de *Plantation* e ao Pacto Colonial a agricultura familiar manteve-se atrofiada, em áreas ociosas das grandes propriedades para abastecimento próprio, tendo seu primeiro crescimento autônomo durante o Ciclo do Ouro no século XVIII (LACERDA *et al*, 2010).

Atualmente, a agricultura familiar ganha destaque com o advento da sustentabilidade por seu caráter de interação com o meio ambiente e diversidade produtiva, que garante produção e renda ao agricultor sem a necessidade da exploração de grandes áreas. Quanto à sua participação na economia, a agricultura familiar é responsável por 70% da produção de alimentos do país e 80% da mão de obra empregada no setor rural, onde se destaca entre estes o autoemprego, devido ao caráter de utilização da própria mão de obra familiar. Além disso, as práticas agroecológicas de produção como a criação de quintais agroflorestais, produtos orgânicos, etc., tornam-se cada dia mais frequentes (ARAUJO, 2012).

Além da importância econômica e produtiva para os países e populações, a agricultura familiar também contribui para preservação de culturas locais e é influenciada por esta. Neste sentido, Herbelê (2014) apoiando-se em Lowder, S.K., Skoet, J. and Singh, S. (2014) afirma que a agricultura de pequena escala é estratégica pela produção expressiva de alimentos e é decisiva para a segurança alimentar, também preserva os alimentos tradicionais, contribui para a proteção da agrobiodiversidade e para o uso sustentável dos recursos naturais, além de fortalecer a economia e cultura local. Complementa ainda, ressaltando a alta relevância social e cultural deste tipo de agricultura, mesmo considerando que a maioria das unidades agrícolas mundiais são muito pequenas e a produção realizada não é expressiva em volume individual.

Ao se estudar o agricultor na Amazônia Brasileira, incluindo-se a Comunidade Santo Antônio do Abonari, necessário se faz o entendimento de que toda a população que vive longe dos centros urbanos é ao mesmo tempo agricultora e extrativista. O extrativismo está na cultura, no modo de viver do povo amazônico, portanto uma atividade não exclui a outra, mas a complementa.

A sobrevivência desse agricultor, em muitos momentos, depende da caça, da pesca e da coleta de frutos, sementes, cipós, madeira e demais matérias primas por ele encontradas na região e do cultivo de gêneros alimentícios, com destaque para a mandioca, suprimento de farinha e fécula, base de sua dieta alimentar e do sítio nos arredores da residência, cuja produção supre a família de alimento e de medicamentos naturais. Noda *et al* (2001) colocam que os sítios ou terreiros baseiam-se na biodiversidade natural, envolvem o manejo de árvores, arbustos e ervas de usos múltiplos, bem como a criação de animais de pequenos porte, é um espaço privilegiado de socialização familiar.

A Comunidade Santo Antônio do Abonari insere-se neste mosaico amazônico. A agricultura familiar é praticada por seus moradores desde a sua formação como fonte de alimento e de renda e encontra no extrativismo um complemento que contribui para a dieta familiar e para a aquisição de bens para a família. Por isto, torna-se essencial entender o processo de formação histórica, a organização social e como os equipamentos sociais públicos e privados atendem as necessidades dos moradores desta comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Formação Histórica

O nome Abonari advém do termo Bonary ou Bonarí que se referia a um dos grupos indígenas que pertencem aos povos Wamiri-Atroari e habitavam a margem do igarapé Abonary, atualmente denominado Igarapé Santo Antonio do Abonari, tributário do Rio Uatumã. (SCHWADE, 2012)

O processo de formação histórica (Figura 3) tem seus primeiros registros de ocupação da área da Comunidade Santo Antonio do Abonari por não indígenas a partir dos esforços de dominação dos povos Waimiri-Atroari pelos militares nos anos de 1968 durante o início da abertura da BR 174. Ainda no ano de 1968, o Comando Militar da Amazônia instalou o 6º BEC - Batalhão de Engenharia e Construção - às margens do rio que dá nome à Comunidade (RODRIGUES, 2013). Relata-se que seis aldeias sumiram somente às margens do Rio Santo Antônio do Abonari. Durante este período até mesmo a FUNAI foi coagida pela Ditadura a empunhar armas contra os indígenas. No total, aproximadamente 2.000 indivíduos dos povos Waimiri-Atroari foram dizimados sem que tivesse sido feito nenhum registro de suas mortes (SCHWADE, 2012).

1968	1974-1981	1982	1981- 1989	1994
<ul style="list-style-type: none"> • Dominação dos povos Wamiri-Atroari (Militares) 	<ul style="list-style-type: none"> • Empresa Madeireira SERRAGRO 	<ul style="list-style-type: none"> • 1ª Eleição municipal • Criação da Comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Usina Hidrelétrica de Balbina 	<ul style="list-style-type: none"> • Formalização da Associação ABORITI

Figura 3: Marcos históricos para a Comunidade Santo Antônio do Abonari em Presidente Figueiredo, AM.

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

A rodovia BR-174 teve sua construção iniciada em 1970, por meio do convênio entre o Ministério do Exército e, o então, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), (RODRIGUES, 2013). Neste sentido, Rocha e Silva (2013) destacam que em 1970 foi criado o PIN – Programa de Integração Nacional, com o objetivo de implantar redes de integração espacial, contemplando Roraima com a construção de eixos rodoviários, a exemplo da rodovia BR-174.

Somente no ano de 1974, a área onde atualmente localiza-se a Comunidade Santo Antonio do Abonari começa efetivamente a ser ocupada. Isto ocorre quando a empresa SERRAGRO S.A. Industria Comercio e Reflorestamento consegue uma autorização para exploração econômica da região, incluindo a área atual da comunidade e seus arredores. Segundo os primeiros moradores, a empresa SERRAGRO chegou no local por volta de 1974 com o objetivo de desmatar a área retirando toda a madeira de lei e, posteriormente, transformá-la em pasto para criação de gado bovino, da mesma forma que fez no Mato Grosso com a empresa Agrosam, pertencente ao mesmo empresário.

Quanto a isto, Schwade (2012) relata que a madeira extraída tinha dois destinos principais: tábuas, caibros e pequenas peças eram enviadas para Manaus onde eram comercializadas no depósito da empresa; as peças maiores de madeira nobre eram remetidas a São Paulo. O projeto pecuário não chegou a receber nenhuma cabeça de gado, ainda que se tenha feito uma devastação na área. Foram desflorestados, aproximadamente, 792 hectares.

Desta forma, a empresa agiria de duas maneiras, primeiramente retiraria toda madeira de lei da área, exceto em áreas dominadas pelos povos indígenas que os enfrentavam e não a deixava entrar em determinadas partes do terreno. Na segunda parte do projeto, a empresa plantaria pasto e criaria gado, transformando a área em uma fazenda para reprodução de bovinos. Magalhães (2006) descreveu esta realidade a partir de processo semelhante ocorrido no sul de Roraima, ao norte das terras Wamiri-Atroari, e ressalta que a exploração madeireira nesta região foi facilitada pela abertura das grandes estradas (BRs 174 e 210). Os madeireiros chegaram em busca de novos estoques de madeira, consumindo a madeira de áreas que seriam depois convertidas para agricultura e pastagem e participando na abertura de estradas secundárias que dão acesso aos novos estoques de madeira. As estradas abertas terminaram por atrair colonos, e assim por diante.

No caso de Santo Antônio do Abonari, a primeira parte do projeto ocorreu conforme planejado, grande parte da área onde hoje é a Comunidade e arredores foi desmatada, de acordo com os trabalhadores da época que ainda moram na comunidade não restou uma só árvore de Angelim ou de qualquer madeira de lei na

região cuja área compreendia 11 quilômetros de frente pela BR 174 e 65 quilômetros de fundos.

Nesta época, os buritis começaram a ser coletados, no entanto, o gerente não permitia que derrubassem os cachos, podiam apenas coletar os frutos que caíssem no chão, mesmo assim devido à grande quantidade de buritizeiros enchiam 3 a 5 caminhões com cerca de 80 a 100 sacos por semana, cada um com 50 quilogramas o que totalizava aproximadamente 20 toneladas por mês ou 100 toneladas por safra.

Com o fim da atividade de retirada da madeira da área, a empresa SERRAGRO iniciou o plantio de pasto para criação de gado e chegou a trazer algumas cabeças para criar como ocorreu no Mato Grosso. Entretanto, o pasto não progrediu, o tipo de capim Colonão não se adaptou a região e rapidamente a empresa abandonou a criação ao perceber que não obteria o resultado esperado.

Após a desistência, a empresa saiu rapidamente da localidade, por volta de 1982, quando a maioria dos funcionários foi embora. Ainda não existia a comunidade, alguns dos funcionários remanescentes tornaram-se os primeiros moradores, ocuparam a área onde haviam as instalações da empresa, trouxeram suas famílias e começaram a produzir, principalmente plantações de mandioca e frutas como o cupuaçu. A partir de então, os antigos trabalhadores tornaram-se agricultores familiares, buscaram produzir recursos para a reprodução e manutenção do núcleo familiar e renda por meio da produção excedente obtida por meio das atividades desenvolvidas na área de terra que ocuparam. No entanto, neste período inicial, a BR 174 ainda não era asfaltada, o que dificultava muito o escoamento da produção.

A agricultura familiar caracteriza-se pelo objetivo de subsistência e pela diversidade produtiva que inclui hortaliças, leguminosas, roçados, pequenas criações de animais, fruticultura, extrativismo vegetal e animal, em combinações específicas que dependem das características locais em que este núcleo se insere (CAZELLA, BONNAL e MALUF, 2009). Mergarejo Netto (2008) afirma que esta atividade se coloca sobre diferentes lógicas, depende tanto de traços e valores culturais como de interferências externas quando a demanda de mercado a leva a

cultivar determinados produtos. Neste sentido, a Comunidade Santo Antônio do Abonari se enquadra nesta descrição e seus moradores interagem com o mercado e o ambiente utilizando os recursos disponíveis para atender às demandas dos mercados em que atuam.

Em 10 de dezembro de 1981, o município de Presidente Figueiredo foi criado por meio da Emenda Constitucional nº 12. A partir deste momento, as populações das áreas rurais do município aos poucos começaram a ser assistidas. As comunidades foram estruturadas, lideranças foram estabelecidas e o caminhão da prefeitura passou a levar a produção de todos os agricultores às feiras em Manaus, o que melhorou a renda interna da comunidade. Gomes (2008) coloca que para um grupo social ser reconhecido como uma comunidade, as administrações municipais exigem a escolha de um representante dos moradores. Em Santo Antônio do Abonari esta exigência ocorreu após as eleições de 1982, quando o município teve sua primeira administração municipal. Com o estabelecimento de uma liderança, a comunidade passou a receber assistência pública.

A agricultura familiar, como a identificada na área de estudo, por sua característica de múltiplas atividades combinadas em uma área de terra de pequeno porte causa agressões de menor impacto e dispersas no ambiente. Noda, Noda e Martins (2002) argumentam que a exploração agropecuária de grande porte baseia-se na racionalidade produtiva em escala, necessitam de ambientes totalmente modificados, de onde se retira toda a cobertura vegetal para adaptá-lo e sistematizá-lo à mecanização e ao monocultivo. Enquanto os impactos causados pela agricultura familiar são muito menores, considerando que é necessário otimizar os recursos disponíveis, uma vez que os recursos obtidos fora do sistema produtivo são de difícil acesso.

Para efeitos legais, a partir da lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, a agricultura no Brasil foi definida da seguinte forma em seu artigo 3º: “Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.”

No que se refere ao módulo fiscal, considera-se a Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que o determina como uma medida agrária expressa em hectares e variável, devendo atender às necessidades produtivas de cada município da federação. Segundo a Instrução Especial/INCRA/Nº 27 de 06 de maio de 1983, o módulo fiscal de Presidente Figueiredo é de 80ha. Portanto, para que seja considerada como agricultura familiar a propriedade não deverá exceder 320 ha neste município.

Desta forma, a Comunidade Santo Antônio do Abonari caracteriza-se como uma área de produção rural com tamanhos que variam de 25 ha a 50 ha, na qual se praticam a pluriatividade agrícola e familiar. Esta interage com o meio, respeitando a legislação vigente, causando-lhe um baixo impacto, a medida que a prática de diferentes atividades em uma mesma área e as pequenas áreas destinadas ao cultivo são suficientes para manter e reproduzir social e economicamente estas unidades.

Na Amazônia, a agricultura familiar e o extrativismo são atividades complementares e fazem parte do modo de vida local e isto já dominava a forma de produção e subsistência muito antes da chegada dos europeus. As populações indígenas que povoavam a região sempre se mantiveram com esta atividade e muitas etnias sobrevivem por esse sistema aliado a pequenas plantações até os dias atuais. As populações que foram se instalando pela região também associaram o extrativismo à agricultura como forma de subsistência. Os habitantes da floresta a veem como sua morada e de seus ancestrais, como um ambiente conhecido e

acolhedor, objeto de seu saber e de suas crenças, fonte de sua subsistência (RÊGO, 1999).

Esta prática também ocorreu na comunidade, uma vez que os agricultores passaram a coletar os frutos como castanhas, tucumã, patoá, açaí e buriti para compor a dieta e a renda familiar. Quanto ao buriti, os moradores relatam que nesta época extraía-se até 250 sacas de buriti por semana, as quais eram vendidas na feira principalmente para fábricas de sorvete e de picolés. A produção agrícola e as atividades externas à propriedade, ainda não eram suficientes para o sustento familiar e o extrativismo apresentava-se como um complemento para suprir as necessidades básicas de cada unidade familiar.

De um modo geral, na Amazônia o extrativismo não existe isoladamente, ele se relaciona com a agricultura familiar, uma vez que a agricultura garante a base alimentar e a inserção econômica destas famílias no mercado como fornecedores e como consumidores cada vez mais ativos e com produtos extrativos valorizados no mercado, tais como o tucumã (*astrocarium tucuma*), a castanha-do-Brasil (*bertholletia excelsa*) e o açaí (*euterpe oleracea*), tornam-se rendas complementares para estas famílias e fazem parte da dieta alimentar dos agricultores familiares. Clemente (2006) ressalta que os extrativistas não dependem desta atividade para sobreviver, pois a maioria absoluta destas famílias, pratica a agricultura para garantirem o seu sustento.

O extrativismo vegetal e animal constituem importante atividade econômica para o interior do Amazonas. A coleta significativa da biodiversidade acaba por sustentar sua própria vida e de sua família, ocupando um lugar relevante como atividade em si e na articulação com o sistema agroflorestal (WITKOSKI, 2010). A Comunidade Santo Antonio do Abonari, embora componha-se por pessoas que migraram de locais diversos, muitos de fora da região amazônica, também adotaram este estilo de vida e interação com a floresta por meio do extrativismo vegetal e animal. Dada a abundância de recursos no local e a baixa densidade populacional, aliadas ao hábito de dar preferência a alimentos industrializados e o fácil acesso a mercados externos, este impacto torna-se baixo em relação à capacidade de resiliência do sistema.

Tradicionalmente a exploração econômica de recursos naturais ocorre de acordo com a época, com a sazonalidade, e apenas o excedente é vendido para no mercado. Batista (2007) cita que as populações amazônicas mantêm suas relações pela dependência da época de extração da borracha (estiagem), castanhas (chuvas), madeiras (chuvosa), pesca (vazante) e até das festas religiosas que também influenciam o extrativismo.

A época de vazante ou de cheia do rio, ou como no caso de Santo Antônio do Abonari o período chuvoso ou de estiagem, também determina o tipo de plantio que deverá ser cultivado, bem como o tipo de solo se de terra firme ou várzea . Noda *et al* (2001) ressaltam que cada um destes domínios com suas características bióticas transformam a Amazônia em um mosaico que se reflete na diversidade ecológica.

O homem amazônico, o índio, o caboclo, o ribeirinho, mantêm uma ligação e um conhecimento muito íntimo com a natureza e aprende a ler os seus sinais, podendo saber pela observação e experiência de vida o que e quando deve ser plantado, o que e quando deve ser extraído. Isto se adensa, pois, desde a habitação, este precisa extrair a madeira e as folhas das palmeiras para a construção de sua moradia, a canoa seu meio de transporte também vêm das árvores da floresta, assim como o seu alimento, seja a caça, o peixe ou os frutos como o açaí, o buriti e a castanha do Brasil.

Embora na Comunidade Santo Antônio do Abonari já se percebam muitos elementos da modernidade urbana, as folhas das palmeiras tenham sido substituídas pelas telhas de zinco e amianto, por exemplo, esta ligação continua presente nas decisões do dia a dia. A época do plantio, da colheita ou da coleta é estabelecida pelos ciclos naturais e pelo relacionamento com a floresta.

Outro momento importante para o povoamento da comunidade foi na época da construção da represa para a Usina Hidrelétrica de Balbina. Os projetos do Governo Militar para a região foram de fundamental importância para a ocupação e fixação da população nesta comunidade. No início da sua ocupação, o escoamento era o principal problema, pois só havia estrada nos três primeiros quilômetros até onde era a sede da SERRAGRO. O restante do ramal, foi aberto pela empreiteira

Andrade Gutierrez para a FUNAI e possibilitou um melhor escoamento da produção daqueles que ocupavam os cinco quilômetros restantes do ramal.

Com a estabilização da área inundada pela Usina Hidrelétrica de Balbina, observou-se que a região da comunidade não seria inundada e muitos decidiram ficar. Como o Igarapé Santo Antônio do Abonari fica localizado na área de influência direta da Usina, mesmo não tendo sido completamente inundada, o nível da água aumentou nos igarapés que cortam ou margeiam a comunidade e expandiu as áreas alagadiças.

Desta forma, os buritizeiros receberam um novo impulso, uma vez que muitas áreas antes secas tornaram-se inundadas; os igarapés ganharam volume de água por dentro das florestas e quatro lagos surgiram na área da comunidade, aumentando, consideravelmente, os espaços propícios ao desenvolvimento dos buritizeiros, como consequência houve o aumento da população destas palmeiras. Neste sentido, Goulding e Smith (2007) relatam que o buriti é amplamente distribuído em vários tipos de florestas de áreas alagadas, sendo comum ao longo de igarapés nas florestas tropicais e savanas da Amazônia.

Quanto a organização social, iniciou-se com Associação Comunitária Santo Antônio do Abonari - ABORITI que foi criada em 1990 pelo Sr M.R., mas só foi formalizada em 1994 pelo Sr. J. B. F. Desde então, ocorreram períodos longos de uma mesma gestão (Tabela 01), uma vez que a reeleição tornou-se uma solução recorrente para os comunitários, devido à falta de candidatos.

Tabela 01: Presidentes da Associação Comunitária Santo Antonio do Abonari

Presidente	Período
Manoel Ramos	1990-1992
Antonio Ramos	1992-1994
João Basílio	1994-2007
Lunamar Lacerda	2008-2011
Jorge Grilo	2011-2014
João Brasil	2014-2015

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A maioria dos moradores da comunidade vieram do interior do Amazonas e do Pará, mas também tem moradores dos Estados do Acre, Pernambuco, Santa

Catarina, Maranhão e Minas Gerais. Muita gente passou pela comunidade, mas de lá partiu. Dos primeiros moradores só ficaram o Sr. M.R. e os seus filhos, filhas, noras e genros que também trabalharam na Empresa SERRAGRO e ainda hoje moram no ramal principal da comunidade. Dos moradores que vieram influenciados pela Usina Hidrelétrica de Balbina, muitos ficaram até hoje, por isto há vários comunitários que alegam estar na comunidade por 26, 27 ou 28 anos.

Esta característica de moradores com origens distintas, com a primeira geração nascida na comunidade tornando-se adultos agora, dá a comunidade um sentido de pertencimento diferenciado. Não há uma vínculo cultural ou familiar profundo com o local. Este vínculo começa a se formar agora, observa-se que muitos dos que ali nasceram ou vieram ainda criança desejam envelhecer ali.

Do grupo que migrou para a sede municipal ou para Manaus, a maioria mantém sítios próximos às propriedades dos pais, para onde retornam em feriados e fins de semana e dizem que desejam voltar a morar na comunidade. Esta parece ser uma das funções do local, um lugar tranquilo para envelhecer, com acesso fácil à sede municipal e a Manaus. Isto se repete no discurso dos aposentados que residem atualmente e dos seus filhos que pretendem voltar para a comunidade quando conquistarem este benefício.

Ramal da Serragro - Comunidade Santo Antônio do Abonari

Santo Antônio do Abonari é uma comunidade rural do município de Presidente Figueiredo, assim considerada por estar na área rural deste município e por apresentar características quanto à produção agrícola, densidade populacional e distanciamento do centro urbano do município.

Kageyama (2004) coloca que a discussão sobre a definição de rural é praticamente inesgotável, mas parece haver um consenso sobre os seguintes pontos: a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional; c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre

os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades.

As moradias são de um único piso, com tamanhos variáveis, e possuem de 3 a 5 cômodos. Encontram-se construções de madeira ou de alvenaria, mas em sua maioria são mistas, com base de alvenaria e paredes de madeiras, com coberturas de telhas de zinco ou amianto. Este hábito é um diferencial em relação a outras áreas rurais, pois não preferem produtos extrativos como a madeira e folhas de palmeiras na construção de suas habitações, o que representa uma pressão menor sobre o ambiente em que se inserem.

Outra característica é que as propriedades não possuem nenhum tipo de cercas ou de muros separando uma das outras, o que demonstra a convivência harmoniosa, ao mesmo tempo em que aponta para uma indefinição quanto aos limites das propriedades. Localizam-se ao longo do Ramal da Serragro e de 3 vicinais principais e uma área com acesso restrito, por sua entrada localizar-se após os portões da Reserva Wamiri-Atroari (Figura 4).

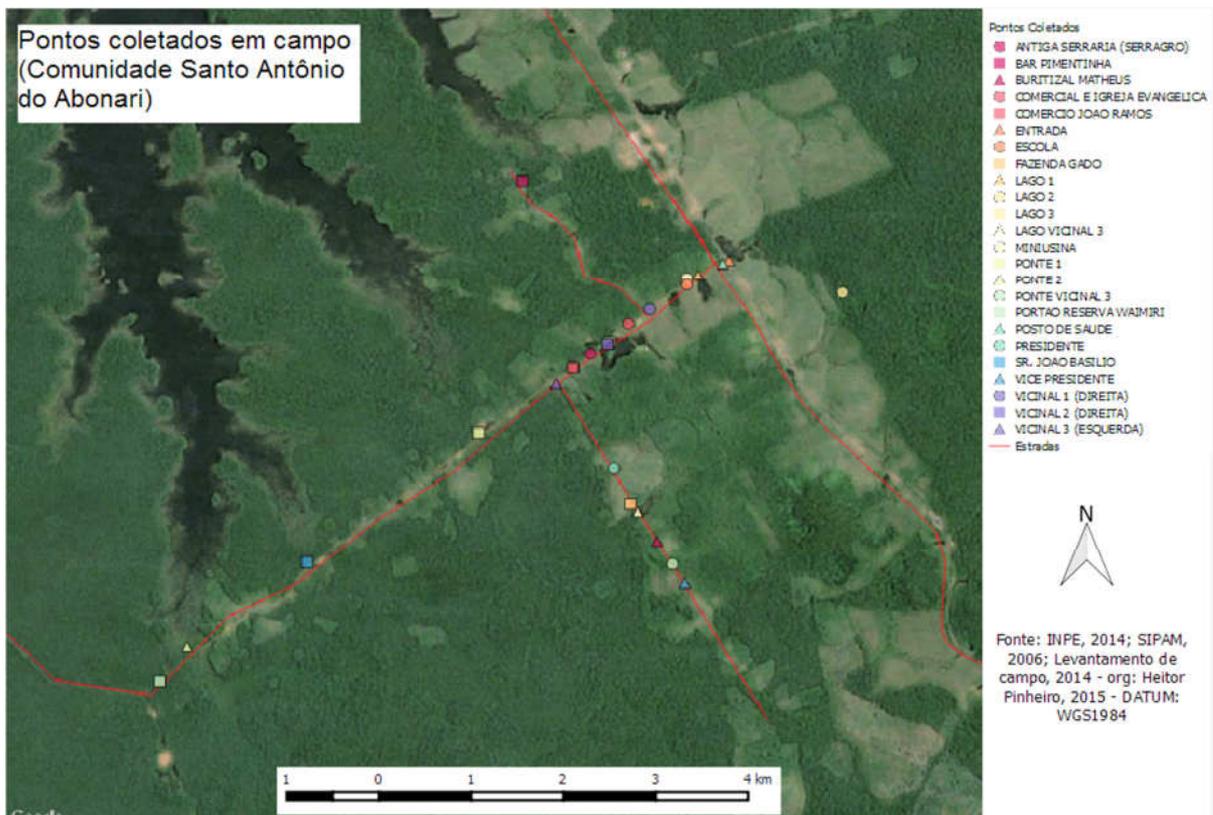


Figura 4: Mapa detalhado da Comunidade Santo Antônio do Abonari. Presidente Figueiredo, AM.
Fonte: IBGE, 2010; INPE, 2013. Org., Heitor Pinheiro, 2014, a partir de pontos de GPS registrados pela autora.

Nesta comunidade, os componentes do sistema de produção se assemelham aos dos agricultores tradicionais do Alto Solimões, descritos por Noda, Noda e Silva (2013) e também constituem-se em: Roça ou Cultivo; Sítio, Terreiro ou Quintal; Capoeira ou área de pouso; Extrativismo e, Criação de animais de pequeno porte, conforme especificações a seguir.

Em locais mais afastados encontram-se as plantações chamadas de roçados, destacando-se a mandioca, a macaxeira, a banana e o açaí. Este último ganhou impulso a partir de uma doação de mudas feitas pelo IDAM. Estes dados coadunam com os dados do IBGE Cidades (2012) que aponta como as maiores áreas plantadas no município de Presidente Figueiredo para a mandioca (3.000 hectares), banana (700 hectares) e entre os extrativos o açaí (280 toneladas).

As áreas destinadas a estes plantios variam de 0,5 a 3 hectares, dependendo da importância que os cultivos tenham para a composição da renda familiar. Esta área produtiva se assemelha ao que Noda, Noda e Martins (2006) identificaram nas áreas de terra firme no Alto Solimões, estes autores relatam que no ecossistema de terra firme a área ocupada por esse componente varia de 0,85 a 3,65 ha por unidade familiar de produção.

Na comunidade Santo Antônio do Abonari, as famílias que possuem maior dependência da renda oriunda da produção agrícola têm uma área cultivada maior que aqueles que apenas plantam para o consumo familiar. Algumas famílias que possuem uma renda externa à propriedade mais significativa, possuem em média 0,5 ha destinado ao plantio de raízes ou tubérculos como batata doce, cará e macaxeira destinados ao consumo autônomo.

Ao redor das casas encontram-se sítios, terreiros ou quintais com diversas árvores frutíferas, apresentados na Figura 5 - A. Esta tem como objetivo principal a alimentação da família, os frutos mais comuns são: mangas, ingás, jambo, açaí, coco, banana, cupuaçu, goiaba, laranjas, limões, entre outros. Em todas as casas também estão presentes os canteiros e/ou pequenas hortas onde são plantados cebolinhas, pimentas, cheiro verde e outras utilizadas para tempero dos alimentos,

bem como plantas medicinais utilizadas em chás como o boldo, a cidreira e o hortelã (Figura 5 - B).



Figura 5 - (A) Quintais com fruteiras e criação de galinhas (B) Cultivo de pimentas e cebolinhas em canteiros suspensos. Comunidade Santo Antonio do Abonari. Presidente Figueiredo, AM.
Fonte: Rute Holanda Lopes, 2014

Na comunidade, a utilização de capoeira tem o objetivo de pousio, ou seja, alterna períodos de produção e de descanso da terra. Para os comunitários esta área é extremamente importante, pois garante a reposição de nutrientes para a terra durante o pousio, reduzindo a pressão sobre a área de floresta. De um modo geral,

a capoeira é proporcional à área plantada, ou seja, quanto maior a área plantada na propriedade, maior a área de capoeira. Esta é uma prática comum, uma vez que a limpeza destas áreas é mais fácil e não avança com o desmatamento na propriedade, colaborando com o respeito ao novo Código Florestas Brasileiro que exige 80% da área preservada.

O extrativismo compõe-se de animal e vegetal, ambos são de pouca intensidade e com o objetivo principal de alimentação familiar. No extrativismo vegetal, destaca-se o patoá (*Oenocarpus bataua*), o açai (*Euterpe oleracea*), a pupunha (*Bactris gasipaes*) e o tucumã (*Astrocaryum tucuma*) para a alimentação e o excedente é vendido na própria comunidade e nas feiras, embora não se destaque como fonte de renda. No extrativismo animal, são praticadas a caça e a pesca quando há a escassez de alimentos como o frango e a carne nos mercadinhos da comunidade ou quando não há recursos financeiros suficientes para adquiri-los, e são praticados com maior frequência em famílias com mais de 5 membros.

A pesca restringe-se aos pequenos igarapés e lagos da comunidade, que surgiram após o fechamento das comportas da Usina Hidrelétrica de Balbina. Os lagos são utilizados pela comunidade de forma livre, mesmo pertencendo a determinadas propriedades e situam-se às margens do Ramal Principal. O peixe mais comum é o Tucunaré (*Cichla spp*) que foi colocado no lago pelos próprios moradores para povoamento do mesmo com o objetivo de servir de fonte de alimento para a comunidade. É um recurso mais utilizado em períodos de escassez de outras fontes de proteínas ou para diversificação alimentar.

Além do alimento e da madeira, seja para a residência, a casa de farinha ou o galinheiro, o comunitário ainda retira da floresta os recursos medicinais que lhe foram repassados por seus pais e avós, como a andiroba, a copaíba, ou até mesmo a gordura (banha) da cobra, entre outros. Observa-se deste modo, que a ligação desta população com a floresta e com o extrativismo faz parte da sua vida e complementa a produção agrícola para a manutenção e reprodução do núcleo familiar.

Algumas culturas também passam por um processo de domesticação e são introduzidas nas suas plantações perenes ou anuais, dentre elas destaca-se a

mandioca, o açaí, a pupunha, o cupuaçu, a andiroba, entre outras que estão presentes em seus sítios e roçados. Sem no entanto, tirar a importância do produto extraído da floresta para estas populações.

Nos quintais também são criados animais de pequeno porte como galinhas, patos, perus, porcos e alguns caprinos, como se pode observar acima na Figura 5. Estes têm duas funções principais, como reserva de proteína para períodos de escassez alimentar e como poupança para eventualidades, por serem facilmente transformados em recursos financeiros nos mercados e na própria comunidade.

As terras da comunidade ainda pertencem oficialmente à empresa SERRAGRO, os moradores da área permanecem na condição de posseiros e lutam pela desapropriação da terra por meio do direito de uso capião. Atualmente, são amparados pelo ITEAM que busca uma solução para legalização da terra, uma vez que a ausência de título definitivo impede o acesso a incentivos e linhas de crédito rural. Na Comunidade Santo Antônio do Abonari, especificamente no Ramal da Serragro há somente propriedades classificadas como minifúndios, pois estas têm menos de um módulo fiscal em tamanho, que em Presidente Figueiredo é de 80ha (EMBRAPA, 2001).

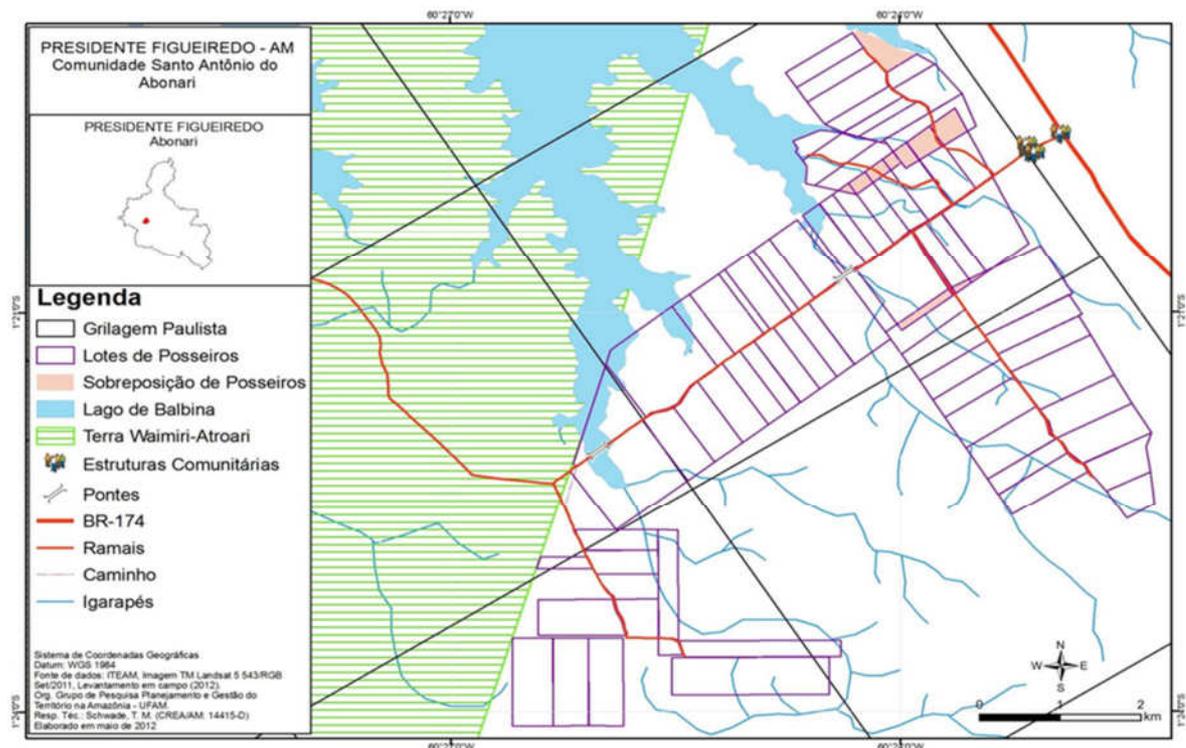


Figura 6: Estrutura fundiária na Comunidade Santo Antônio do Abonari. Presidente Figueiredo, AM.
Fonte: Schwade (2012).

Na pesquisa de campo, identificou-se que a maioria dos lotes possui aproximadamente 25 ha, com algumas exceções que chegam a 68 ha. Isto se confirma no trabalho de Schwade (2012) que relata que em média, um lote de posseiro na comunidade Santo Antônio do Abonari ocupa menos de 38 hectares (Figura 6).

Por conseguinte, a maioria das propriedades, atende ao que estabelece o Novo Código Florestal Brasileiro e possui 80% ou mais da terra como área de floresta nativa, ou em regeneração da exploração efetuada pela empresa SERRAGRO. Considerando que a maior área de terra desmatada é de 3ha mais 2ha de capoeira e a menor propriedade possui 25ha, tem-se uma área utilizada para a produção de alimentos de 20% da área total.

A exceção, com uma grande área desmatada, é uma fazenda de criação de gado de um empresário manauara que não reside na comunidade, nem participa das decisões e possui um lote com tamanho acima da média local. No entanto, segundo relatos esta área foi desmatada no período de exploração madeireira na década de 1970.

Sua maior contribuição é o pagamento de diárias aos comunitários que prestam serviços à fazenda em momentos de grande demanda por trabalhadores braçais. Schwade (2012), confirmou isto, relacionando os dados coletados em campo com imagens LANDSAT 5 de 1985 e 2011, observou que apenas um posseiro, mantém mais de 50% do lote desflorestado, que é utilizado como pastagem para gado. Os demais posseiros conservam até 95% de área florestada e, no restante da posse, mantêm cultivos diversificados.

Equipamentos e Serviços Sociais Públicos e Privados

Um dos pontos essenciais para se garantir a sustentabilidade social é a maior preocupação é com o bem-estar humano. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de inclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e

seguridade social, incluindo-se o acesso a emprego que garantam a qualidade de vida e igualdade no acesso a recursos e serviços sociais (SACHS, 1993).

Desta forma, torna-se necessário avaliar os equipamentos sociais públicos e privados aos quais a Comunidade Santo Antônio do Abonari tem acesso, as oportunidades de emprego para a população e de formação para os jovens residentes na comunidade para que estes possam permanecer junto ao núcleo familiar ao mesmo tempo em que buscam melhores oportunidades trabalho e renda.

A Comunidade Santo Antônio do Abonari localiza-se a 100 quilômetros da sede do município de Presidente Figueiredo e é a última comunidade antes da Reserva Waimiri-Atroari, o que pode representar dificuldades pela distância e isolamento, mas que ao mesmo tempo lhe traz alguns benefícios desde o início de sua formação. Na área onde a comunidade se instalou já havia um posto do 6º BEC e com isto teve acesso a uma escola e a serviços médicos fornecidos pelo Exército Brasileiro, antes das comunidades mais próximas à sede municipal.

Quanto aos serviços de infraestrutura básica, a comunidade teve acesso a energia elétrica ainda na década de 80, recentemente este fornecimento recebeu melhorias com o Programa Luz para Todos do Governo Federal. A água utilizada nas residências é oriunda de poços artesianos, com estruturas de caixas d'água e bombas elétricas familiares. A BR 174 foi asfaltada no início da década de 1990 melhorando o acesso à comunidade e, principalmente, o escoamento da produção agrícola. A comunidade, também, é servida por uma linha de ônibus que a liga à sede municipal e à capital, diariamente; além do transporte escolar que atende aos estudantes da alfabetização ao ensino técnico e superior.

A maior carência da comunidade era a comunicação, entretanto no início de 2015 uma empresa de telecomunicações chegou à área da comunidade com a promessa de disponibilizar telefones públicos e algumas linhas de telefonia fixa para o local, o que representa uma melhoria na comunicação com o exterior, tanto para as famílias como para a associação.

Pela localização próxima à reserva indígena Wamiri-Atroari, às margens da BR 174, a poucos quilômetros do Ramal da Serragro há um posto de combustíveis

com loja de conveniência e açougue próprio, um posto de fiscalização da SEFAZ - AM e um conglomerado de apoio a caminhoneiros com restaurantes e pousadas, como último ponto de apoio para atendimento a este público e aos demais motoristas que trafegam na BR 174 antes de entrarem ou após saírem do trecho que cruza a reserva indígena. Estes empreendimentos têm grande importância para a comunidade, não apenas por estes serviços se estenderem aos comunitários, mas também por ofertarem oportunidade de trabalhos para os moradores da região.

Nestes locais, alguns comunitários encontram o primeiro emprego não agrícola. Alguns trabalham no posto de combustíveis, no restaurante e uma das jovens trabalha na SEFAZ. Há ainda as vagas de trabalho da linha de ônibus que atende à comunidade, por esta ser o último ponto da rota, seus moradores ganharam a preferência para o trabalho, desta forma a cobradora e o motorista moram na comunidade. Outros postos de trabalho preenchidos por comunitários são o da técnica de enfermagem e da auxiliar de serviço gerais do Posto de Saúde da comunidade, além de um professor e uma merendeira da escola da Comunidade Nova Jerusalém, vizinha a esta e distante 20 quilômetros pela BR 174.

Estas oportunidades tornam-se importantes por contribuírem com a formação da renda familiar pela pluriatividade, ao mesmo tempo em que reduzem a pressão sobre os recursos disponíveis como a terra, produtos florestais e ao possibilitar o acesso a bens de mercado por fontes de renda externas à propriedade, de modo a melhorar a qualidade de vida no campo, favorecendo a manutenção destas famílias na área rural. Barbosa, Batista e Pimenta (2014) destacam que ao realizar diversificadas atividades rentáveis dentro e fora da sua propriedade rural, o agricultor familiar não precisará causar depleção ou mesmo exaustão dos recursos naturais ali existentes, com práticas antiecológicas que pretendem a produção originada da terra de acordo com as necessidades das forças de mercado, para aumentar sua renda. Neste sentido, Machado e Caume (2008) ressaltam que, quanto ao fenômeno da pluriatividade rural, o mais importante é diante da crescente preocupação mundial com o meio ambiente, levar a uma reorientação do modelo de desenvolvimento do meio rural brasileiro, proporcionando a fixação e manutenção de famílias no campo.

Quanto aos serviços públicos, a comunidade conta ainda com uma Unidade Básica de Saúde - UBS Manoel Ferreira da Costa (Figura 07) que foi reformado e entregue à população pela Prefeitura de Presidente Figueiredo em agosto de 2013. Atende aos moradores da Comunidade e de ramais próximos com atendimento médico, uma pequena farmácia e um consultório odontológico completo (Figura 7 - B). A estrutura do posto conta ainda com um sala de Enfermagem, sala para triagem e medicação, laboratório para testes de malária e serviço de vacinação.

Este UBS representa uma grande conquista para a comunidade. A maioria se mostra satisfeita com o atendimento e argumenta que, para doenças e atendimentos simples, o posto se mostra mais eficiente e mais fácil de ser acessado do que nas áreas urbanas do município. E mesmo nos casos mais complexos, o encaminhamento da área rural garante atendimento prioritário na estrutura urbana de serviços médicos hospitalares.

Para atendimento dos comunitários, há uma equipe médica do programa Saúde no Campo (Figura 07 - A) que atende às comunidades ao longo da BR 174 por meio de um rodízio, visitam a comunidade pelo menos uma vez por semana, levando médicos, enfermeiras e dentistas que atendem aos moradores que tenham consultas agendadas e pequenas emergências. Diariamente, o posto de saúde conta com uma técnica de enfermagem para vacinação e para pequenos procedimentos e conta ainda com uma técnica de laboratório para exames de malária e endemias.



A.



B.

Figura 07 - Serviços e equipamentos públicos acessíveis na Comunidade Santo Antônio do Abonari, Presidente Figueiredo, AM. (A) Posto de Saúde e veículo do Programa Saúde no Campo (B) Consultório Odontológico.

Fonte: Rute Holanda Lopes, 2014.

Quanto aos serviços educacionais, a partir de 2014, as crianças passaram a frequentar as aulas na Escola Municipal Nova Jerusalém (Figura 08 - A) que se localiza na Comunidade homônima a 20 quilômetros da entrada do Ramal da Serragro, porém a pequena escola da comunidade foi desativada. A escola atual possui estrutura completa para ensino infantil, fundamental e médio, dividido nos três turnos: matutino, vespertino e noturno com salas climatizadas, refeitório para alimentação dos alunos, elevador e acesso à Internet, o que melhorou a qualidade do ensino para as crianças e os jovens. Os alunos do ensino médio estudam à noite e as aulas são por vídeo com a presença de um professor mediador.

A partir desta mudança, o transporte escolar passou a ser realizado em duas etapas. Dentro do ramal por um dos comunitários que foi contratado pela prefeitura para levar os alunos das vicinais até a sede da associação e da sede da associação à escola por um ônibus escolar como mostra a Figura 08 - B.

Para os jovens ou adultos que desejam cursar o ensino superior ou técnico, a prefeitura disponibiliza transporte para a sede do município, que passa por volta as 16 horas e retorna às 23 horas com os alunos. Desta forma, embora não haja estas estruturas na Comunidade, os seus moradores têm acesso a estes serviços sem a necessidade de mudança de domicílio para a sede municipal ou para a capital Manaus. Alencar (2003) ressalta que a migração dos filhos para a área urbana ameaça o modelo de reprodução social ao promover a fragmentação dos grupos

domésticos. Primeiro, os pais não encontram trabalho na área urbana e retornam para produzir na área rural, enquanto a mulher e os filhos permanecem na cidade. Segundo, as famílias ao migrarem para a área urbana rompem com um modelo de reprodução social característica das sociedades rurais. Além disso, deixam de repassar um conhecimento tradicional e não preparam os filhos para dar continuidade a uma tradição de trabalho com a terra.



A.



B.

Figura 08 - Serviços e equipamentos públicos acessíveis na Comunidade Santo Antônio do Abonari: Presidente Figueiredo, AM. (A) Escola Municipal Nova Jerusalém; (B) Transporte Escolar intercomunitário.

Fonte: Rute Holanda Lopes, 2014.

Não há lojas de roupas ou calçados na comunidade, no entanto, vários comunitários trabalham com vendas de roupas, bijuterias, calçados e cosméticos por catálogos das empresas Avon, Hermes, Natura, Jequiti, entre outras. Estes ao

mesmo tempo que atendem às necessidades dos comunitários geram renda para os que fornecem estes produtos. Alencar (2003) classifica as mercadorias de acordo com sua destinação de consumo. Dividindo-os em artigos de primeira necessidade (alimentos que compõem a cesta básica e combustível) e os artigos considerados de luxo (sabonete, xampu, perfumes, condicionador, roupas e calçados), cujo consumo pode ser dispensável. Isto pode ser inferido, se observarmos que há alguns estabelecimentos que focam nos gêneros de primeira necessidade, enquanto que os artigos do segundo grupo ou são acessados via catálogos ou fora da comunidade.



Figura 09 - Serviços e equipamentos privados acessíveis na Comunidade Santo Antônio do Abonari. Presidente Figueiredo, AM. (A) Mercadinho Itinerante: Caminhão Baú; (B) Bar e Mercadinho Pimentinha. **Fonte:** Rute Holanda Lopes, 2014

Quanto a gêneros alimentícios, material de higiene, gás e bebidas a comunidade possui três pequenos comércios, o primeiro funciona na própria residência do morador e os demais são pequenas estruturas de madeira dentro da

propriedade, dos quais um destes também funciona como um bar e local de encontro da comunidade (Figura 09 - B).

Estes estabelecimentos são utilizados apenas para faltas de produtos do dia a dia, assim as compras maiores são feitas na sede do município quando os agricultores familiares vão acompanhando suas produções a serem vendidas no mercado, ou ainda, quando vão sacar seus pagamentos de aposentadorias, bolsas, pensões e etc. O mesmo se repete com os agricultores que vendem seus produtos em feiras da capital Manaus. Estes dois grupos preferem comprar fora da comunidade pelos preços menores.

Uma alternativa para os moradores da comunidade são os caminhões baús que funcionam como mercadinhos itinerantes (Figura 09 - A) que vêm a comunidade a cada quinze dias, um deles pertence a um comerciante na BR 174 e outro ao proprietário de um supermercado na sede do município de Presidente Figueiredo.

Ambos usam o mesmo sistema, abastecem o caminhão com produtos de seus estabelecimentos e vendem nos ramais e comunidades ao longo da BR 174. A variedade inclui frangos, calabresas, enlatados, produtos de higiene e de limpeza e gêneros alimentícios.

Na BR 174, funciona um outro mercadinho em um posto de gasolina, este se destaca pela existência de um pequeno açougue, venda de leite e queijo e pela possibilidade de pagar com cartão de débito ou crédito. Na comunidade Nova Jerusalém, que fica a 20 quilômetros de distância, também há mercadinhos maiores, com produtos diferenciados, lojas de roupas e calçados e uma pequena drogaria. Nesta comunidade também há telefones fixos que possibilitam a comunicação com parentes em Manaus ou na sede municipal.

Estas estruturas permitem aos comunitários o acesso a bens e alimentos produzidos externamente. Observa-se na comunidade muitos elementos da modernidade urbana. Praticamente em todas as residências há aparelhos celulares, em sua maioria os chamados "*smartphones*", mesmo sem sinal de telefonia ou Internet, os comunitários os utilizam no seu dia a dia como forma de entretenimento e ferramenta de auxílio nas atividades escolares e no trabalho. Destaca-se, o serviço

de TV por assinatura em algumas residências, o que se apresenta como elo de conexão com o mundo globalizado. Permite aos jovens e às crianças dividirem as mesmas experiências de entretenimento e aos adultos o acesso a informações antes restritas a áreas urbanas, principalmente pelo acesso a canais locais com programação e jornalismo da região que as antenas parabólicas tradicionais não conseguem acessar.

Estes serviços possibilitam a esta população uma melhor qualidade de vida, conforto e praticidade pela oferta de serviços essenciais como saúde, transporte e educação. Disponibiliza também a possibilidade de empregos para os que não queiram ou possam trabalhar nas atividades agrícolas e o acesso a bens e serviços ofertados pelo setor privado que garantem maior comodidade. Neste sentido, Carneiro (1997) coloca que esta integração entre o rural e a economia global, pode propiciar o reforço de identidades apoiadas no pertencimento a um localidade ao contrario de diluí-las como se acreditava.

Quanto à assistência técnica e ao escoamento e comercialização da produção agrícola, a comunidade é atendida pelo IDAM- Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas, pela SEPROR – Secretária de Produção do Estado com cursos de capacitação e manejo, e pela Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo que coleta a produção e transporte para comercialização nas principais feiras da capital do Estado, destacando-se a feira do Produtor, Expoagro, CIG's e da SEPROR ou na feira municipal de Presidente Figueiredo.

Durante o período da colheita de frutos de buriti a Associação ABORITI entra em contato com a Prefeitura e esta disponibiliza um caminhão com motorista por dois dias na semana, doa mensalmente gêneros alimentícios para o fornecimento de refeições ao que estiverem trabalhando na Associação. Além disso, a prefeitura também auxilia no contato entre a comunidade e as empresas compradoras do óleo de buriti e vem sendo o elo em algumas negociações. Há, portanto, o apoio do setor público para a produção e comercialização da produção agrícola dos comunitários e à miniusina da Associação Comunitária, o que facilita o acesso destes aos mercados e demonstra o interesse do setor público no desenvolvimento desta atividade.

Perfil socioeconômico dos agricultores familiares da Comunidade Santo Antônio do Abonari

Na comunidade Santo Antônio do Abonari a primeira geração que nasceu nesta localidade já se tornou adulta, está na fase produtiva cujas idades estão entre 25 e 40 anos. Os primeiros moradores estão aposentando-se e reduzindo sua atividade produtiva. Diferentemente, do que Bispo (2014) identificou com os extrativista de buriti no noroeste de Minas Gerais, lá a maioria herdou suas propriedades da família que já está na região há muito tempo e por isto tem uma ligação maior com a terra.

Os nascidos no Abonari, filhos dos primeiros comunitários, dividem-se em três grupos. O primeiros são os que migraram para a Capital Manaus em busca de formação e emprego, estabilizaram-se e fixaram-se na residência. Este grupo acaba se tornando apoio para a família que vem em busca de tratamento médico, da compra de produtos ou em busca de serviços mais complexos. Mantém o vínculo com a comunidade, visitam os pais regularmente e alguns têm propriedades que utilizam para lazer em fins de semana ou feriados e onde pensam em morar na velhice.

Um segundo grupo são os que foram estudar na sede do município e lá fixaram residência, formaram família e trabalham. Estes mantêm vínculo maior com a comunidade, visitam e são visitados pelos pais e irmãos com maior frequência, pela proximidade. Tornam-se importantes também por oferecem apoio para a família para atendimento de necessidades do dia a dia como saques de aposentadoria, realização de compras de alimentos e medicamentos, bem como lugar de apoio na sede municipal.

O terceiro grupo é formado por aqueles que fixaram residência na própria comunidade, constituíram família e trabalham na área da comunidade ou nas proximidades. Além da produção agrícola, alguns membros também trabalham no setor público: posto de saúde, escola, posto de fiscalização da SEFAZ ou no setor privado: restaurantes, empresa de transportes, posto de combustíveis e em mineradoras ao longo da BR 174.

Das 12 famílias entrevistadas, 9 são formadas por casais com a idade média de 52,5 anos, são moradores da comunidade há mais de 20 anos e têm mais de três filhos. Predominantemente, são oriundos do interior dos Estados do Amazonas, Pará e Maranhão. Quanto à presença de crianças menores de 8 anos de idade, 50% das famílias possuem entre seus membros crianças com esta faixa etária. No entanto, em algumas famílias estas crianças já são os netos dos primeiros moradores que moram na unidade familiar juntamente com os pais ou são criados pelos avós (Tabela 2).

Tabela 2–Procedência e Tempo de Permanência das Unidades Familiares (UF) na Comunidade Santo Antônio do Abonari, Presidente Figueiredo, AM.

Unidade Familiar	Procedência	Tempo na Comunidade	Idade dos Moradores		
			Abaixo de 8 anos	Acima de 8 anos	Total de Moradores
A	Novo Aripuanã, AM	15 anos	0	2	2
B	Santarém, PA	4 anos	2	6	8
C	Caxias, MA	23 anos	2	2	4
D	Santarém-PA	27 anos	0	5	5
E	Novo Aripuanã, AM	23 anos	0	2	2
F	São Paulo de Olivença, Am	23 anos	1	4	5
G	Oriximiná, PA	16 anos	0	1	1
H	São Paulo de Olivença, AM	30 anos	2	5	7
I	Careiro da Várzea, AM	4 anos	2	2	4
J	Alenquer, PA	24 anos	1	5	6
L	Bacabal, MA	5 anos	0	4	4
M	Careiro da Várzea, AM	15 anos	0	4	4
MÉDIA		17,41	0,83	3,5	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Quanto aos moradores entrevistados que estão ligados a produção do buriti, observou-se que a maioria são pessoas que já tem mais de 40 anos de idade, já possuem família e moram na comunidade há muitos anos (Figura 10). Chegaram na juventude ou início da fase adulta e fixaram-se na lá para produzir e criar os filhos. Apenas 3 destes estão a menos de 15 anos na comunidade.

Destas três, uma família veio acompanhando o marido que é motorista da linha de ônibus que atende às comunidades da região interligando-as a sede

municipal. As outras duas famílias dedicam-se a atividades agrícolas na comunidade, acham que esta é bem atendida por escolas e médicos e gostam da tranquilidade do local.

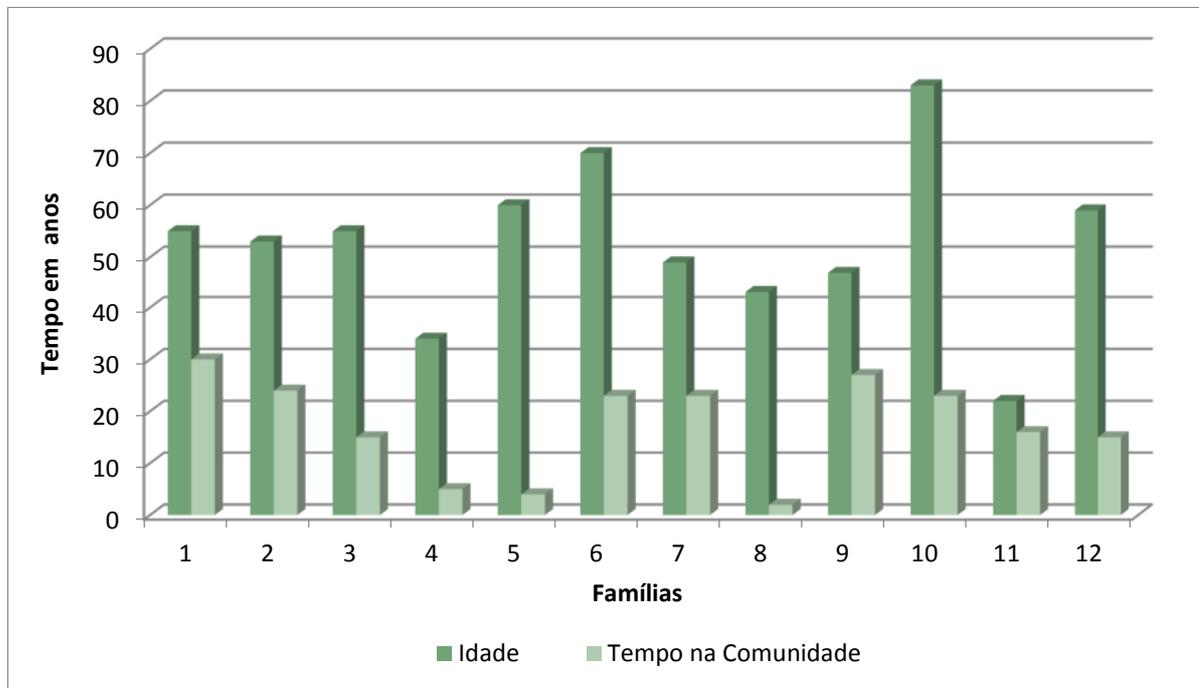


Figura 10: Idade e tempo de vida dos moradores da Comunidade Santo Antônio do Abonari, Presidente Figueiredo, AM. n=12.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Os moradores mais antigos que já moram há mais de 15 anos na comunidade têm uma ligação maior e não pretendem se mudar. Geralmente, já possuem filhos morando em Manaus e/ou Presidente Figueiredo e sentem-se seguros por terem amparo em caso de uma doença ou problema mais grave que não possa ser resolvido na comunidade.

A escolaridade dos agroextrativistas é baixa, apenas 3 tem o ensino médio completo e 1 o ensino fundamental, 3 só tem o ensino primário, 2 não concluíram o ensino fundamental e 3 tem apenas um ano de estudo (Figura 11). No entanto, dada a estrutura escolar e os serviços disponíveis para os comunitários, os filhos estão na escola, formaram-se no ensino técnico e alguns cursam/cursaram faculdade, na sede municipal ou mesmo na Capital. Isto demonstra que os serviços oferecidos à comunidade podem qualificar os alunos a acessarem a universidade, proporcionar formação profissional e melhoria de vida.

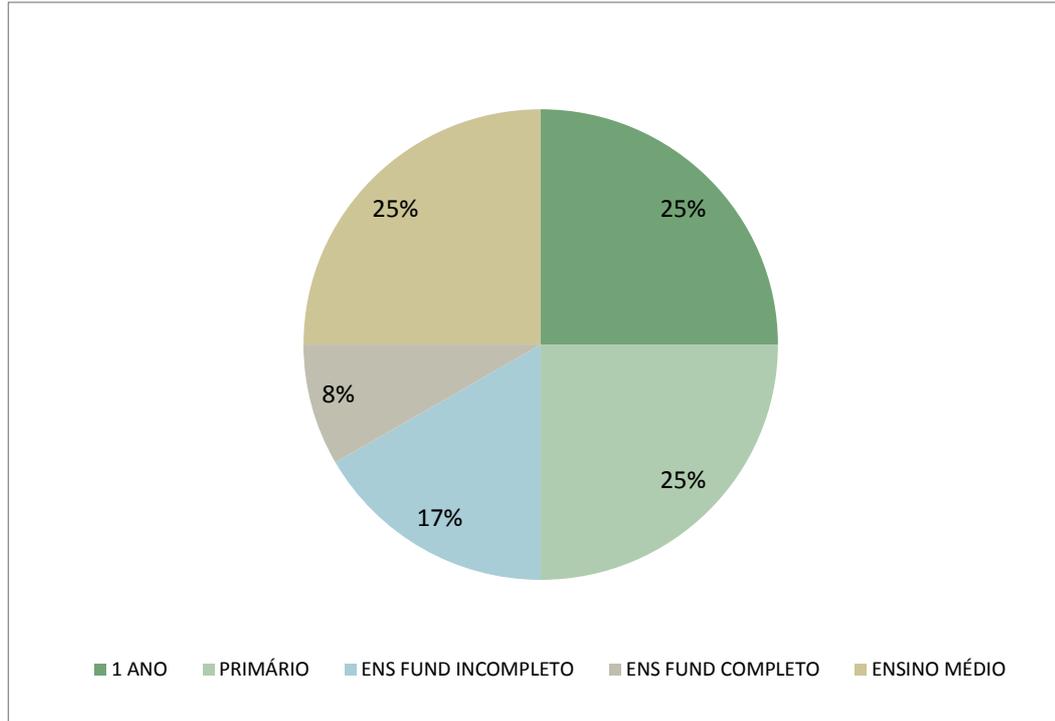


Figura 11: Escolaridade dos moradores da Comunidade Santo Antônio do Abonari, em Presidente Figueiredo, AM. n=12.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Os que conseguem a formação morando na comunidade também, têm mais facilidade para se empregarem e permanecerem no local. A filha de um dos primeiros agricultores, estudou na sede municipal, formou-se como técnica de enfermagem e atualmente trabalha no posto de saúde. Outra filha de um dos moradores possui ensino médio completo e curso de informática, com isto conquistou um emprego no posto de fiscalização da SEFAZ, entre outros exemplos.

Há ainda dois outros jovens, filhos dos entrevistados que cursam universidade em Presidente Figueiredo e moram na comunidade. A importância de cursar a universidade morando na comunidade é que estes mantêm o vínculo e pretendem ficar lá. Já os que estudam em Manaus, geralmente empregam-se e/ou constituem família na capital e enfraquecem o vínculo, perdendo o interesse de voltar a morar na comunidade.

Quanto ao estado civil, a maioria são casados, chefes das famílias e isto se repete nos que estão ligados à produção de buriti. Apenas um jovem de 22 anos ainda não é casado e mora sozinho, mas isto ocorre porque morava com o pai viúvo e este faleceu, herdou a terra e decidiu ficar na propriedade. Dos entrevistados, 7

são homens e 5 mulheres, no entanto, isto se tornou menos relevante, pois a maioria dos casais respondeu em conjunto e apenas foi registrado o gênero do cônjuge que se identificou para o formulário.(Figura 12).

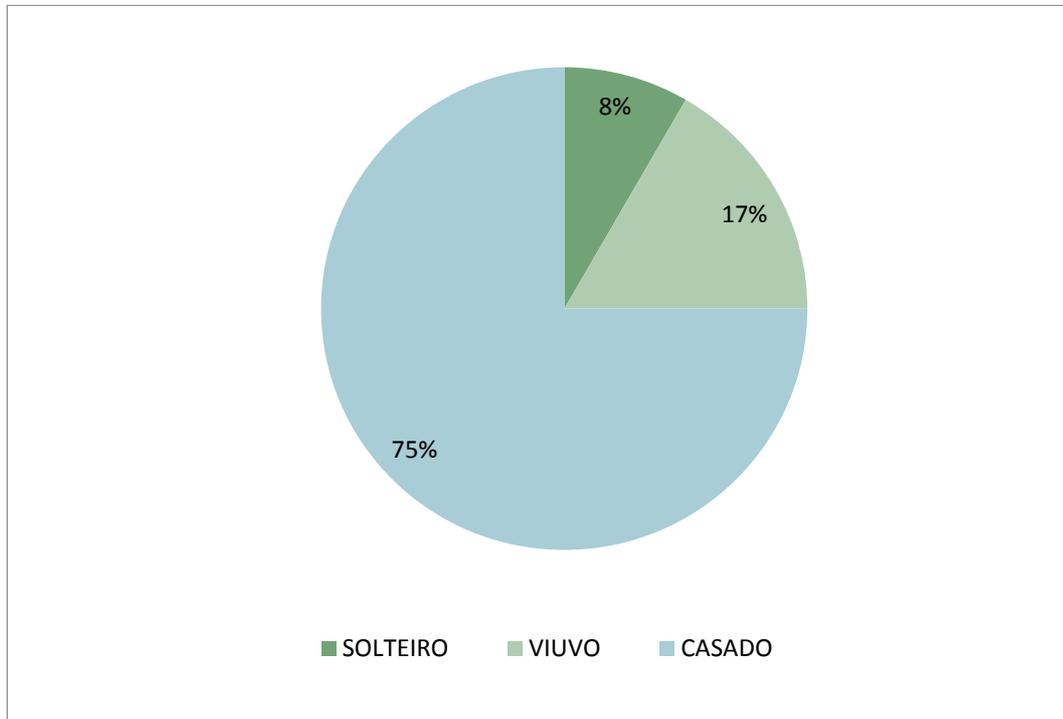


Figura 12: Estado Civil dos moradores da Comunidade Santo Antônio do Abonari, em Presidente Figueiredo, AM. n=12.

Fonte: Pesquisa campo, 2014.

Dois dos entrevistados são viúvos e têm filhos casados que moram com suas famílias na mesma casa, continuam sendo os chefes da família, mas são auxiliados pelos filhos adultos na provisão do lar. Os 8 restantes são casados, aqueles com mais de 50 anos moram apenas com os cônjuges, alguns criam netos e os casais mais jovens moram com os filhos crianças e/ou jovens.

Apesar de morarem em uma comunidade afastada dos centros urbanos, que não recebe sinal de celular ou acesso à Internet, observa-se que as casas são bens equipadas e a busca por informações e facilidades dos dia-a-dia se reflete nos equipamentos existentes nas residências (Figura 13).

Somente uma das residências não possui aparelho celular, algumas casas tinham até quatro aparelhos, estes são utilizados para se comunicar quando estão na sede do município ou em Manaus. Desta forma, observa-se que mesmo distante

dos grandes centros estas tecnologias são acessadas com certo domínio por estas populações, principalmente por jovens e adolescentes.

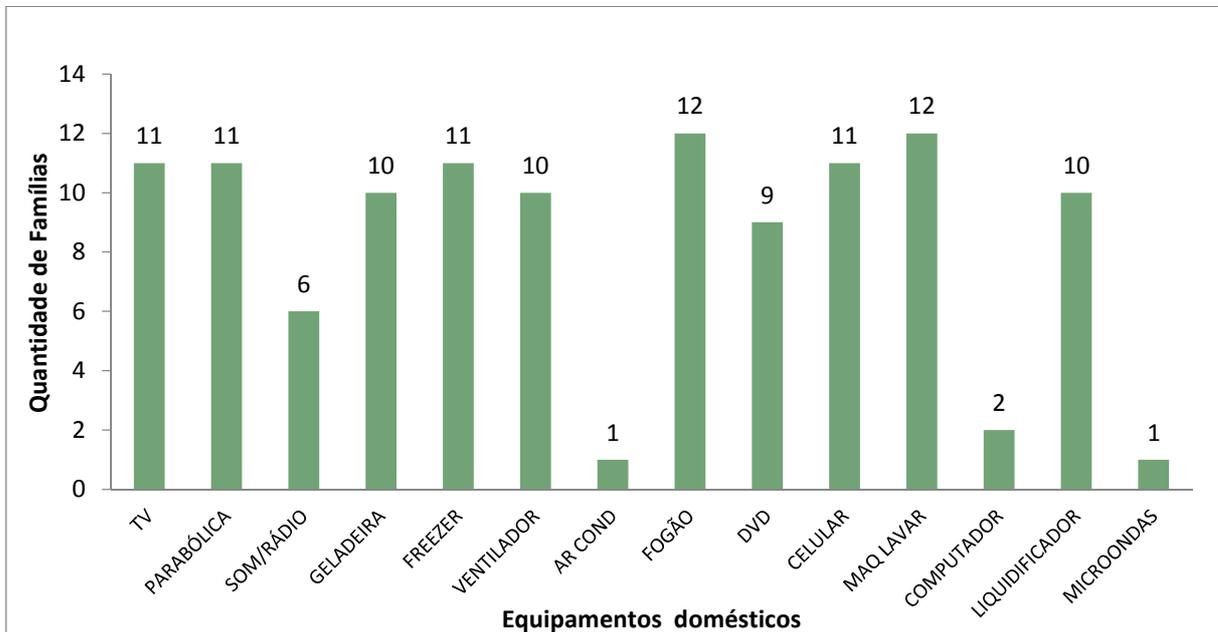


Figura 13: Equipamentos domésticos nas residências na Comunidade Santo Antônio do Abonari. Presidente Figueiredo, AM.

Fonte: Pesquisa de campo.

Outra modernidade é a presença de antenas, não apenas as parabólicas comuns, mas principalmente a chegada e da TV paga, ou seja, com canais fechados. Este é um diferencial, principalmente às crianças e aos jovens. Enquanto os primeiros, demonstram conhecer os canais infantis como *Discovery Kids*, *Cartoon*, entre outros, os jovens preferem os canais musicais como *MultiShow* e de filmes. Os canais abertos também são muito assistidos, principalmente em busca de telejornais e de novelas pelos adultos.

Rodrigues (2013) em estudo na área de influência da Hidrelétrica de Balbina, que inclui esta comunidade, registrou que na área há símbolos representantes do aspecto urbano e do contato íntimo com a sociedade do consumo, símbolos contrastantes com o ambiente em si, como televisões de tela plana na sala de estar, aparelhos celulares de última geração e computadores tipo *notebooks* que servem de vídeo game para crianças, entre outros.

Estes bens comuns nos centros urbanos parecem se integrar facilmente a esta realidade rural, embora os pais não dominem a nova tecnologia, recorrem aos filhos para acessar as comodidades ofertadas por elas, seja a TV com canal fechado

(paga) ou até mesmo nos aparelhos celulares. Quanto aos celulares são usados por todas as faixas etárias. Pelos mais velhos, as ferramentas mais utilizadas são a agenda com os contatos dos familiares, a calculadora e a fotografia.

Para os mais jovens, ressalta-se principalmente as músicas e vídeos que são compartilhados entre os comunitários da mesma faixa etária, mas tem como fonte principal o ambiente escolar. Pela falta de sinal de telefonia, o recurso utilizado para tal é o *Bluetooth*, sobre o qual os mais jovens têm domínio e facilidade no uso. A fotografia é utilizada não apenas para momentos do dia a dia, mas em sala de aula para registro dos *slides* e dos exercícios, uma vez que o ensino médio é ministrado por videoaulas e a rapidez muitas vezes dificulta que copiem todo o conteúdo nos cadernos. As crianças dão mais importância aos jogos.

No entanto, cada vez mais esta mudança provoca alterações em diferentes níveis dependendo do grau de inserção no mercado, das tradições e do nível de conscientização de cada comunidade e da faixa etária dos envolvidos, tais mudanças são mais facilmente absorvidas pelas gerações mais jovens que ainda possuem uma identidade em construção.

Além do fogão, o único eletrodoméstico que estava presente em todas as casas foi a máquina de lavar roupas, mesmo a geladeira, o ventilador e a TV não conseguiram alcançá-la. A máquina de lavar representa liberdade para que a mulher possa desenvolver outras atividades e autonomia para homens que moram sozinhos. Após um dia de trabalho, ela pode lavar a roupa durante a noite enquanto descansa e estendê-las ao sol pela manhã. As máquinas mais sofisticadas, geralmente, são presentes dos filhos que moram nos centros urbanos, isto ocorre pelos maiores níveis de renda deles, pelo acesso mais fácil a estes bens e pelo domínio desta tecnologia que precisa ser repassada aos pais,

Apenas uma casa não possuía televisão, já a geladeira foi preterida ao freezer em duas residências, uma vez que este último se mostra mais útil para o armazenamento de carnes para consumo próprio e de polpas de frutas para venda. Mas, verificou-se a presença das duas em comum nas residências dos entrevistados.

Os aparelhos que ainda são escassos na comunidade são principalmente o ar condicionado e o micro-ondas, presentes apenas em uma residência cada. Em seguida o computador foi encontrado em duas casas. No entanto, a comunidade recebeu a doação de 11 computadores e equipamentos para acesso a Internet do Ministério das Comunicações. Estes permanecem guardados na casa do presidente da comunidade por falta de apoio para a instalação e de local seguro. Apenas um dos computadores foi instalado na sede da Associação, mas pelo pouco domínio da tecnologia e pelo uso de *softwares* ultrapassados , o aproveitamento destes é limitado.

Os equipamentos sociais e os serviços públicos e privados disponíveis na Comunidade Santo Antônio do Abonari mostram-se importantes para a permanência da população atual e como atrativos para novos moradores. Durante a pesquisa de campo, foram citados pela população como satisfatórios e fáceis de serem acessados. Muitos relatam que acessam mais facilmente serviços de educação e saúde na comunidade do que alguns parentes que moram em centros urbanos.

No entanto, a ausência de serviços de telefonia fixa e móvel ainda é um dos grandes problemas na comunidade, pois impossibilita a comunicação para as famílias e para a Associação, impondo-se como um entrave aos relacionamentos pessoais e comerciais. De um modo geral, o isolamento destas famílias não impede que estas tenham uma boa qualidade de vida e consigam acessar os bens e serviços desejados, o acesso diário a centros urbanos, assim como o acesso a escolas fora da comunidade permitem a troca de experiências constantes entre esta população e as modernidades da sede municipal e da capital.

Capítulo 2 - EXTRATIVISMO NA ERA DA SUSTENTABILIDADE: incluindo agricultores familiares no Mercado Global?

INTRODUÇÃO

A exploração dos recursos naturais e a poluição ambiental tomaram proporções que levaram à revisão do processo produtivo, à criação de regulamentações nacionais e internacionais e ao debate científico sobre o assunto. Drucker (1989) coloca que o século XX testemunhou o surgimento de uma nova e importante tarefa: proteger a natureza do ser humano.

Foram estas mudanças em âmbito mundial que fizeram emergir a questão ambiental. Após o Clube de Roma, da Conferência de Estocolmo e da Rio 92 a conscientização sobre a necessidade de se cuidar do meio ambiente começou a ser disseminada em todas as esferas da sociedade, deixando de ser exclusividade dos cientistas, pesquisadores e de alguns governos. Segundo Sachs (2002) a partir deste evento a população mundial dá início ao processo de conscientização acerca da limitação do chamado capital da natureza e dos perigos decorrentes das agressões ao meio ambiente, usado como depósito de materiais e de resíduos.

Inicia-se um processo de busca por melhorias nos procedimentos e produtos que possibilitassem uma melhor utilização dos recursos naturais e pela redução nos resíduos industriais e domésticos. A preocupação dos ambientalistas ganha a opinião pública forçando as empresas a aderirem ao processo de proteção ambiental.

Todo esse movimento causou inúmeros questionamentos no meio acadêmico, social e político mundial levando à mudança no comportamento das pessoas e organizações, no sentido de rever hábitos, processos produtivos, criar e aplicar uma legislação específica voltada à proteção do meio ambiente e à submissão a normas internacionais de regulamentação ambiental. Camargo (2003) ressalta que um dos mais importantes avanços do século XX foi o despertar de uma consciência ambiental e da necessidade de encontrar um equilíbrio entre as ações humanas e a preservação do meio ambiente onde vivemos. Completa afirmando que a amplitude dos problemas sociais e ambientais, do mundo atual, tem-se revelado uma poderosa força geradora e propulsora de mudanças em nossa realidade no

sentido de integrar os interesses sociais e econômicos com as possibilidades e os limites definidos pela natureza.

Deste modo, verifica-se nas últimas décadas a preocupação em torno da sustentabilidade, da renovação, da capacidade de suporte, da resiliência ou da manutenção dos recursos existentes em sistemas pressionados pelo homem e pela atividade econômica. A inquietação quanto ao uso de matérias-primas, energia e lançamento de efluentes sólidos, líquidos e gasosos é relativamente recente e traz implicações importantes para vários setores da atividade humana, destacando-se a reorientação da pesquisa científica para utilização racional dos recursos e garantia prioritária de sua conservação (CLEMENTE e HIGASHI, 2000).

Esta preocupação leva a um processo de mudança comportamental do consumidor, com influencia direta sobre as questões extrativistas. Primeiramente, os consumidores passaram a desejar produtos que respeitassem o meio ambiente, minimizando as agressões durante os processos extrativos. E em um segundo momento, perceberam que a utilização de produtos naturais e/ou orgânicos são melhores para sua saúde e qualidade de vida, bem como para o planeta. Nesta perspectiva, produtos que substituam a base química por matéria-prima originada do extrativismo artesanal em pequena escala que ajude a preservar a natureza e as populações que nela habitam, tornou-se um apelo de mercado para um novo nicho de consumidores ecologicamente conscientes.

Com o aumento deste público novas indústrias e empresas surgiram com o intuito de oferecer produtos naturais ou orgânicos. Com o sucesso destas empresas, muitas indústrias passaram a mudar o seu modo de produção criando linhas específicas para este tipo de produto ou adquirindo empresas de sucesso já existentes. Dentre estes se destacam os cosméticos orgânicos, naturais e os biocosméticos, seguida pelas indústrias de fármacos e alimentos nutracêuticos.

No entanto, as empresas de cosméticos ganharam destaque pelo seu público consumidor que aderiram rapidamente ao uso de produtos ecológicos, mais conscientes que se destacam dos demais consumidores pela preferência por este tipo de produtos, disponibilizando-se a pagar um preço superior por um produto que atenda a estes critérios. A APEX-Brasil (2008) considera que o consumidor

ecológico está disposto a pagar até 15% a mais por um cosmético natural e cita ainda que o faturamento da empresa Natura foi o mais espetacular, crescendo 600% nos últimos oito anos e que a empresa Boticário, em cinco anos, contabilizou uma expansão do faturamento de 160%, atingindo R\$ 150 milhões.

A partir de uma mudança no comportamento do comprador surge um nicho de mercado no mercado nacional e internacional de cosméticos. A busca por produtos mais saudáveis, ecologicamente corretos e socialmente responsáveis surge de uma mudança nos valores dos consumidores a partir de uma conscientização sobre os impactos sociais e ambientais que resultaram da intensificação do uso de produtos industrializados com forte base química.

O Planeta Orgânico (2008) considera que produtos cosméticos orgânicos são elaborados com matéria-prima de extratos de origem vegetal e natural e não-sintética. Este fato torna-se um importante diferencial, pois ainda segundo o Planeta Orgânico, cerca de 99% dos produtos tradicionais usam materiais sintéticos como os derivados do petróleo. Esse controle de qualidade, exigido pelas organizações nacionais e internacionais, mostra-se como uma alternativa capaz de conquistar um público cada vez mais preocupado com a saúde e com o meio ambiente.

As empresas produtoras de cosméticos estão incorporando a tendência internacional de uso dos óleos vegetais e essenciais. Segundo a Abihpec (2008), existem no Brasil 1.494 empresas atuando no mercado de produtos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, sendo que 15 empresas de grande porte, com faturamento líquido de impostos acima dos R\$ 100 milhões, representam 72,8% do faturamento total. Destaca, ainda, que a Natura faturou R\$ 2,5 bilhões, sendo 10% oriundos da linha Ekos que emprega os princípios ativos naturais da Amazônia, como óleos ou gorduras vegetais na sua composição, com o intuito não apenas de melhoria dos produtos, mas principalmente pela possibilidade de usar este fato como apelo de marketing

As primeiras empresas interessadas em biocosméticos ou cosméticos orgânicos caracterizavam-se por serem de pequeno porte e concentrarem-se neste nicho de mercado preocupado com o uso excessivo de produtos químicos pela sociedade industrial, sendo seguidas pelas grandes marcas que desenvolveram

linhas específicas, a partir do sucesso das primeiras. O GENAMAZ (2012) coloca que as principais empresas de médio e grande porte que se especializaram na venda de cosméticos com base natural são: Yves Rocher (francesa), The Body Shop (inglesa), Biotherm (francesa), Clarins (Francesa), Ushua (francesa), Rose Brier (americana), Mahogany (americana). Outras empresas de cosméticos tais como a L'Oreal, Esther Laudel, Clinique mantiveram sua produção de cosméticos com princípio ativo sintetizado, abrindo linhas específicas de produtos com base natural para atender à crescente demanda do consumidor natural.

A demanda, por esse tipo de produto, cresceu à medida que o público em geral percebeu a qualidade dos produtos e esta mudança provocou um movimento das indústrias tradicionais deste segmento que as fez investirem em pesquisa e desenvolvimento de seus próprios produtos ou ainda na aquisição de empresas já estabelecidas, como mostra a APEX-Brasil (2008), ao afirmar que no mercado de cosméticos com base de produtos naturais, distinguem-se dois grupos de empresas: o primeiro é especializado em produtos naturais, utilizando apenas esses insumos naturais na sua matéria-prima e o segundo grupo de empresas são as tradicionais do ramo de cosméticos que buscam aumentar suas vendas diversificando a produção para cosméticos naturais ou lhes adicionando aromas, corantes e vitaminas naturais.

O IBD – Instituto de Biodinâmica - (2008) confirma tais dados ao colocar que o mercado de cosméticos orgânicos está crescendo no mundo. Grandes players, como L'Oreal (França), L'Occitane (França), Lush (Reino Unido) e Aveda (USA), para citar alguns, estão dando passos concretos nessa direção e lançando novos produtos. Cita ainda que a L'Oreal comprou a Body Shop inglesa e a Sanaflore francesa, ou seja, pequenas empresas especializadas estão sendo adquiridas pelas grandes empresas mundiais de cosméticos.

Esse crescimento generalizado coloca o tema em evidência e mostra vantagens e desvantagens, oportunidades e ameaças. De um lado posicionam-se os países produtores e detentores de tecnologia e de outro os países fornecedores de material orgânico que na maioria dos casos não dispõem de capacitação para a oferta do produto final e por isso tem uma posição desfavorável. Este cenário é confirmado pelo GENAMAZ (2012) ao relatar que a expansão da indústria de

cosméticos natural tem resultado em fortes questionamentos nos países detentores da biodiversidade sob dois distintos aspectos:

1º) impactos do extrativismo: está associado aos ecologistas e protetores do meio ambiente que questionam os impactos do extrativismo comercial sobre a floresta e sobre as populações tradicionais. O uso de insumos naturais tem por limite a escala da coleta e a sustentabilidade da floresta. Na grande maioria dos casos, a indústria busca novos cultivares que garantam a escala de produção dos insumos. Este é o caso do Ginkgo biloba, originário da China, produzido, atualmente, na França e nos Estados Unidos.

2º) coleta de matéria prima: a institucionalização da coleta de matéria prima que supra os bancos genéticos para a bioprospecção de moléculas a serem sintetizadas quimicamente. A regulamentação do acesso das empresas de cosméticos aos recursos naturais é imprescindível. Neste caso, requer-se a institucionalização da coleta de materiais, em particular da flora, para evitar-se a biopirataria e/ou a extinção das espécies incorporadas no processo de produção.

Revilla (2002) observa que o universo de plantas amazônicas para o uso na cosmética é praticamente ilimitado, e que a cada dia novas espécies são registradas, aumentando as possibilidades de uso destas como fontes de vitaminas, óleos vegetais, essências, cicatrizantes e outros. Abrantes (2002) observa que o volume de produção e venda de produtos baseados em produtos naturais da Amazônia ainda é modesto em relação ao seu potencial e destaca que a sustentabilidade desta atividade vincula-se muito mais à capacidade de empreender do que à abundância dos recursos naturais e à vocação regional.

Segundo a SUFRAMA (2012) no Amazonas, dentro da cadeia produtiva dos fitoterápicos e cosméticos, existem quatro segmentos:

1) Fornecedor de matéria-prima: concentra-se em Extrativistas ou Agricultores familiares.

2) Usinas de extração de óleo bruto: extrai o óleo de forma artesanal e situam-se nos municípios do interior do Estado como Parintins, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Borba, Carauari.

3) Indústria de refinamento de óleos vegetais: neste estágio estão presentes as indústrias que trabalham na elaboração de matérias-primas para a utilização nas indústrias de cosméticos, alimentícias, farmacêuticas, fito fármacos, locais nacionais e internacionais.

4) Indústria de fitoterápicos e cosméticos: neste estágio tecnológico-industrial existem duas empresas implantadas no Estado que trabalham com cosméticos e fitoterápicos, além das indústrias nacionais e internacionais.

Desta forma, a cadeia produtiva local se integra a cadeias globais, os fornecedores das comunidades amazônicas como Santo Antonio do Abonari vendem seus produtos para indústrias de refinamento de óleos vegetais locais ou nacionais e estas beneficiam o óleo bruto e vendem o produto com uma qualidade superior a indústrias de médio e grande porte dentro e fora do país e estas produzem cosméticos orgânicos ou biocosméticos e vendem para consumidores espalhados por diversos países mundo afora.

No Amazonas, essa realidade agrega o discurso de desenvolvimento sustentável, uma vez que a atividade extrativa ao integrar-se a cadeias produtivas de grandes indústrias poderia trazer benefícios financeiros aos extrativistas e às comunidades em que vivem. No entanto, esta realidade ainda é pouco estudada e baseia-se em discurso político, dos industriários e do marketing utilizado por estas empresas. Miguel (2007) destaca que no que se refere à Amazônia tem-se que analisar de que forma esta atividade contribui com o desenvolvimento em bases sustentáveis. Tem-se que avaliar se estes modelos são capazes de agregar valor ao produto regional, incorporar novas tecnologias, aproveitar a biodiversidade em bases sustentáveis e repartir os benefícios com as comunidades locais incluídas neste processo.

Um dos problemas recorrentes em produtos extrativos é que a oferta geralmente não consegue atender a demanda crescente do mercado como aconteceu com o pau-rosa, a borracha, a madeira, entre outros. Nem sempre a sustentabilidade biológica garante a sustentabilidade econômica e vice-versa. Nestes casos, muitas vezes a pesquisa científica leva ao processo de domesticação transformando a atividade extrativista em um monocultivo. De acordo com Homma,

Matos e Menezes (2005) a domesticação torna-se inevitável quando o setor extrativo não consegue atender a demanda de um mercado crescente, o extrativismo só conseguirá sobreviver enquanto o mercado for pequeno ou o estoque natural for suficiente. Ignorar isto seria negligenciar as evidências históricas amazônicas, nacionais e mundiais.

No entanto, este cenário não se aplica a mercado de produtos ecológicos, pois seus consumidores pertencem a um nicho de mercado peculiar, são exigentes quanto a procedência da matéria-prima e a forma de retirada desta da natureza, preferem o manejo de recursos naturais com certificações ambientais ao monocultivo que descaracterizaria o extrativismo e a sustentabilidade do processo como um todo. Não se importam em pagar mais por um produto oriundo de bases sustentáveis, desde que esta seja garantida pela conservação ambiental e o retorno social para os fornecedores de matéria prima, neste caso os agricultores familiares.

Considerando que o extrativismo baseia-se na produção de bens cujos recursos naturais úteis são retirados diretamente do local de ocorrência na natureza (DRUMMOND, 1996). As indústrias precisaram adequar-se e passaram a ter seus ciclos produtivos ligados aos ciclos naturais, pois as matérias-primas naturais oriundas do extrativismo têm um tempo certo e uma zona climática específica para serem colhidas e, posteriormente beneficiadas, logo as indústrias não podem interferir ou manipular este processo natural.

Para esse processo de mudança, a cultura empresarial deverá estar aberta a incluir novos processos produtivos e valores internos. Para Miller (1998) deve-se estar comprometido em perturbar o equilíbrio natural interno das organizações e levar as empresas a considerarem novas possibilidades estratégicas criadas pelas descobertas dos seus cientistas a desenvolverem novos processos, usos, produtos ou dispositivos.

Ocorre, a partir desse processo, a valorização da natureza, dos produtos naturais e do modo de vida de sociedades ancestrais e isso muda a direção do progresso, o homem que cada vez mais se distanciava da natureza em busca da modernidade, percebe que é necessária uma reaproximação. Esse movimento resgata o valor do extrativismo vegetal e o torna um elo de ligação entre a sociedade

moderna e a natureza, agregando valor econômico a produtos antes considerados bens livres, utilizados tradicionalmente por determinadas populações, com sua aplicação ligada à cultura, à religião, às práticas medicinais e aos costumes de cada povo. Dentre esses podem ser citados os óleos e as essências amazônicas.

A medida que o debate da sustentabilidade avançou, buscou-se entender cada região, avaliando suas potencialidades para que uma vocação regional pudesse ser identificada e a partir desta, políticas governamentais fossem criadas com o objetivo de desenvolvê-las. Becker (2002) considera que as comunidades regionais para se desenvolverem estão, agora, cada vez mais obrigadas a se valer de suas forças, por meio de suas capacidades adaptativas à inserção mundial e da criação de empregos/ocupações e rendas regionais.

No entanto, o modo de vida destas populações, sua relação com o lugar em que vivem e o tempo que regem suas vidas estão intimamente ligados à relação com a floresta, à natureza, às lendas, à cultura e à religiosidade local. O contato com as demais culturas vem ocorrendo de forma gradativa e mais lentamente em comunidades mais isoladas. No entanto, ao serem inseridas em uma cadeia produtiva este processo se altera e o que era gradativo e natural, torna-se dinâmico e muitas vezes invasivo.

Na Comunidade Santo Antônio do Abonari, estas mudanças estão ocorrendo muito mais pelo acesso aos mercados, do que pela inserção na cadeia produtiva dos cosméticos. O contato direto com os mercados ou por meio de familiares acelera o processo de modernização destas comunidades e do aumento no consumo de bens e serviços que incorporem novas tecnologias e que exijam conhecimento e domínio destas tecnologias tornam-se comuns e modificam os hábitos locais. Neste sentido, Fraxe (2000) ressalta que um elemento novo introduzido numa cultura não substitui o antigo imediatamente, a mudança nunca é completa até que os novos métodos sejam integrados ao âmago da cultura anterior e, durante o processo, modificam-se a cultura e o ponto de vista anterior.

Por meio do agroextrativismo, o homem amazônico insere-se na economia global como fornecedor de matéria-prima para uma cadeia produtiva que atende a uma demanda exigente em diferentes pontos do planeta. Com isso, ele passa a

sofrer pressões que alteram a sua percepção colocando-o dentro de uma nova realidade que o torna cada vez mais especializado e dependente do sistema capitalista, modifica a sua visão de mundo, os seus costumes, a sua cultura e o seu modo de viver e relacionar-se em sociedade.

Leff (2011) ressalta que o saber local das comunidades é onde se funde a consciência do seu meio, o saber sobre propriedades e as formas de manejo de seus recursos, as formações simbólicas e o sentido de suas práticas sociais, nas quais se integram diversos processos no intercâmbio de saberes. Portanto, a inserção destas atividades não pode quebrar este relacionamento com o meio, esse processo deve interagir com estas populações de forma a criar práticas que sejam naturalmente adaptadas a suas rotinas, não deve ser imposto, mas incorporado ao dia a dia destas comunidades.

Desta maneira, torna-se necessário entender a forma como a atividade de produção de óleo de buriti foi introduzida na Comunidade Santo Antônio do Abonari e conhecer as práticas dos agricultores desde a coleta até a comercialização do produto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os buritizeiros do ABONARI

O buriti é uma planta conhecida como indicativa de água na região amazônica, encontrada em toda região de floresta e no cerrado brasileiro. É uma das palmeiras mais presentes nesta região, sendo a água um dos veículos de disseminação da espécie, uma vez que esta proximidade e a facilidade de flutuação dos frutos permitem que estes sejam levados pelas correntes aquáticas (SAMPAIO, 2011).

Albuquerque e Regiani (1999) afirma que o buriti tem grande incidência na região ocidental sul-americana. Sampaio (2011) ressalta que o buriti é uma palmeira predominante em solos arenosos e encharcados, aparece em vários tipos de vegetação como savanas, florestas inundadas, floresta de terra firme ao redor de seus igarapés e até mesmo em áreas urbanas desde que haja remanescentes de

floresta natural em ambientes inundados. Cita ainda que a espécie é encontrada em países da América Latina como Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Brasil. No Brasil ocorre nos estados do Acre, Amazonas, Pará, Tocantins, Maranhão, Roraima, Rondônia, Piauí, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Na comunidade, não há outra palmeira que seja tão abundante ou presente em todas as propriedades, dentro e fora da floresta, às margens do ramal, dos lagos e da BR 174 (Figura 14). Foi justamente esta abundância que chamou a atenção da empresa C para buscar a comunidade como fornecedora do óleo de buriti para a mesma.



Figura 14: Buritizeiros em Santo Antônio do Abonari: (A) Lago 3 e (B) ao longo do Ramal da Serragro.

Fonte: Rute Holanda Lopes, 2014

Ao se percorrer toda a extensão do ramal da Serragro, os buritizeiros são abundantes, por todos os lados observa-se a presença de plantas em vários estágios de crescimento. Plantas adultas, jovens e as que ainda estão em uma fase inicial de desenvolvimento.

A palmeira do buriti é conhecida em algumas regiões como a árvore da vida, porque dela tudo se aproveita, desde a raiz como medicamento, o caule nas construções, a folhas no artesanato e na cobertura das casas, bem como os frutos por possuírem polpa comestível, além das sementes e da casca que podem ser utilizadas no artesanato, na ração animal e no adubo orgânico (DURÃES *et al*,2006). Observa-se a presença de buritizeiros muitos quilômetros antes da chegada à comunidade Santo Antônio do Abonari. Em toda a BR 174 eles estão presentes e se intensificam a medida que a comunidade se aproxima.

Na Comunidade Santo Antônio do Abonari, este uso é reduzido, apenas o fruto é utilizado como alimento, para retirada da polpa e para a extração do óleo e a casca e a semente para produção de adubo orgânico. Desta forma, as demais partes são preservadas e a funcionalidade da planta continua, mesmo com a atividade extrativista.

Sampaio (2011) detalha ainda mais seus usos principais desta espécie: as folhas são usadas para artesanatos, cestos, esteiras, utensílios, cordas, cobrir telhados, etc. Os talos (pecíolos) das folhas são usados para a fabricação de móveis, brinquedos, tapitis, etc. O caule é utilizado para construir cercas e paredes de casas.

Os frutos são consumidos *in natura*, ou utilizados em doces, óleos, sorvetes, geleias, etc. Em sua composição encontram-se água, proteína, lipídios, carboidratos e cinzas, no entanto, os autores divergem sobre as quantidades encontradas em cada fruto, isto pode justificar-se por variações regionais de solo e de clima e pelas subespécies que podem ser encontradas nas diversas regiões pesquisadas. Segundo relatos, a massificação dos buritizeiros na comunidade, ocorreu após o desmatamento da área pela empresa Serragro que facilitou o seu crescimento e acentuou-se após a inundação causada pela Hidrelétrica de Balbina, por estar localizada em sua área de influencia.

O buriti sempre existiu em grande quantidade na região, mas com a retirada da floresta os buritizeiros puderam se expandir, uma vez que não encontravam obstrução para o crescimento dos mesmos e a inundação da área aumentou a quantidade de áreas propícias ao desenvolvimento da espécie.

Antigos moradores relatam que a quantidade era muito superior, mas devido à abundância de buritizeiros alguns extrativistas não queriam ou não sabiam escalá-los e derrubavam a palmeira para facilitar a retirada dos cachos que ficam em suas copas, muitas delas com dezenas de metros de altura. Atualmente, esta prática está em desuso na comunidade, pela saída destas pessoas e pela conscientização dos comunitários da importância desta planta.

Como a exploração madeireira ocorreu entre 1974 a 1982, atualmente estas plantas têm uma idade média entre 40 e 30 anos e já estão muito altas, o que dificulta a retirada de seus frutos, portanto os coletados hoje são provenientes, em sua maioria, de plantas descendentes destas originárias.

Na década de 1980, a quantidade de buritizeiros e sua produção era muito maior do que hoje, segundo um dos moradores mais antigos, a comunidade era um "buritizal só". No período pós-Serragro, segundo relatos de moradores da época, em média se retirava semanalmente entre 250 a 300 sacas de 50 quilos com frutos de buritis da comunidade, ou seja, o equivalente a cerca de 15 toneladas semanais ou aproximadamente a 60 toneladas mensais, o que representava cerca de 360 toneladas por safra. Esta produção era escoada para Manaus e vendida nas feiras ou para fábricas de sorvetes. Atualmente, a quantidade retirada é muito menor. No ano de 2012, quando praticamente toda a safra foi vendida para a Associação, foram adquiridas um total de 343 sacas, ou seja, aproximadamente 17 toneladas, o que diminui a pressão sobre o recurso.

Devido à grande quantidade de árvores, a dificuldade de colheita em algumas pela altura, outras pela distâncias entre estas e o ramal, em razão dos terrenos alagadiços, entre outras, a maioria dos frutos permanece nas árvores para consumo dos animais e reprodução da espécie. Muitos moradores relatam que disponibilizaram suas terras para colheita, mas que a associação não retira os frutos em suas propriedades. Isto ocorre devido à abundância de buritizeiros que

possibilita que a demanda da associação seja atendida, sem a necessidade de utilizar todo produto disponibilizado pelos comunitários.

Segundo relato do escalador e um dos primeiros moradores da comunidade, a quantidade produzida nas árvores antigas ainda é grande, mas como são plantas com mais de 30 anos de idade já estão muito altas, dificulta a retirada dos cachos pelos comunitários, que preferem colher os frutos dos buritizeiros mais jovens e mais baixos, uma vez que os equipamentos utilizados só permitem alcançar os cachos de plantas de até 20 metros de altura (Figura 15 - A).



Figura 15: Buritizeiros: (A) Plantas adultas (20 metros, aprox.); (B) Plantas jovens.
Fonte: Rute Holanda Lopes, 2014.

Ao redor dos buritizeiros observa-se uma grande quantidade de plantas jovens (Figura 15 - B) em todas as etapas de desenvolvimento, embora as plantas adultas sejam facilmente visualizadas a distancia, ao se aproximar dos buritizeiros pode-se observar que as plantas jovens predominam em quantidades por todo o terreno. Sampaio (2012) ressalta que a taxa de germinabilidade das sementes é de 77% a 86%.

Embora tenha sido realizado um Plano de Manejo a pedido da empresa C, a retirada dos frutos ocorre de maneira espontânea, sem um estudo da área ou de planejamento prévio. Quando questionados, o discurso demonstra que os associados receberam orientações quanto ao manejo do buriti, sempre repetem que de cada quatro cachos um deve permanecer na planta para que os animais possam se alimentar de seus frutos e para reprodução da espécie.

Entretanto, na prática, escolhem preferencialmente algumas palmeiras jovens, menores, mais produtivas e próximas ao ramal, uma vez que o escoamento entre as árvores e o caminhão é feita nas sacas pelos próprios comunitários. Dos buritizeiros escolhidos retiram-se todos os frutos devido ao perigo e esforço em se escalar a planta para retirada dos cachos.



Figura 16: Buritizeiros próximos as residências no Ramal da Serragro, Comunidade Santo Antônio do Abonari em Presidente Figueiredo, AM.

Fonte: Rute Holanda Lopes, 2015.

Quanto a exploração dos buritizeiros na comunidade Santo Antônio do Abonari, observa-se que a presença de muitos destes próximos ao ramal e às residências (Figura 16) nas diversas propriedades onde ocorrem a coleta, facilita a retirada dos

frutos nas plantas mais acessíveis e conserva intactas as mais distantes ou as que estão no interior da floresta.

Muitos estão a menos de 10 metros das vicinais e ramais, mas na maioria a coleta ocorre em áreas que distam entre 50 e 100 metros das vias de acesso e as mais distantes a cerca de 200 a 250 metros dos pontos de escoamento, portanto são estas as distâncias percorridas pelos associados com as sacas de 50 quilos.

Segundo os moradores, há uma grande quantidade de árvores no interior da floresta que não exploradas devido às dificuldades de acesso pela distância e pela presença da mata fechada. Outras árvores que permanecem preservadas são as que margeiam os lagos da comunidades ou estão em áreas alagadiças pela impossibilidade de acessá-las ou ainda pelas dificuldades em derrubar os cachos e colher nestas áreas, uma vez que muitos frutos e até mesmo cachos caem na água, além deste risco a retirada dentro de canoas envolve muitos outros riscos, como alagamentos e o ataque de animais que vivem nos lagos como cobras "grandes" (sucuris) e jacarés.

Introdução da produção de óleo na Comunidade Santo Antonio do Abonari

A produção de buriti na Comunidade Santo Antônio do Abonari sempre foi expressiva e destacou-se no município de Presidente Figueiredo. No entanto, este fruto tradicionalmente tinha como destino principal as fábricas de sorvete e feiras da capital Manaus. Desde 1992 a comunidade já trabalhava com a venda do buriti, quando comercializava em média de 1.000 (mil) sacas de 50 quilos de buriti *in natura* por safra.

Em 2002, a empresa C, localizada no Polo Industrial de Manaus, estava em busca de uma localidade onde a produção de buriti fosse abundante para suprir sua demanda por óleo de buriti e atender a clientes produtores de cosméticos. Durante visita à Secretária de Ação Comunitária de Presidente Figueiredo recebeu a indicação da comunidade Santo Antônio do Abonari como maior fornecedora do fruto no município. E assim a comunidade foi identificada como produtora potencial.

O primeiro contato foi feito pelo Sr J.D., diretor presidente da empresa C. com o Sr. J.B.F., presidente da comunidade. Na primeira visita à comunidade os dois fizeram um reconhecimento da área, onde os buritizeiros foram observados e a partir daí iniciou-se a parceria Empresa C - Abonari. A empresa C realizou reuniões na a comunidade com o objetivo de divulgar o projeto e mobilizar os comunitários para participação local (Figura 17).



Figura 17: Primeira reunião dos associados da Associação ABORITI com a Empresa C
Fonte: Acervo pessoal Sr. J.B.F.

Segundo o Sr. J. B. F. foram realizadas cerca de 15 reuniões com este objetivo. Souza (2009) em trabalho anterior constatou o mesmo e relatou que inicialmente houve muitas reuniões na comunidade com o objetivo de conscientizar e informar aos comunitários da possibilidade de promover-se na associação comunitária uma forma de gerar renda aos interessados, desde que se organizassem e mantivessem a promessa de vender toda a produção do buriti para esta empresa.

No início da operacionalização das atividades, a empresa buscou uma parceria para o fornecimento de polpa seca, um processo artesanal muito simples que rapidamente foi assimilado pela comunidade. Nos anos de 2002 e 2003, o processo consistia na colheita dos frutos, retirada da polpa e secagem ao sol em lonas. As produções foram de 1.200 quilogramas vendidos a R\$ 1,20 (um real e vinte centavos) cada, no primeiro ano e de 1.800 quilogramas vendidos a R\$ 2,40

(dois reais e quarenta centavos) cada no ano seguinte. No terceiro ano em 2004, o processo produtivo teve um incremento, passou-se a exigir que a polpa seca fosse peneirada antes da entrega para retirada da casca e demais resíduos. Neste ano, foram produzidos 2.800 quilogramas e o preço de venda foi de R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos).

Neste período a atividade desenvolvia-se bem, os comunitários estavam engajados, toda a safra era vendida para a associação e toda a produção era comprada imediatamente pela empresa C. Havia 10 pessoas trabalhando na usina e 9 famílias vendendo os buritis em saca para a usina. A geração de renda ocorria para os extratores que recebiam R\$ 10,00 (dez reais) por saca vendida, algumas famílias chegaram a receber R\$1.200,00 por safra e para os trabalhadores da usina que recebiam uma média de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por mês, mas como trabalhavam por diárias havia uma variação nestes pagamentos, acima do valor do salário mínimo da época que era de R\$ 260,00 estabelecido pela Medida Provisória182/2004 de 30.04.2004.

A renda do buriti tornava-se um importante componente para o orçamento familiar na comunidade, igualando-se ou superando a renda gerada pela venda da farinha de mandioca, uma das principais fontes de renda interna destes agricultores.

No entanto, em 2005 a empresa C. buscou novas parcerias para o desenvolvimento de um projeto que oferecesse à comunidade uma estrutura que possibilitasse a produção do óleo de buriti pelos próprios associados, agregando valor à produção e trazendo mais renda e desenvolvimento para a comunidade.

O projeto começou a desenvolver-se e outras parcerias foram surgindo e auxiliando em sua execução do mesmo, entre estes: o Conselho de Desenvolvimento Humano do Estado do Amazonas (CDH), a Organização Não governamental - ONG Amigos da Terra, a antiga Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas (AFLORAM) atual ADS - Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas, o IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas, o CBA - Centro de Biotecnologia do Amazonas, UFAM - Universidade

Federal do Amazonas por meio de um Projeto do Professor José Castro e do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA).

Nesta fase do projeto, foi necessário montar uma estrutura que possibilitasse a extração do óleo do buriti e a capacitação dos comunitários para operar as máquinas. O CDH com recursos do FDH - Fundo de Desenvolvimento Humano do Estado do Amazonas financiou R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais) a fundo perdido, 55 mil reais foram utilizados para a compra dos maquinários em São Paulo na Empresa ITEC (Cozinhador vertical, Prensa, Peneira Elétrica, Filtro para óleo, Secador Rotativo, Despoldadeira), o restante (27 mil reais) foi destinado à compra de equipamentos (100 bambonas, 3 carros de mão e 200 metros de lona grossa para secagem).

A Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo fechou o galpão e construiu uma estufa nos fundos da sede. A parte elétrica para suporte da estrutura foi feita pelo Programa Luz para Todos do Governo Federal. Além destes o Ministério do Meio Ambiente destinou R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) para a construção do almoxarifado, que atualmente funciona como cozinha da associação.

No ano de 2005 não houve produção. Durante este período um Professor e pesquisador da UFAM fez a instalação das máquinas, realizou os testes necessários e preparou os associados para operá-las. O relacionamento com o Professor extrapolou seu objetivo inicial e se mantém até hoje, com o apoio técnico na manutenção das máquinas e como elo de negociação e contato com as empresas compradoras de óleos e consultor para diversos assuntos técnicos e administrativos.

No ano de 2005, houve ainda a Certificação SmartWood. Para tanto foi realizado um levantamento e um acompanhamento da produção pelos técnicos da AFLORAM e pela equipe da IMAFLORA. Neste relatório, constam a visita a 15 propriedades e em 2006 a certificação de apenas 8 propriedades, com realização de Planos de Manejo. A ONG Amigos da Terra também participou do processo.

Durante este processo de certificação foi realizado um curso de Técnicas Seguras de Escaladas e foram doados três equipamentos completos com cordas, capacetes, travas e etc., no entanto, atualmente os equipamentos ficam guardados

na sede da associação e são utilizadas as técnicas tradicionais da região com o uso do bambu e da peconha, como foi registrado durante o processo de coleta.

Neste período, houve ainda a inserção do presidente da comunidade na época, o mesmo visitou feiras e eventos ligados ao extrativismo de óleos vegetais e de produtos derivados deles, inclusive alimentos. O objetivo era que a convivência com outros extrativistas trouxesse novas experiências e melhorias à comunidade. Este participou de vários cursos, levou o óleo e a polpa a vários eventos, o que chamou a atenção para a comunidade e para o próprio Sr. J. B. F. que até hoje é conhecido em vários órgãos e citados em diversos trabalhos sobre a comunidade.

Observa-se que houve um esforço muito grande no sentido de apoiar e de criar a estrutura necessária para o desenvolvimento da atividade, a preocupação com a produção e com a preservação ambiental, bem como da aceitação mercadológica do produto por meio da Certificação Ambiental e do apelo da sustentabilidade. No entanto, o terceiro pilar da sustentabilidade, o que foi inserido depois no debate, também ficou esquecido neste projeto. Faltou o recurso humano, faltou o lado social.

A baixa escolaridade, o isolamento e falta de capacitação técnica dos moradores não foram consideradas ou colocadas como fator imprescindível para o sucesso desta atividade, embora alguns cursos tenham sido ofertados, informações básicas como especificação quanto à qualidade do produto, acidez, produtividade foram relevadas durante a implantação do projeto.

Coleta do Buriti

A coleta do fruto do buritizeiro na Comunidade Santo Antônio do Abonari iniciou-se com seus primeiros moradores. Atualmente, a coleta ocorre com dois objetivos e de duas formas diferentes. A primeira é a tradicional feita em pequenas quantidades, pelas próprias famílias em suas propriedades com o objetivo de consumo próprio. Além desta, tem-se a coleta feita pela Associação, que será objeto de estudo deste tópico.

Quanto ao extrativismo, um fator a ser considerado no que tange à exploração do meio ambiente é a questão da renovação. Oliveira (2004) alega que

há os recursos capazes de perpetuarem-se pela sua reprodução, estes são os renováveis como os animais e as plantas. Há, todavia, um grupo de recursos naturais cujo uso necessariamente implica menor disponibilidade no futuro, como: metais, carvão, petróleo e algumas pedras preciosas, estes são os chamados recursos não renováveis.

Embora o buriti seja abundante na comunidade Santo Antonio do Abonari, em muitos casos nem sempre a sustentabilidade biológica garante a sustentabilidade econômica e vice-versa. Em muitos casos a indústria precisa de uma oferta regular da matéria-prima regional. A quantidade não pode ser regulada e a qualidade é variável, pois depende de fatores naturais como clima, solo, irrigação, variação genética, etc. Neste sentido, Clement (2006) ressalta que as exigências por qualidade e uniformidade tornam-se um desafio para as comunidades, pois estes produtos possuem qualidade bastante variável e as comunidades raramente possuem os recursos, equipamentos ou a experiência necessárias, dependem, portanto, de iniciativas externas.

Devido a estes entraves, alguns autores defendem que o extrativismo como atividade econômica tem sua importância maior no período da descoberta do recurso, pois após sua inserção no mercado surgem necessidades e exigências que levam a uma demanda reprimida por estes produtos. Nestes casos, Homma, Matos e Menezes (2005), defendem que muitas vezes a pesquisa científica leva ao processo de domesticação transformando a atividade extrativista em um monocultivo. Quando a lógica de mercado prevalece, a domesticação torna-se inevitável, uma vez que o setor extrativo não consegue atender à demanda de um mercado crescente, o extrativismo só sobrevive enquanto o mercado for pequeno ou o estoque natural for suficiente. Ignorar isto seria negligenciar as evidências históricas amazônicas, nacionais e mundiais.

Em contrapartida, atualmente, com a questão ambiental e o crescimento pela busca de produtos orgânicos, ecologicamente corretos aparece como opção de consumo para produtos agroextrativos. Desta maneira, todo o cenário ecológico-econômico levou à mudança de comportamento dos consumidores que ao optarem por produtos ecológicos são o principal incentivo para que as indústrias dediquem parte de seus produtos a esse nicho. Isto leva à pesquisa e ao desenvolvimento de

produtos que atendam a este mercado. Com o imperativo de orientar um desenvolvimento sustentável sobre as bases da racionalidade ecológica este comportamento está impulsionando a “ambientalização” das ciências (LEFF, 2000).

Rego (1999) ressalta que a crise ambiental, a universalização da consciência ecológica e a revolução tecnológica tiveram reflexos diretos sobre as alternativas de desenvolvimento para a Amazônia. O capital internacional e os países ricos buscam estratégias para a Amazônia brasileira voltadas para assegurar a preservação de áreas com maior diversidade biológica e o extrativismo se integra neste cenário.

A coleta realizada pela Associação ocorre com o objetivo principal de fornecer matéria-prima para a produção de óleo ou da polpa de buriti para comercialização do produto final. Este processo inicia-se pela escolha da área onde será realizada a coleta do fruto do buriti. É realizada em uma ou duas propriedades e a retirada dos frutos é feita em apenas duas ou três árvores por propriedade. Cada planta produz de 5 a 8 cachos de frutos, o que permite encher uma média de 6 a 8 sacas ou aproximadamente 400 quilogramas por buritizeiro.

Em cumprimento a um acordo firmado entre a comunidade e a Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, um caminhão a serviço desta Prefeitura fica à disposição da Associação dois dias por semana. Na safra de 2014, foram estabelecidas as terças e quartas-feiras, o motorista fica à disposição da comunidade desde a terça pela manhã até o final da tarde de quarta-feira. Caso o caminhão da Prefeitura não possa ir, a Associação recorre a moradores da comunidade que fazem o transporte das sacas de buriti em seus veículos, mediante pagamento e fornecimento de combustível, tornando-se um custo extra para a produção.

Na prática, os comunitários reúnem-se um dia antes da chegada do caminhão da prefeitura e escolhem uma vicinal ou algumas propriedades do ramal que tenham observado a presença de buritizeiros com frutos adequados à colheita. Geralmente, cada um comenta o que observou em suas caminhadas diárias, seja no percurso de suas casas à Associação ou nas suas tarefas do dia a dia, e após a exposição das ideias entram em acordo sobre a propriedade escolhida.

A cada semana escolhem uma ou duas áreas para coletas, geograficamente próximas umas das outras. Pela manhã todos se reúnem, além dos trabalhadores habituais juntam-se a estes o escalador e o motorista do caminhão e seguem para o local escolhido. Chegando ao local, o Sr. J.B.F. junta-se a um dos trabalhadores e vão inspecionar a área para avaliar quais os melhores buritizeiros para a coleta, enquanto o escalador, prepara os equipamentos para realizar a subida na árvore. A preferência pelo ponto de coleta também é influenciada pela distância entre as plantas e as vicinais para facilitar o escoamento das sacas.

Após a escolha das palmeiras, dá-se início ao processo da coleta. Primeiramente, estende-se uma lona na área embaixo para garantir o aproveitamento máximo e reduzir a contaminação dos frutos, procedimento ensinado durante o curso de manejo realizado pelo IDAM. O escalador sobe nos buritizeiros, utilizando uma vara de bambu de aproximadamente 10 metros, com o auxílio de um laço nos pés, conhecido como peconha, ele alcança os cachos que ficam no topo da árvore e corta um a um deixando-os cair sobre a lona (Figura 18).

Quando o processo de derrubada dos cachos encerra-se em um buritizeiro, inicia-se a segunda parte. Os cachos são desmembrados e os frutos são retirados. Este trabalho é desenvolvido principalmente pelas mulheres que debulham os cachos em cima das lonas para facilitar o ensacamento e garantir a higiene no processo (Figura 18). Quando o processo de debulhagem encerra-se, inicia-se o ensacamento.

O manejo da área se dá pelo número reduzido de árvores em que os buritis são colhidos, preservando-se principalmente os frutos das plantas mais altas e/ou que possuam poucos cachos. Segundo Sampaio (2012) o buriti possui um alto potencial de sustentabilidade e para o tamanho das populações de buriti diminuir em longo prazo, o extrativismo de frutos teria que provocar uma redução maior que 70% na fecundidade, também o autor coloca a queimada como agravante deste cenário. Nesta comunidade, a exploração é muito menor e não há a prática de queimada próxima aos buritizeiros, pode-se constatar que a atividade não reduz o potencial reprodutivo e conseqüentemente a sustentabilidade desta atividade.



Figura 18: Coleta de frutos de buriti: Escalada e corte dos cachos (A); Debulhagem dos cachos (B)
Fonte: Rute Holanda Lopes, 2014

Após os frutos serem ensacados, os sacos são costurados e empilhados embaixo da árvore da qual foi colhido. Ao final do processo, os homens carregam os sacos até o caminhão. Este percurso varia entre 30 a 200 metros (Figura 19 - A). No entanto, a preferência pelo ponto de coleta também é influenciada pela distância entre as plantas e as vicinais para facilitar o escoamento.

Ao final deste processo os sacos são colocados no caminhão (Figura 19 - B) e seguem para a próxima área de coleta ou diretamente para a sede da Associação. Este critério é um fator que garante a preservação dos buritizeiros que estão mais afastados dos pontos de escoamento e principalmente daquelas que se encontram no interior da floresta.



A.



B.

Figura 19: Transporte de frutos de buritis. (A) Transporte do local de coleta até o caminhão; (B) Carregamento do caminhão de transporte.

Fonte: Rute Holanda Lopes, 2014

Quando chega á sede da Associação todo o produto é descarregado em empilhado próximo à área de seleção dos frutos. Ao final desta atividade, os trabalhadores almoçam e descansam por cerca de 2 horas. Todo este processo inicia-se por volta de 8:30 da manhã e encerra-se um pouco antes das 11:25 horas. As atividades são realizadas conforme a Tabela 3.

Tabela 3 - Tempo de trabalho nas atividades de Coleta e transporte dos frutos de Buriti

ATIVIDADE	TEMPO
Deslocamento Associação - Local	12min.
Desembarque de pessoas e materiais	5 min.
Preparo dos materiais	10 min.
Deslocamento até os buritizeiros	5 min.
Preparar o local para a coleta	5 min.
Subir no buritizeiro	2 min.
Derrubar os cachos	5 min.
Desmembramento dos cachos e debulhagem dos frutos	48 min.
Ensacamento dos frutos e costura dos sacos	20 min.
Transporte até o caminhão	40 min.
Carregamento dos sacos no caminhão	10min.
Embarque das pessoas e materiais restantes	05 min.
Deslocamento Local de Coleta - Associação	15 min.
Total Aproximado	170 min. ou 2 horas e 50 min.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A atividade que consome mais tempo é a de desmembrar o cachos e debulhar os caroços. O desmembramento é feito por um dos homens, e as mulheres realizam a debulhagem. No entanto, os homens que não estiverem realizando outras atividades também colaboram com esta tarefa. Outra tarefa que também demanda muito tempo é o transporte dos sacos dos buritizeiros até o caminhão. Como as tarefas são realizadas simultaneamente e por trabalhadores nas duas ou três árvores coletadas, os trabalhos encerram-se em um tempo sincronizado, com poucos minutos de diferença e o transporte dos sacos é a última tarefa antes do embarque.

Processo Produtivo

Coleta e seleção de frutos

O processo produtivo realizado na sede da Associação divide-se em dois: o processos de produção da polpa do buriti para a indústria alimentícia e consumo individual e o de produção do óleo de buriti, principalmente para o beneficiamento secundário e direcionamento para a indústria de cosméticos. No entanto, ambos começam da mesma forma.

Após a recepção das sacas de buriti, estas são pesadas e variam entre 48 e 51 quilogramas, quanto à quantidade de frutos por saca varia de acordo com o tamanho do frutos, nos menores a quantidade se aproxima de 1000 unidades por sacas, os de tamanho medianos chegam a 800 unidades por saca e os maiores ficam em torno de 600 frutos por sacas.

O processo de seleção dos frutos inicia-se com a disposição dos buritis em caixas de madeira (Figura 20 - B), onde serão separados entre os maduros e os que ainda estão em processo de amadurecimento (Figura 20 - A). Este processo tornou-se essencial para garantir a baixa acidez do óleo, uma vez que o fruto maduro inicia rapidamente o amolecimento e este processo altera a acidez do produto final.





B.

Figura 20: Beneficiamento de frutos e buriti para extração de óleo: (A) Diferenciando os buritis; (B) Seleção de frutos maduros

Fonte: Rute Holanda Lopes, 2014.

Após a seleção os procedimentos se dividem, os buritis verdes que serão utilizados na produção do óleo permanecem nas caixas de madeira e são colocados no interior da sede para serem processados no dia seguinte, logo pela manhã para evitar o amadurecimento. O recomendado é que o processo se inicie antes de completar 24 horas após a coleta.

Produção da Polpa de Buriti

Os buritis maduros continuam seu processo produtivo. Após a separação, estes são lavados em tanques de aço inoxidável (Figura 21 - A) e deixados de molho para completar o amolecimento dos frutos para retirada da polpa e são deixados para descansar. Após aproximadamente 24 horas de molho, inicia-se o processo de retirada da polpa. Os frutos são colocados em uma grande peneira em forma de mesa (Figura 21 - B), onde são lavados, escorridos e passam por um novo processo de seleção, no qual os frutos estragados ou comprometidos são descartados e os frutos bons são levados para a máquina despoldadeira.



A.



B.



C.



Figura 21: Processamento de frutos de buriti para extração da polpa. (A) Lavagem em tanque de aço; (B) Lavagem em mesa; (C) Despolpa mecânica; (D) Armazenamento da polpa.
Fonte: Rute Holanda Lopes, 2014.

Após a higienização, os frutos são levados a máquina despoldadeira (Figura 21- C) que exige a participação de até três trabalhadores, um para alimentar a máquina com os frutos, outro para coletar os caroços e um terceiro para coletar a polpa que sai pela parte inferior da máquina. Após a retirada da polpa da máquina, esta fica armazenada em baldes até a finalização deste processo.

O passo seguinte é embalá-la em pacotes de 1 ou 2 quilogramas que são pesados, lacrados e armazenados em freezers (Figura 21 - D) na cozinha da Associação ou na casa de alguns moradores quando a produção é maior que a capacidade de armazenamento da Associação e também pela facilidade de monitoramento em caso de interrupção no fornecimento de energia elétrica.

O processo completo dura aproximadamente de 3 horas e como as atividades ocorrem simultaneamente, todas têm aproximadamente a mesma duração. Em média esta atividade produz 80 quilogramas de polpa.

Esta atividade é realizada de uma forma muito artesanal e nota-se a falta de uma estrutura que possibilite um produto de maior qualidade que permita uma durabilidade maior. A água utilizada vem de um poço artesiano que foi construído na própria associação, no entanto um problema na bomba d'água fez com que este fosse aberto para a colocação de uma bomba que precisa ficar mergulhada na água,

durante este processo a água foi contaminada com o solo e a partir daí passou a ter uma cor avermelhada. Os equipamentos e utensílios utilizados, baldes com multiuso, a balança totalmente enferrujada e as mesas de madeiras com usos diversos que facilitam a contaminação.

O armazenamento é, também, inadequado. Os freezers não estão resfriando adequadamente e alimentos consumidos pelos trabalhadores como carnes, água, refrigerantes, entre outros são armazenados com as polpas, o que deixa forte cheiro e aumenta o risco de contaminação por bactérias. Como agravante, tem-se ainda as constantes faltas de energia, que quando ocorrem em momentos em que não há trabalhadores na sede da Associação para ligar o gerador de energia, levam muitas vezes à perda de toda a produção.

Percebe-se também a necessidade de um treinamento quanto à higienização, processamento, manipulação e armazenamento da polpa do buriti. Os trabalhadores mostram-se preocupados e percebem a necessidade de melhorias, no entanto pela falta de estrutura precisam realizar o trabalho em condições insalubres.

Processamento do óleo de Buriti

O processo produtivo do óleo de buriti apresenta-se mais complexo e demorado que o de produção da polpa. A extração do óleo do buriti diferencia-se principalmente dependendo do objetivo final se consumo próprio ou comércio. Caso sua produção destine-se ao mercado o processo tende a ser mecanizado e exige melhores tecnologias para atender às exigências do mercado consumidor. De um modo geral, identificam-se três processos de extração: a artesanal que utiliza a fervura, a prensagem hidráulica mecânica e o uso de solvente. De acordo com a região podem ocorrer variações, principalmente na extração artesanal.

A extração de óleos vegetais, incluindo o óleo de buriti, insere-se em um contexto mais amplo no Amazonas que envolve as indústrias de cosméticos e fitoterápicos. A sua cadeia produtiva contempla desde a extração do fruto, semente ou óleo que trabalha diretamente na floresta até grandes empresas fornecedoras

matéria-prima para cadeias nacionais ou internacionais e empresas regionais produtoras bens finais para venda direta ao consumidor regional e nacional.

Lasmar (2005) ressalta que, na fase atual, o gargalo para a extração do óleo bruto nas comunidades, empregado na fabricação de cosméticos, está na limitada à infraestrutura de equipamentos e de capacitação de seus habitantes que representam a força de trabalho. Neste sentido, Abrantes (2002) completa afirmando que o volume de produção e venda de produtos baseados em produtos naturais da Amazônia ainda é modesto em relação ao seu potencial e destaca que a sustentabilidade desta atividade vincula-se muito mais à capacidade de empreender do que à abundância dos recursos naturais e à vocação regional.

A Comunidade Santo Antônio do Abonari pode ser classificada como uma miniusina de extração de óleo bruto e fornecedora à indústrias de refinamento que depois do beneficiamento do óleo produzido na comunidade o inserem no mercado de indústrias produtoras principalmente para as de cosméticos. O processo de produção do óleo inicia-se pela separação dos frutos; os maduros são separados para que posteriormente a polpa seja retirada e vendida. Os frutos que ainda não estão duros e sem sinais de amadurecimento são selecionados para a produção do óleo, pois estes são os mais adequados para a produção de óleo com baixa acidez. A partir deste ponto, inicia-se a produção do óleo.



A.



B.

Figura 22: Processamento de frutos de buriti. (A) Máquina quebradeira de frutos (B) Retirada das sementes de buriti

Fonte: Rute Holanda Lopes

A primeira etapa é a quebra dos frutos para a separação dos caroços do restante do fruto (polpa, bucha e a casca). Esta etapa é feita em uma máquina quebradeira, os frutos são retirados das caixas de madeiras, transportadas em baldes e colocados na máquina, a qual faz uma primeira quebra dos frutos facilitando a retirada dos caroços (Figura 22 - A). Para esta etapa envolve-se dois trabalhadores, um que alimenta a máquina e outro que enche e entrega os baldes com os caroços, este mesmo trabalhador abastece a mesa de separação onde é realizada a segunda etapa do processo.

Nesta etapa as trabalhadoras posicionam-se ao longo de uma mesa de madeira com dois sacos ou dois baldes (Figura 22 - B), posicionados um em cada lado, no lado esquerdo são depositados os caroços que vão para a produção de adubo orgânico e outro com as demais partes do fruto que serão direcionados para a máquina trituradora. Esta máquina é responsável por deixar a polpa em pedaços menores próprios para a primeira secagem (Figura 23 - A).

Após a polpa ser triturada, é espalhada em uma lona e permanece durante a noite no interior da sede da Associação (Figura 23 - B). Este processo se repete até que a polpa esteja seca o suficiente para uma segunda trituração e um novo processo de secagem. Nesta fase, o procedimento pode ser ao sol caso haja tempo até a extração do óleo ou na secadora à lenha, caso a extração necessite ocorrer

rapidamente ou ainda quando chove por vários dias consecutivos, impedindo a secagem natural.



Figura 23: Processamento de frutos de buriti. (A) Máquina trituradora de polpa seca (B): Polpa secando na lona ao sol.

Fonte: Rute Holanda Lopes, 2014.

Neste estágio, a polpa está pronta para ir para a prensa para extração do óleo de buriti (Figura 24 - A). Após a secagem, a polpa volta a ser armazenada em sacas e pode permanecer neste estágio por vários meses sem risco de perda por

percebibilidade. Caso a produção de óleo esteja acontecendo a polpa seca sai do sol ou da secadora e vai direto para a prensa, pois a temperatura mais elevada facilita a extração do óleo.



Figura 24: Extração do óleo de buriti. (A) Prensagem para extração do óleo de buriti; (B) Coleta do óleo do buriti

Fonte: Rute Holanda Lopes, 2014

A prensa é alimentada por baldes de polpa triturada seca e necessita de dois trabalhadores para operá-la, uma para entregar a matéria prima e um segundo para

alimentar a máquina. Neste processo a máquina produz a torta que é reaproveitada como adubo orgânico e o óleo (Figura 24 - B) que escorre pelas laterais, passa por uma peneira e cai em um balde. Após este processo o óleo é armazenado em bambonas de 50 quilos e os produtores ficam aguardando a venda para empresas beneficiadoras do produto, as quais a seguir vão comercializá-lo para grandes empresas produtoras de cosméticos.

De um modo geral, o Amazonas possui idiossincrasias que dificultam o processo de utilização de produtos extrativos, dentre estas se destacam a distância e as formas de escoamento da produção. Muitas vezes os polos produtivos estão distantes da capital e das vias de acesso tradicional, o que aumenta os prazos de entrega do produto, encarecendo-os e aumentando as perdas por perecibilidade. Mesmo no caso da Comunidade Santo Antônio do Abonari que se encontra relativamente próxima aos centros urbanos e que possui acesso ao fornecimento de energia elétrica, estes fatores tornam-se entraves que impedem o desenvolvimento da atividade.

Além disso, as dificuldades relacionadas à infraestrutura de comunicação e bancária tornam-se fatores impeditivos da realização de transações e negociações com diversas empresas. A principal estratégia utilizada pelos agroextrativistas é a formação de associações e de cooperativas que possibilitam uma melhor relação com as empresas demandantes, como a abordada neste estudo, o que minimiza, mas não resolve os problemas citados. Entre os principais estão a falta de capacitação para gestão, negociação e até mesmo para resolução de problemas técnicos do dia a dia.

Destino material e cultural do buriti em Santo Antonio do Abonari

A Comunidade Santo Antônio do Abonari é composta por pessoas procedentes de diversas regiões do país, embora haja uma predominância de nortistas com origem amazonenses e paraenses, não há na comunidade uma preferência pelo consumo do buriti. Há uma ligação muito maior com o açaí e o patoá.

O consumo como alimento humano não ocorre com frequência, é uma das últimas opções a serem consideradas, é muito mais utilizado na alimentação de animais, especialmente para os porcos. O consumo do fruto in natura, é de certa forma discriminado pelos comunitários, a maioria afirma que não gosta, que raramente tomam o vinho, os que apreciam o fruto como alimento e o comem na forma tradicional diretamente no caroço são chamados pelos demais de "cutia".

Atualmente, a retirada do fruto até mesmo para a venda externa está em declínio, os que não participam da produção de óleo na comunidade, não estão retirando o buriti. A maioria dos comunitários prefere não vender, pois argumentam que o risco envolvido é grande, uma vez que a maioria não se sente seguro para escalar a árvore e pagar as diárias para o escalador. Para eles, o trabalho não compensaria, assim poucos estão dispostos a realizar este esforço para vender o produto. Prefeririam vender a associação a um preço inferior, escolha esta justificada pela comodidade.

No entanto, relatam que no início da formação da comunidade este recurso foi muito importante, uma vez que ainda eram poucas as fontes de renda na comunidades e a produção agrícola comunitária ainda era escassa. Desta forma, neste período a renda do buriti era um importante componente do orçamento familiar. Outro fator advém do fato que com o aumento no número de buritizeiros que surgiu com a saída da Serragro e a inundação da Usina Hidrelétrica de Balbina, a maioria das árvores eram jovens e mais baixas, isto facilitava a colheita do buriti.

Apenas um dos comunitários continua vendendo em grande quantidade, ele retira da sua propriedade e de forma clandestina nas demais propriedades para venda em feiras em Manaus. Vende as sacas nas feiras por cerca de R\$ 30,00 (trinta reais), um valor que representa 300% do que a associação deveria pagar (dez reais). Embora esta coleta não seja autorizada pelos proprietários, ela é tolerada por estes e é feita de forma aberta, uma vez que as sacas de buriti coletadas nas demais propriedades fica às margens da estrada esperando o caminhão da coleta. Prevalece o mesmo pensamento dos que doam para a associação, de que seria desperdiçado caso não fosse colhido.

Desta forma, observa-se que culturalmente a ligação da comunidade com o buriti está mais ligada ao valor de sua existência do que pelo valor econômico. Eles o veem como um recurso disponível, mas que demanda muito risco e esforço para a venda ou consumo. Poucas famílias possuem escaladores entre seus membros e quando coletam o recurso apanham os que encontram ao redor das árvores.

Por outro lado, biologicamente os buritizeiros continuam se reproduzindo e a produção aumenta a medida que as plantas jovens começam a produzir. Os comunitários de um modo geral preservam os buritizeiros, condenam as práticas antigas de derrubadas das árvores para retirada dos frutos e estão conscientes da importância do fruto para a fauna.

Capítulo 3 - SUSTENTABILIDADE NA PRÁTICA: entre o discurso e a realidade

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, o planeta e as sociedades modernas mostram sinais de sobrecarga. Devido aos avanços tecnológicos esquecemos que a nossa dependência continua, pois estes nos deram a sensação de que dependemos menos da natureza para suprir nossas necessidades (Odum,1983).

Torna-se necessária a inserção de novos conceitos e a substituição de modelos de exploração econômica, social e principalmente dos recursos ambientais para a manutenção da vida e das atividades produtivas. Segundo Becker (2002) os ambientes naturais mostravam-se em equilíbrio dinâmico até o momento em que as sociedades humanas passaram progressivamente a interferir na exploração dos recursos ambientais e este abuso está diretamente relacionado ao avanço do complexo desenvolvimento tecnológico.

A economia é a ciência da escassez, quanto mais raro um bem, mais valioso este se torna no mercado. Muitos dos recursos ambientais que hoje são escassos já foram abundantes e, pelo uso desordenado, tendem ao esgotamento. No entanto, à medida que o recurso fica escasso e seu preço sobe, os bens que possuem este recurso em sua cadeia produtiva registram um aumento no seu custo e preço final, indo de encontro à lógica econômica. É neste momento, que a indústria repensa seu modelo produtivo e busca o melhor aproveitamento ou a substituição destes recursos. Neste sentido, Sachs (2010) ressalta que seis meses de petróleo caro realizaram mudanças que 30 ambientalistas não conseguiram em anos de discursos.

O conceito de bens renováveis, de capacidade de suporte, resiliência, entre outros, começam a ser difundidos e a população inicia um movimento de consumo consciente ou sustentável, o que força as empresas a buscarem melhores práticas produtivas e a substituição de produtos químicos por produtos naturais, extraídos ou cultivados de maneira ambientalmente correta e socialmente justa.

Esta mudança na preferência e no comportamento do consumidor leva as empresas a buscarem novas tecnologias, fontes de energia renováveis ou menos poluentes, novas formas produtivas e a substituição de sua base química por produtos naturais, entre outras medidas. Além da redução dos impactos ambientais e da pressão sobre os recursos ambientais, as inovações e pesquisas também caminham no sentido de substituir produtos poluidores e/ou químicos por materiais orgânicos. No intuito de melhorar a qualidade de vida dos produtores e usuários de produtos como medicamentos, alimentos, cosméticos, tecidos, entre outros, as empresas buscaram inserir as sociedades tradicionais na cadeia produtiva dos chamados produtos ecológicos.

Esse movimento começa a resgatar o valor do extrativismo vegetal como fonte de materiais que podem substituir produtos de base química por produtos naturais. Um dos setores onde se pode observar esse movimento de forma evidente é na indústria de cosméticos, onde a substituição de bases, emolientes, corantes e ceras industriais por óleos vegetais, manteigas, corantes e ceras naturais intensificam-se rapidamente e passaram a ser utilizadas como diferencial competitivo por estas empresas. Revilla (2002) observa que o universo de plantas amazônicas para o uso na cosmética é praticamente ilimitado, e que a cada dia novas espécies são registradas, aumentando as possibilidades de uso destas como fonte de vitaminas, óleos vegetais, essências, cicatrizantes e outros.

Uma das formas estudadas no meio acadêmico e utilizada como estratégia de *marketing* pelas empresas é a inclusão de famílias e comunidades pela extração de produtos vegetais das florestas tropicais. No Brasil, destacam-se os óleos vegetais das diversas castanhas e/ou palmeiras amazônicas, que possuem características atrativas à indústria de alimentos, cosméticos e ao público em geral. Miller (2007) ressalta que uma maneira de tornar financeiramente atrativa a manutenção da floresta ao mesmo tempo em que se reduz as diferenças regionais é promover o uso dos recursos da floresta sem agredi-la, por meio da extração de maneira sustentável de produtos renováveis como frutos e nozes de florestas tropicais, aliadas à agricultura de pequena escala.

A sustentabilidade de um determinado processo produtivo, de uma comunidade ou região, dependerá de fatores únicos, inter-relacionados e com

valores econômicos, sociais e ambientais distintos para cada cultura ou sociedade relacionados ao recurso em questão. O interesse em se manter ou explorar um recurso ambiental poderá impulsionar ou desestimular determinada atividade econômica, portanto, deve-se entender não apenas o mercado ou o processo produtivo, mas também as relações sociais ambientais que envolvem a atividade a ser implantada. Para Enriquez (2008) no estado do Amazonas, a categoria "Produtos da Biodiversidade" foi apropriada a partir do grande interesse expresso pelo aumento da demanda por produtos da biodiversidade, o que resultou em políticas públicas de fomento para atividades de apoio.

O entendimento e a aplicação do conceito e de práticas sustentáveis envolve mais que a manutenção dos recursos ambientais. Inclui a melhoria da qualidade de vida, não pelo desenvolvimento tecnológico simplesmente ou pela urbanização das sociedades, mas pela inclusão das populações humanas, das regiões, dos países no processo de desenvolvimento sem necessariamente forçar-lhes a mudar suas práticas, seus costumes e valores culturais. Sachs (2002) observa que o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, tendo como estratégia incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos interesses destas populações.

A Comunidade Santo Antônio do Abonari foi inserida na cadeia produtiva de cosméticos, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida desta população e manutenção de seus recursos naturais. Desta forma, o processo de inserção desta comunidade em um mercado global e o desenvolvimento desta atividade deve ser analisado e compreendido como forma de contribuir para o debate acadêmico sobre a sustentabilidade dessas ações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Choque com a realidade: o fator externo à produção de óleo de buriti

Sachs (1993) explicita que o conceito Ecodesenvolvimento significa o "desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por

objetivo responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio". Desta forma, ao se analisar o desenvolvimento de uma atividade considerada sustentável social, ambiental e economicamente, tem-se que constatar a habilidade de se sustentar nestas três esferas. No entanto, na Comunidade Santo Antônio do Abonari, por meio deste estudo, foi possível constatar-se a existência de sérios problemas no desenvolvimento da atividade; destacando-se como principais aqueles relacionados ao atendimento das necessidades do mercado e os de relacionamento com as empresas compradoras do óleo de buriti.

Foram observados, desde o início da implantação da atividade, problemas relativos à gestão e à produção e, à medida que os processos foram tornando-se complexos, aumentaram os entraves para que a produção fosse bem aceita pelas empresas e os comunitários alcançassem ganhos financeiros, retorno social e confiança na atividade, de forma a manter a motivação e o interesse dos atores sociais envolvidos na produção. (Figura 25)

No primeiro momento, ao ser identificado pela empresa C como produtora potencial de matéria-prima a comunidade foi contratada verbalmente para produzir polpa de buriti seca. Nesta primeira fase ocorrida no período compreendido entre 2000 a 2005, os comunitários produziram a quantidade e qualidade necessária, uma vez que o processo era simples, bastava retirar a polpa do buriti e secar em fornos ou ao sol. Neste período, houve retorno financeiro para a comunidade e a empresa C conseguiu ser atendida em sua demanda pelo produto.

Os problemas iniciam-se a partir de 2006, quando a produção de polpa é substituída pela de óleo de buriti. Nesta fase, embora inicialmente, tenha havido um grande engajamento pelos órgãos municipais e estaduais e a Associação tenha sido certificada ambientalmente pela SMARTWOOD, também as máquinas tenham sido instaladas e ainda a empresa C tenha acompanhado todo o processo, muitos aspectos foram ignorados. Este foi o contexto geral que levou a interrupção da atividade, em 2007, conseqüentemente, resultando na perda de todo esforço empreendido.

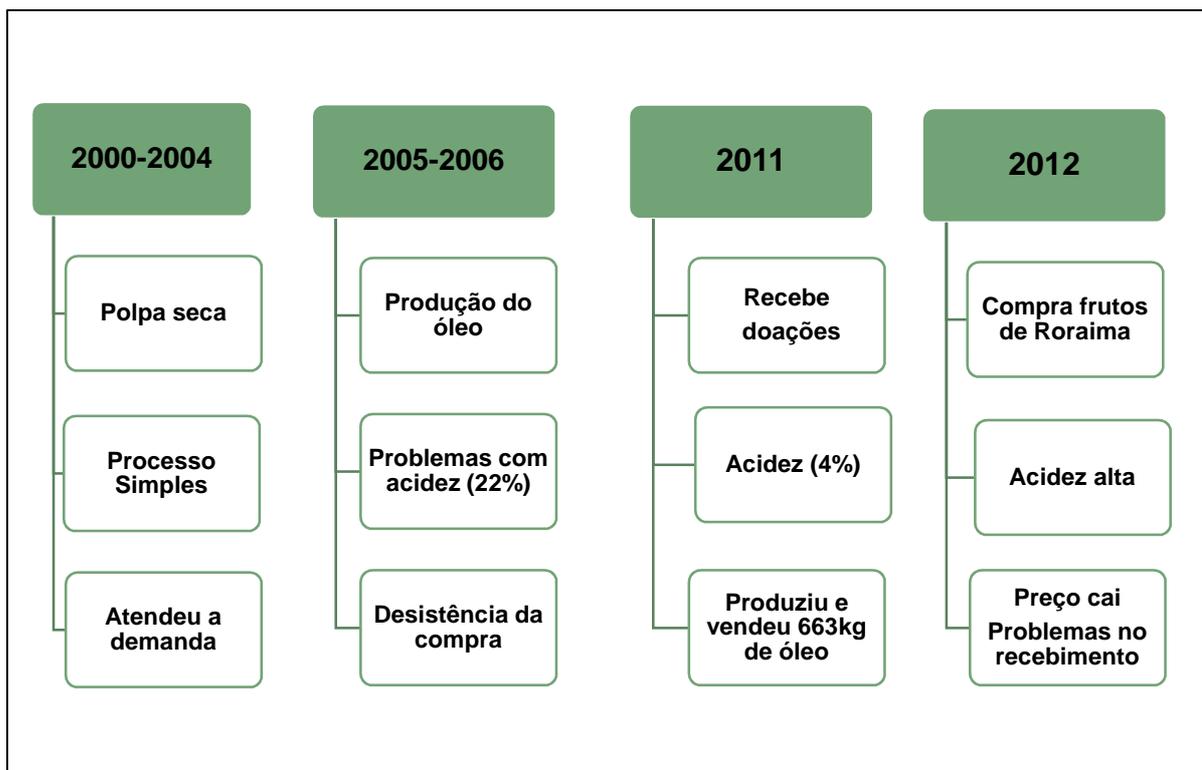


Figura 25: Sequência dos processos produtivos desenvolvidos na miniusina da Associação ABORITI.
Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

De acordo com o relato dos gestores do processo e lideranças do período, a empresa não firmou contrato formal com os comunitários, nem ofertou capacitação quanto a boas práticas na produção e armazenamento do óleo. Após a instalação das máquinas, esta solicitou a produção de 350 quilos de óleos pelos quais seriam pagos R\$ 45,00 reais por quilo, sem especificar a necessidade de atenderem a determinados padrões de qualidade, principalmente a de manter a acidez do óleo produzido abaixo de 10%.

Neste momento, a comunidade formada por agricultores familiares estava realizando a sua primeira produção industrial. Eles nunca tinham fornecido ou se relacionado com indústrias especializadas. A maioria de seus associados não havia concluído o ensino fundamental, não possuíam o conhecimento das dinâmicas industriais e não estavam preparados para o contato com o mercado competitivo que exige normas de qualidade e especificações técnicas quanto ao produto a ser entregue. Verificou-se, portanto, que todas estas exigências estavam distantes da sua realidade.

Após a produção dos 350 quilos de óleo solicitados pela empresa C, o Sr. J. D., diretor presidente desta empresa, compareceu à comunidade acompanhado de uma profissional da área química, o que causou surpresa aos comunitários. Após as análises, a mesma constatou uma acidez de 22% no produto. Fato que levou a empresa à desistência da compra, uma vez que a acidez máxima aceita pela empresa seria de 10%.

Desta forma, a empresa C inviabilizou todo o processo, faltou com comprometimento e responsabilidade social. A comunidade foi abandonada com toda a produção e seus compromissos para com os comunitários que se envolveram no processo produtivo. Esta atitude causou espanto e indignação na comunidade que não aceitou este posicionamento. Iniciou-se assim, o processo de rompimento do vínculo na parceria Empresa C - Abonari e de desmotivação dos comunitários em participar do projeto.

Neste processo de inserção da comunidade Santo Antônio do Abonari, observa-se um despreparo e um desconhecimento dos gestores da empresa C quanto a este tipo de projeto, considerando que uma empresa transforma agricultores familiares em seus fornecedores. É preciso reconhecer o fato destas comunidades de agricultores necessitarem de legislação para sua proteção e da biodiversidade envolvida nos processos produtivos. E mais, necessitam de assessoramento técnico participativo para não ocorrerem problemas quanto a prazo e qualidade. Devem também, estarem amparados por contratos justos de acordo com a legislação vigente. Para incluir estas sociedades em suas cadeias produtivas, as empresas precisam se conscientizar sobre a responsabilidade social e a ética necessária para gerir estas relações.

Após a quebra do acordo verbal, a Associação precisou recorrer aos órgãos públicos para recuperação de parte do trabalho aplicado e para garantir que recebimento do valor prometido fosse pago pela empresa. O restante a ser recebido foi doado pela Prefeitura Municipal (Tabela 4), para pagamento pelo menos das despesas realizadas durante a produção. Assim, a Associação não conseguiu continuar desenvolvendo a atividade, pois o único comprador de sua produção havia rompido com a parceria, portanto a comunidade ficou sem viú sem perspectivas. Estes acontecimentos desmotivaram o líder comunitário e no ano seguinte, em

2007, o Sr. J.B.F. deixou a presidência da associação e a miniusina ficou fechada, sem produzir até 2011.

Tabela 4- Dados representando o demonstrativo financeiro da produção inicial de óleo (ano base 2006).

Entrada de Recursos (R\$)	
Empresa C	5.000,00
Prefeitura	1.500,00
Valor para movimento a safra em teste	6.500,00
Despesas com Funcionários e Compra de Materiais (R\$)	
Valor gasto com funcionários	3.678,00
Despesas com compra de buriti	1.516,00
Despesas em geral	1.406,40
Total geral	6.500,40
Produtos vendidos 325 kg a R\$ 20,00.	6.500,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Após a quebra da parceria entre a empresa C e a Associação, com a falta de perspectivas quanto ao futuro da produção e pela inexperiência com os mecanismos de mercado, somados ao afastamento do Sr. J.B.F. que deixou os associados sem uma liderança empreendedora, muitos dos que participaram do processo inicial do extrativismo do buriti para produção de óleo deixaram essa atividade e alguns se mudaram da comunidade por motivos pessoais, todo o processo produtivo foi desarticulado.

Somente em 2011, quando o Sr. J.G. torna-se presidente da comunidade e busca parcerias, reinicia-se o processo de reativação da produção de óleo de buriti. Neste estágio, precisaram buscar novos consumidores e o processo se modificou. Contaram com o apoio e incentivo de um professor e pesquisador da Universidade Federal do Amazonas que havia participado da implantação da miniusina, e de um candidato a prefeito de Presidente Figueiredo, ambos tornaram-se fundamentais para a ligação entre a comunidade e o mercado comprador, fornecendo inclusive aporte financeiro para o capital de giro inicial, no montante de R\$ 20.000,00.

Com este novo impulso, a Associação se reorganizou e retomou a produção, cuja soma foi de 663 quilogramas de óleo com uma acidez de 4,41%. Isso demonstra que a Associação com capital de giro, capacitação dos agricultores associados e acompanhamento está capacitada em produzir o óleo com a qualidade necessária. Como o pagamento era garantido e imediato, os próprios agricultores entregaram os frutos colhidos na sede da associação, pois desta forma o preço era superior ao colhido nas propriedades pela equipe da associação.

Toda a produção foi vendida, o empréstimo de R\$ 5.000,00 ao professor foi pago e o saldo líquido foi positivo em, aproximadamente, R\$ 12.000,00 (doze mil reais). No entanto, não conseguiram saldar o empréstimo de R\$ 15.000,00 ao candidato a prefeito. Como agravante, naquele exercício foram apresentadas duas prestações de contas: em uma os custos totalizaram R\$ 20.216,30 e em outra totalizou R\$ 26.462,30. Ou seja, em nenhum dos casos os valores aferidos com a venda seriam suficientes para cobrir os custos de produção. Principalmente, levando-se em conta a necessidade de quitação do empréstimo do candidato a prefeito.

Mesmo sendo considerada um sucesso o fato da Associação ter fechado o período com um capital de giro de aproximadamente R\$ 12.000,00, os associados não aceitaram a prestação de contas e os gestores tiveram dificuldades em explicar as diferenças nos resultados apresentados. A confiança no processo e a credibilidade da gestão começam a ser enfraquecidas dentro da comunidade.

O sucesso aparente estimulou a comunidade e no ano de 2012, foram produzidos 600 quilogramas de óleo. Para alcançar esse resultado em um período fora da safra, a Associação comprou frutos de buriti de um vendedor do Estado de Roraima, cuja produção ocorre em outro período. Os frutos de buriti comprados ultrapassaram o período de 24 horas entre a coleta e a entrega na miniusina da Associação e o óleo produzido apresentou acidez acima do máximo estabelecido pelas empresas (10%).

Desta forma, o óleo produzido não pode ser comercializado pelo preço de mercado e foi vendido para uma empresa sediada no estado do Pará, este foi enviado pelo porto de Manaus e o montante total auferido pela Associação foi R\$

8.700,00 (oito mil e setecentos reais). Os ganhos foram bem inferiores ao do ano anterior e não houve registro de prestação de contas, informando a real situação financeira da Associação. Na transação ocorreram problemas de comunicação o que resultou na devolução e reenvio do primeiro lote, fato que acarretou custos extras à Associação. Além deste, os associados afirmam que a empresa agiu de má fé, pois quando recebeu a segunda remessa, negou-se a realizar o pagamento. Após um período de negociações a empresa propôs um pagamento em prestações de R\$ 500,00, o que levou todo o ano de 2014 para integralizar a soma total da dívida.

Com isto, pode-se verificar mais uma vez as fragilidades da Associação frente a um mercado competitivo, com empresas em cidades distantes e sem ferramentas eficientes de controle e de cobrança resultou em comprometimento financeiro e, conseqüentemente, em falta de recursos disponíveis para prosseguir com as atividades. Mais uma vez, as empresas compradoras comportaram-se dentro da lógica de mercado, que busca a otimização dos resultados financeiros, e fora dos padrões éticos, pois quebraram acordos comerciais verbais e aproveitaram-se do isolamento e dificuldade de acesso a instrumentos de cobrança por parte dos agricultores fornecedores para adiar pagamentos e a beneficiar-se indevidamente da situação.

Em 2014, com o retorno do Sr. J.B.F. à diretoria da Associação, houve a reativação da produção. A Associação produziu 667 quilogramas de polpa e 160 quilogramas de óleo de buriti. Destes, a produção de polpa foi vendida rapidamente, 450 quilogramas a R\$ 4,00 (quatro reais) na própria comunidade ou em feiras e 160 quilogramas a R\$ 2,50 para uma indústria de sorvetes em Manaus. Todo o óleo produzido permaneceu armazenado e até o início da safra de 2015, a Associação não havia conseguido nenhum retorno das empresas potenciais consumidoras. Isto demonstra que a comunidade possui uma facilidade maior em relacionar-se com mercados locais, vendendo produtos de fácil beneficiamento, do que com mercados competitivos globais.

As empresas que atuam no setor afirmam adotarem formas de produção sustentáveis, entretanto, não conseguem vislumbrar a importância do fator social para a continuidade do processo. Apesar de inserirem o selo de sustentabilidade que garante a venda de seus produtos não se preocupam em melhorar a qualidade

de vida das populações que fornecem suas matérias-primas. Mostram desconhecimento ou desinteresse quanto a práticas sustentáveis em relação ao ambiente e às comunidades. Neste sentido, como ressalta Enriquez (2008), na Amazônia a falta de conhecimento e experiência dos envolvidos na execução de projetos de desenvolvimento sustentável são os pontos fracos que precisam ser trabalhados.

Esse problema não é exclusivo desta comunidade ou do Amazonas. Afonso (2012) ao pesquisar a cadeia produtiva do pequi em Minas Gerais, encontrou, basicamente, os mesmos problemas no relacionamento com o mercado identificados na produção do buriti na Comunidade Santo Antônio do Abonari. a) baixa capacidade gerencial dos empreendimentos comunitários; b) falta de escala de produção para atender aos mercados locais e institucionais; c) falta de infraestrutura produtiva para beneficiamento, transporte e armazenamento; d) desconhecimento sobre as boas práticas de produção; e) dificuldade no cumprimento da legislação sanitária; f) ausência de crédito e incentivos fiscais para a produção.

Para que a biodiversidade amazônica torne-se viável econômica, social e ambientalmente torna-se necessário alcançar o saber tradicional amazônico e incluí-lo nas práticas e processos produtivos, respeitando o espaço e os seres que interagem neste ambiente, de modo a intensificar as trocas de conhecimento entre os cientistas e povos locais, aumentando o capital produtivo local por um processo de gestão ambiental do conhecimento. Leff (2000) ressalta que quando a unidade econômica camponesa conserva suas bases de organização cultural e certa autonomia na articulação com o mercado, tende ao equilíbrio e opõe-se a maximização do lucro capitalista.

A principal dificuldade para venda de óleo de buriti é a falta de comunicação e as distâncias, pois as empresas precisam de amostras do produto e de um canal de comunicação para negociarem com os líderes e embora surjam alguns compradores estes obstáculos, tornam-se fatores que impedem a realização do negócio. Neste sentido, Enriquez (2008) aduz que no Amazonas, em razão das distâncias as comunidades ficam mais expostas a mudanças nos critérios de

fornecimento e pagamento da matérias-primas e que isto reflete o baixo grau de organização social e capacidade de lidar com seus "clientes".

Desta forma, observa-se que mesmo tendo produção e interesse em produzir, o mercado é um grande desafio a ser conquistado, suas exigências, a necessidade de respostas rápidas, a vulnerabilidade comercial por falta de mecanismos de defesa e de cobrança, as exigências quanto a prazos e qualidade, são realidades que os associados, na maioria agricultores com baixa escolaridade têm dificuldade em lidar e acabam tornando-se entraves para o sucesso da atividade. Batalha, Buainain e Souza Filho (2005) relatam que o principal problema dos agricultores familiares não se encontra nas técnicas produtivas, mas, sobretudo, na compreensão do funcionamento dos mercados, que impõe articulação com os segmentos intra e extra associação incluindo novas formas de negociação e práticas de gestão do processo produtivo e negociações com os demais agentes da cadeia produtiva.

Em um pensamento complementar, Enriquez (2008) concluiu em estudo sobre a sustentabilidade nas comunidades no Amazonas e constatou que as principais dificuldades são a falta de acompanhamento ao longo da cadeia produtiva, principalmente na comercialização, na legislação e capacitação tecnológica que seriam essenciais para agregar valor a produtos da biodiversidade.

Neste sentido, Sachs (2002) defende que o problema não é retroceder aos modos ancestrais de vida, mas transformar o conhecimento dos povos dos ecossistemas, decodificado e recodificado pelas etnociências, em um ponto de partida para a invenção de uma moderna civilização de biomassa, posicionando-se em um ponto completamente diferente da espiral do conhecimento e do progresso da humanidade.

O fator interno na Comunidade Santo Antônio do Abonari

O processo de implantação da miniusina para produção de óleo de buriti teve como articulador o Sr. J.B.F., que possuía como diferencial sua experiência, uma vez que acompanhou desde o início o processo. Ele havia participado de

eventos, feiras, inclusive em outros estados como São Paulo, assistido palestras e havia mantido contatos com diversos órgãos públicos e empresários.

A saída do Sr. J.B.F. do processo constituiu um fator de vulnerabilidade uma vez que a comunidade deixou de possuir um representante que pudesse desenvolver as atividades de produção de óleo de buriti. A saída deste senhor do comando da associação havia provocado, também, desestímulo, pois os novos líderes não demonstravam o mesmo carisma, liderança e, principalmente, o mesmo espírito empreendedor e conhecimentos. Assim, a miniusina permaneceu fechada até 2011.

Quando a Associação reiniciou as atividades com outra diretoria, o novo presidente, o Sr. J.G., passa a ganhar destaque neste novo cenário, como presidente da associação e responsável pelo gerenciamento da produção, desde a compra, pagamento de salários e recebimento dos pagamentos. No entanto, ocorreram conflitos internos e problemas na produção e na prestação de contas uma vez que o novo presidente, parte dos associados que passaram a compor o quadro de gestão, além de outros trabalhadores não haviam participado do processo inicial e, por isso, não possuíam a experiência necessária.

A gestão da Associação concentrada em apenas uma pessoa e a descontinuidade provocaram a desarticulação do processo produtivo. A maioria dos antigos trabalhadores migrou para outras funções e todo o conhecimento adquirido foi perdido. Esse cenário levou a erros quanto à aplicação dos recursos e prestação de contas. A nova diretoria não havia sido capacitada para operar a miniusina e surgiram conflitos internos devido a discordâncias quanto ao destino dos gastos. Conflitos quanto à organização e administração da miniusina também eram constantes. Os associados não concordavam com a nova diretoria e a forma como esta trabalhava. Até mesmo os demais membros da diretoria não aceitavam as decisões tomadas pelo presidente.

Todo o capital de giro oriundo da safra de 2011, os pagamentos da recebidos da empresa A e até mesmo o fundo oriundo das contribuições da Comunidade foi gasto em viagens do presidente à sede e Manaus. A Comunidade ficou sem dinheiro em caixa para nenhum tipo de eventualidade. Alguns associados

não concordavam com os gastos do Presidente e a partir desses eventos, a comunidade desmotivou-se e passou a desacreditar das lideranças. Não houve nenhum esforço para se difundir as técnicas de gestão financeira e comunitária, nem controle e prestação de contas.

Esses eventos respaldam a afirmação de Batalha, Buainain e Souza Filho (2005) no sentido da necessidade em se reconhecer a exiguidade em termos de desenvolvimento de técnicas de gestão que contemplem as particularidades da agricultura familiar e as formas de sua inserção, de maneira competitiva e sustentada, no mercado nacional. Embora inseridas em lógicas produtivas locais, a agricultura familiar vê-se exposta a paradigmas competitivos que são globais e, nesse sentido, seria necessário o desenvolvimento de técnicas que garantissem o controle dos recursos físicos, humanos e financeiro, mas que fossem de fácil aplicação pelos gestores e simples para a prestação de contas e entendimento dos comunitários.

A maioria dos problemas surgidos poderiam ter sido evitados caso a comunidade tivesse recebido algum tipo de orientação e auxílio no estabelecimento de regras quanto ao uso dos recursos financeiros disponíveis em caixa e de registro das entradas e saídas e prestação de contas. Técnicas de controle e gestão simples poderiam ter reduzido consideravelmente os conflitos e desgaste interpessoal na comunidade. Existe uma grande necessidade de uma maior capacitação de lideranças das comunidades para garantir o fortalecimento das associações e a continuidade dos projetos de desenvolvimento sustentável (Enriquez, 2008).

Em 2014, para reconquistar a confiança da comunidade e retomar produção, o Sr. J. B. F. voltou às atividades e os comunitários passaram a doar os frutos de buriti para a Associação. Com o auxílio do Sr. J. G., ainda presidente, e sua articulação na Prefeitura, a comunidade conquistou uma cesta básica mensal para alimentação dos trabalhadores, um freezer para armazenamento da polpa de buriti e a reforma da estufa. No entanto, estes recursos só chegaram ao final daquela safra. Com a parceria e a melhoria no relacionamento intracomunitário, a produção foi retomada. No entanto, além dos problemas relacionados aos conflitos internos permanecem ainda, a questão do fornecimento de energia elétrica, essencial para a conservação da produção de polpa.

Toda a colheita de frutos de buriti em 2014 foi totalmente doada pelos proprietários dos lotes. A força de trabalho utilizada no processo foi paga por meio de diárias com valores abaixo ao de mercado, no montante de R\$ 20,00 por dia, enquanto o valor médio de uma diária vigente na comunidade era de R\$ 50,00. Além disso, a data de pagamento permaneceu indefinida. Os pagamentos não foram efetuados ao final do mês e os trabalhadores concordaram em receber apenas quando o produto fosse comercializado e com pequenos adiantamentos quando houvesse algum tipo de venda, principalmente da polpa ou do adubo resultante do processamento do fruto.

Como as vendas foram demoradas, o quadro de pessoas envolvidas, inicialmente constituído por oito diaristas, o escalador e o Sr. J.B.S., como administrador, ficou reduzido por apenas dois trabalhadores. Toda a alimentação foi doada pela Prefeitura e complementada por recursos do Sr. J.B.S., que investiu no ano de 2014, o montante de R\$ 961,95 para aquisição de alimentos, matérias-primas e manutenção de máquinas.

Tabela 5 – Participação das unidades familiares em atividades de extrativismo, processamento e produção de óleo de buriti.

Famílias Amostradas	Período Anterior		Período Atual	
	Modalidade	Local	Modalidade	Local
A		UFP/ Associação	Doa e trabalha na Associação	Associação
B			Doa e filho trabalha na Associação	Associação
C	Venda de frutos	UFP/ Associação	Doa	Associação
D	Venda de frutos		Doa	Associação
E			Administrador da Usina	Associação
F	Venda de frutos	UFP/ Associação	Doa	Associação
G			Doa	Associação
H	Venda de frutos/Trabalho	Associação		Associação
I		Associação	Doação	Associação
J			Escalador	Associação
L		Associação	Doação	Associação
M	Venda de frutos/Trabalho	Associação	Vice Presidente Associação	Associação

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Embora os comunitários tivessem feito a doação dos frutos de buriti (Tabela 5), por não acreditarem que teriam algum retorno, não acompanharam, nem demonstraram interesse em saber a quantidade colhida dentro de suas propriedades.

Essa “doação” poderia constituir-se em um fator agravante, pois o fato dos agricultores não acompanharem a coleta de frutos nas suas propriedades não saberiam o nível de intensidade de colheita e nem o impacto que poderia estar sendo causado sobre o ambiente ocupado pelos buritizeiros. Embora a Associação tivesse realizado a colheita de maneira responsável, a inspeção da atividade realizada pelo próprio proprietário do lote seria um controle a mais sobre o processo.

De modo geral, no discurso e pelas atitudes dos agricultores, percebe-se que estas denotam uma falta de confiança no futuro da atividade de extrativismo de buriti para geração de renda monetária. Cada vez é mais difícil conseguir trabalhadores para a Associação, a incerteza quanto ao pagamento das diárias desmotiva aqueles que poderiam servir como mão de obra para a colheita de frutos e os poucos que continuaram mostram-se sem perspectivas quanto a atividade (Figura 26).

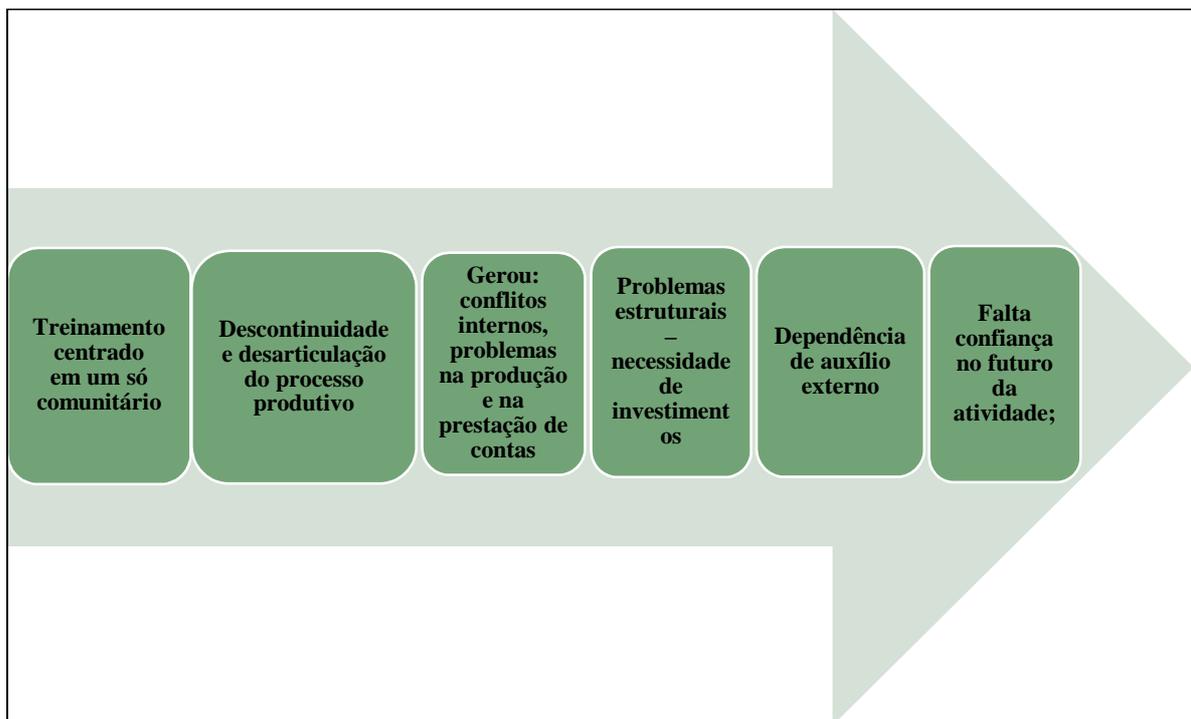


Figura 26: Principais problemas identificados na produção de óleo de buriti na Associação ABORITI.
Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Ainda em relação a problemas internos, outro ponto a ser considerado, é a precariedade das instalações e dos equipamentos disponíveis. Embora a Prefeitura tenha procurado apoiar, o processo demora e os resultados são menores que o esperado. Isso pode ser observado nas condições de armazenamento de polpa do fruto em dois freezers incapazes de congelar completamente o produto e a ocorrência de falta de energia. Parte da produção tem sido perdida. A estufa usada na secagem da polpa apresenta furos e a ocorrência de chuvas tem provocado a perda do produto. Nos dois casos, a Prefeitura tinha se prontificado a auxiliar, no entanto a entrega do freezer e a reforma da estufa só ocorreram no final da safra fazendo com que o auxílio tivesse pouco impacto sobre o resultado final.

A associação ainda continua trabalhando com as máquinas do início do projeto, pois uma máquina nova mais potente necessita de melhoria nas instalações. A Associação não tem condições de realizar as substituições dos equipamentos e, por outro lado, a Prefeitura ainda não se comprometeu a colaborar. A falta de uso e manutenção das máquinas causam muitos problemas operacionais e isso tem provocado paradas no processo produtivo resultando em perdas e baixa produtividade refletindo, também, nos resultados financeiros.

Além dos problemas de gestão e controle financeiro, permanecem ainda problemas estruturais que comprometem a produção de óleo. Estes problemas demandam investimentos e aportes financeiros, os quais dificilmente a própria Associação poderá obter, deixando-a mais uma vez dependente da ajuda externa, principalmente da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo.

Sustentabilidade da produção de óleo na comunidade Santo Antônio do Abonari

Para se avaliar a sustentabilidade de determinada atividade não basta analisar-se apenas os impactos ambientais e/ou a capacidade de suporte e regeneração do sistema, a viabilidade econômica ou ainda retorno social. É necessário que esta atividade possa se manter e reproduzir de forma contínua e equilibrada ao longo tempo. (Figura 27)



Figura 27: Sustentabilidade ambiental, econômica e social da produção de óleo de buriti pela Associação ABORITI.

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Quanto à sustentabilidade ambiental, se considerarmos a capacidade produtiva dos buritizeiros, observa-se que a quantidade retirada de frutos é muito pequena, frente à capacidade produtiva nesta região. As observações durante a pesquisa de campo confirmam o parecer da SmartWood, responsável pela certificação ambiental, que afirma ser a coleta de fruto de buriti na Comunidade Santo Antônio do Abonari realizada em escala e intensidade bastante reduzidas. A capacidade de coleta dos associados, frente à quantidade de buritis da região é muito pequena, não representa potencial impacto à regeneração da espécie (SMARTWOOD, 2005).

A capacidade produtiva das plantas continua crescendo a medida que estas se reproduzem continuamente. Ao redor dos buritizeiros adultos são encontrados plantas jovens em vários estágios. Algumas em sua primeira florada já se mostram bastante produtivas. Desta forma, podemos considerar que a atividade é ambientalmente sustentável, uma vez que garante a manutenção e reprodução da atividade considerando-se os níveis de produção atual e até mesmo um eventual crescimento da produção.

Em relação à viabilidade econômica da produção de óleo de buriti na Comunidade Santo Antônio de Abonari para fins comerciais foram observadas entraves na produção, distribuição e comercialização do óleo de buriti. Para que o processo produtivo de óleo para comercialização tenha continuidade há necessidade de mais capital para financiar o pagamento dos funcionários, o transporte da produção e até mesmo para compra de matéria-prima. Embora a comunidade esteja disposta a doar a produção, alguns trabalhem para receber somente quando ocorrer a venda e a prefeitura disponibilize transporte e alimentação, a viabilidade econômica somente poderá ser verificada quando houver a capacidade de pagamento de todos os custos, remuneração do capital investido e, ainda, garantir uma margem de lucro.

Constatou-se que faltam elementos básicos de infraestrutura e logística para a produção e comercialização do produto. Não há na comunidade nenhum meio de comunicação confiável, portanto um dos problemas graves é o isolamento. O único telefone público existente sempre está sem funcionamento e a distância da comunidade não permite o acesso à Internet ou recebimento de sinal de telefonia móvel. Outra peculiaridade que dificulta o acesso à comunicação é o fato de que a comunidade é circundada por serras que impossibilitam até mesmo a utilização de telefone móvel rural. Desta forma, a comunicação com as empresas compradoras torna-se praticamente impossível e deixa a associação dependente de terceiros que vivem fora da comunidade para negociar a sua produção.

Dentre os fatores a serem considerados, a capacidade de gestão é outro fator preocupante. As decisões e prestações de contas simples são dominadas por alguns associados, mas quando ocorre alguma complexidade, como negociações de prazos e principalmente a resolução de conflitos internos, percebe-se deficiências que podem gerar problemas à produção e comercialização do óleo de buriti.

O fato de apenas um associado ter recebido uma capacitação mínima para gerir a associação constitui, também, um fator de vulnerabilidade, uma vez que apenas o Sr. J.B.F. recebeu informações, um pequeno treinamento, conhece os órgãos e os contatos em cada um deles. A dependência de doações e a incapacidade de pagamento e manutenção da atividade sem o apoio externo demonstra a inviabilidade econômica da atividade.

Mesmo nos anos que a comunidade recebeu aporte financeiro externo, a falta de controle sobre os gastos e a dificuldade de comercialização do produto levaram ao esgotamento do capital de giro, deixando a associação sem condições de reiniciar as atividades na safra seguinte. Quanto ao fator social, espera-se que haja um retorno para a comunidade, melhoria na renda, nos serviços comunitários, na qualidade de vida das pessoas. Pode-se afirmar que quando o processo de extração de buriti para produção de óleo foi iniciado, os associados mostraram interesse em participar das reuniões, da coleta e produção e desejavam cursos de capacitação para melhorar as condições de trabalho.

No entanto, a capacitação demorou a chegar e foi muito restrita, cursos para os escaladores e o de boas práticas só vieram após o rompimento do vínculo com a empresa C., ou seja, quando o projeto perdeu o seu elo com o restante da cadeia produtiva e procurava encontrar canais próprios para a distribuição. Enriquez (2008) afirma que, ao confrontar-se a percepção dos pesquisadores com a realidade das comunidades, percebe-se que a atividade extrativa é insuficiente para garantir o sustento familiar, os agroextrativistas precisam recorrer a outras fontes, principalmente devido à falta de estratégias para agregar valor e diversificar a produção.

A renda monetária obtida por algumas famílias na primeira fase do projeto, quando comercializavam apenas a polpa seca e no primeiro ano de produção do óleo, constituiu um importante componente do orçamento familiar. Para algumas famílias promoveu maior acesso ao alimento e a bens de primeira necessidade, justamente no período pós-safra da mandioca, quando a farinha já havia sido produzida e vendida pela maioria. Atualmente, representa incerteza e desmotivação pelas inúmeras tentativas que acabaram em insucesso. A incapacidade da associação de pagar pela compra do fruto e até mesmo de garantir o pagamento dos salários tornou a produção de óleo de buriti na comunidade uma atividade desacreditada.

Os ganhos que poderiam fomentar o crescimento de outras atividades como pequenos comércios ou prestação de serviços não se realizaram. A qualificação profissional mínima nestes casos não aconteceu como deveria, por falta de oferta de cursos solicitados pela comunidade como o de contabilidade básica e controladoria

financeira ou ainda por falta de quorum. Como exemplo, pode ser citada a oferta do curso para produção de doces e compotas de buriti pelo qual somente o Sr. J.B.F. e sua família demonstraram interesse. Faltou o incentivo e a disseminação pela comunidade, o curso de cosméticos artesanais é um desejo até hoje, porém as pessoas perderam a confiança no projeto como fomentador da qualidade de vida e da melhoria social e econômica.

A produção de óleo de buriti na comunidade Santo Antônio do Abonari, em um olhar superficial pode ser considerada como uma vocação regional, como fator de desenvolvimento endógeno. No entanto, ao se analisar mais profundamente, observa-se que, tradicionalmente, a comunidade já se relacionava com as indústrias de sorvete da cidade de Manaus, as quais consegue acessar facilmente e manter um relacionamento até os dias atuais. Ao contrário do que ocorria com a indústria de cosméticos, visto que esta se encontra muito distante da comunidade.

A identificação da comunidade, a inserção da atividade não foi algo que surgiu de um anseio ou necessidade desta população, mas veio para atender a uma necessidade de matéria-prima da indústria, de uma empresa específica. A busca pelo apelo da sustentabilidade levou a necessidade do emprego de materiais naturais, sem agressão à natureza e com o discurso de melhoria de vida das populações que foi aplicado neste caso, mas não se buscou entender a necessidade destas pessoas, não se pensou nos impactos que teria sobre suas vidas ou de buscar-se por formas que pudessem oferecer um benefício permanente e sustentável.

A introdução de uma comunidade rural na cadeia produtiva de uma grande e competitiva indústria, como a de cosméticos deve ser pensada de forma holística e sistêmica. Holística, porque é necessário pensar na comunidade ao se relacionar com o todo, ou seja com a indústria competitiva global e como esta indústria vai se relacionar com a comunidade. Como estas vão formar um mesmo sistema, mesmo vivendo realidades tão distintas.

No caso da Comunidade Santo Antônio do Abonari, o projeto foi imposto sem oferecer as bases técnicas necessárias para que se desenvolvesse, nem mesmo informações básicas como a necessidade da acidez abaixo de 10% foi

repassada. Faltou comprometimento por parte da empresa, pois este problema técnico poderia ter sido facilmente superado como demonstrado pela produção, pela comunidade, de 663 quilogramas óleo com acidez abaixo de 4% e em 2014, quando conseguiu um índice de acidez de apenas 2%. A empresa comprometida com a compra do óleo produzido desfez o vínculo estabelecido com a Comunidade sem se preocupar com o futuro dos envolvidos, após ter provocado mudanças profundas na rotina, na vida das pessoas e na organização social da produção na comunidade em estudo.

Sachs (2002) coloca que uma boa combinação de recursos ambientais abundantes e baratos, força de trabalho qualificada e conhecimento moderno resultam em uma vantagem comparativa inigualável, contradizendo o pensamento de que os recursos ambientais perderam sua importância diante dos recursos e do conhecimento da era industrial. Desta forma, o extrativista insere-se na economia global pelas vantagens e atratividade dos produtos, mas precisa lidar com empresas de grande porte, que atendem a um público exigente e diferenciado. Ele é o elo inicial de uma cadeia produtiva e isso modifica toda a sua experiência e vivência, ligando o mundo rural ao urbano, misturando conceitos, alterando o lugar e o espaço onde vive esse produtor.

A inserção na economia global altera profundamente estas relações, o acesso a bens e, durante o processo, modificam-se a cultura e o ponto de vista anterior. O homem comunal torna-se capitalista em um tempo inferior ao de uma passagem de geração e esta mudança provoca alterações em diferentes níveis dependendo do grau de inserção no mercado, das tradições e nível de conscientização de cada comunidade e da faixa etária dos envolvidos, sendo mais facilmente absorvida pelas gerações mais novas que ainda possuem uma identidade em construção. Quanto ao processo de mudança e hibridação de saberes Leff (2011) mostra que esta abre novos temas à antropologia ambiental: o estudo da cotidianidade, dos saberes culturais e de suas possibilidades de hibridação com conhecimentos e técnicas modernas para incrementar o potencial ambiental e as capacidades de autogestão das comunidades.

Por meio do extrativismo, o homem amazônico insere-se na economia global como fornecedor de matéria-prima para uma cadeia produtiva que atende a uma

demanda exigente em diferentes pontos do planeta. Com isso, ele passa a sofrer pressões que alteram a sua percepção colocando-o dentro de uma nova realidade que o torna cada vez mais especializado e dependente do sistema capitalista, modificando a sua visão de mundo, os seus costumes, a cultura e o modo de viver e de relacionar-se em sociedade.

O caráter sistêmico da sustentabilidade é algo que quando percebido pelas sociedades aumenta a sinergia entre as ações governamentais, institucionais e sociais. O entendimento da interdependência e da fragilidade dos organismos individuais dentro das variações de seu ecossistema mostra-se essencial para a mudança de comportamento e quebra de paradigmas sociais. Quanto a isso Capra (2006) aduz que entender a interdependência ecológica significa entender relações, mudando as percepções das partes para o todo, de objetos para relações, de conteúdo para padrão, entendendo que uma comunidade sustentável está ciente das múltiplas relações entre seus membros, envolvendo múltiplos laços de realimentação interdependentes.

Capítulo 4 - AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA: pluriatividade, multifuncionalidade e meio ambiente

INTRODUÇÃO

A globalização da economia, os meios de comunicação e, mais recentemente, a Internet tornaram-se molas propulsoras para a universalização do consumo dos bens industrializados e isto a cada dia chegando aos lugares mais afastados dos centros urbanos. Hoje há uma padronização mundial em relação ao consumo das famílias e das empresas.

A multiplicação dos centros de pesquisa e desenvolvimento passaram a ofertar novas tecnologias e produtos que se tornam ultrapassados tão rapidamente quanto delinear a obsolescência programada e estas tecnologias vão sendo repassadas dos centros mais urbanizados aos mais distantes.

O desenvolvimento dos países e regiões tradicionalmente é ser medido pela produção e pelo consumo, sem considerar a capacidade de suprimento e suporte dos sistemas e do ambiente em que estão inseridos. Isto majora consideravelmente o consumo, levando ao aumento da exploração dos recursos naturais ao mesmo tempo em que eleva o descarte dos produtos considerados ultrapassados. Este cenário não se restringe apenas a centros urbanos, cada vez mais elementos da modernidade estão presentes nas áreas rurais. Neste sentido, Ferreira (2001) afirma que processos que levavam décadas e até séculos para se legitimar, hoje se revelam praticamente instantâneos. O avanço tecnológico e seus impactos mostram-se praticamente ilimitados, afetam a vida das pessoas independente da diversidade étnica, cultural ou geográfica.

Nas áreas rurais amazônicas, principalmente naquelas que estão mais próximas a centros urbanos, observa-se que as fontes de renda não agrícolas tornam-se cada vez mais importantes para o orçamento familiar e o acesso a bens e serviços antes restritos a áreas urbanas como computadores, aparelhos celulares, acesso à TV por assinatura tornam-se a cada dia mais fáceis de serem incorporados a rotinas dos agricultores familiares e de todos os membros da família, o que facilita a troca de experiências entre crianças, jovens e adultos de áreas urbanas e rurais.

Schneider (2003) afirma que em contextos internacionais, a dinâmica da própria agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades e que talvez o exemplo emblemático dessa mudança estrutural seja a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas, nas quais uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não agrícolas, exercendo um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra.

Essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade. E é justamente este contexto que se pode identificar na comunidade estudada, visto que parte da renda familiar vem de empregos formais e informais de alguns membros das famílias, além das rendas provenientes de aposentadorias, bolsas e benefícios.

Este movimento também é observado na Comunidade Santo Antonio do Abonari, onde a pluriatividade diversifica as fontes e aumenta o nível de renda. Por outro lado, a proximidade com a sede municipal e com a Capital Manaus, bem como a migração de filhos ou irmãos para estes centros urbanos intensifica a troca de experiências, facilita o acesso aos mercados e alimenta o desejo de consumo por estes bens.

A medida que estes bens são adquiridos, mudam-se as formas de interação nesta comunidade, seja pela troca de dados, pelo compartilhamento de jogos, músicas e até mesmo de material de estudo, estas novas formas de relacionamento tornam-se hábitos comuns e esperados, principalmente entre os jovens e as crianças das comunidade. As práticas, as experiências e as formas de relacionar-se tornam-se cada vez mais próximas daquelas identificadas nos centros urbanos, uma vez que estes tem acesso as mesmas informações.

Neste sentido, busca-se contextualizar as formas como a Comunidade Santo Antônio do Abonari relaciona-se com o mercado global, espera-se conhecer como suas atividades produtivas são desenvolvidas, como se forma a renda destas famílias e os hábitos de consumo desta comunidade, por meio dos dados coletados na pesquisa de campo durante a aplicação dos formulários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Formas de Produção e de Comercialização na Comunidade Santo Antônio do Abonari

Cada família da comunidade possui uma forma diferenciada de produzir, algumas preferem ter maior variedade e outras concentram-se em poucos produtos, os quais sejam mais fáceis de trabalhar e vender. Dentre as famílias entrevistadas, 3 não produzem para comercializar, apenas para consumo próprio, estas têm renda externa expressiva e são autossuficientes para alimentar-se e manter a propriedade com estas rendas.

Para as demais famílias entrevistadas, os principais produtos são a mandioca para a produção de farinha e a macaxeira para venda e consumo. Em seguida, a banana e o cupuaçu são os produtos mais frequentes nas propriedades (Figura 28).

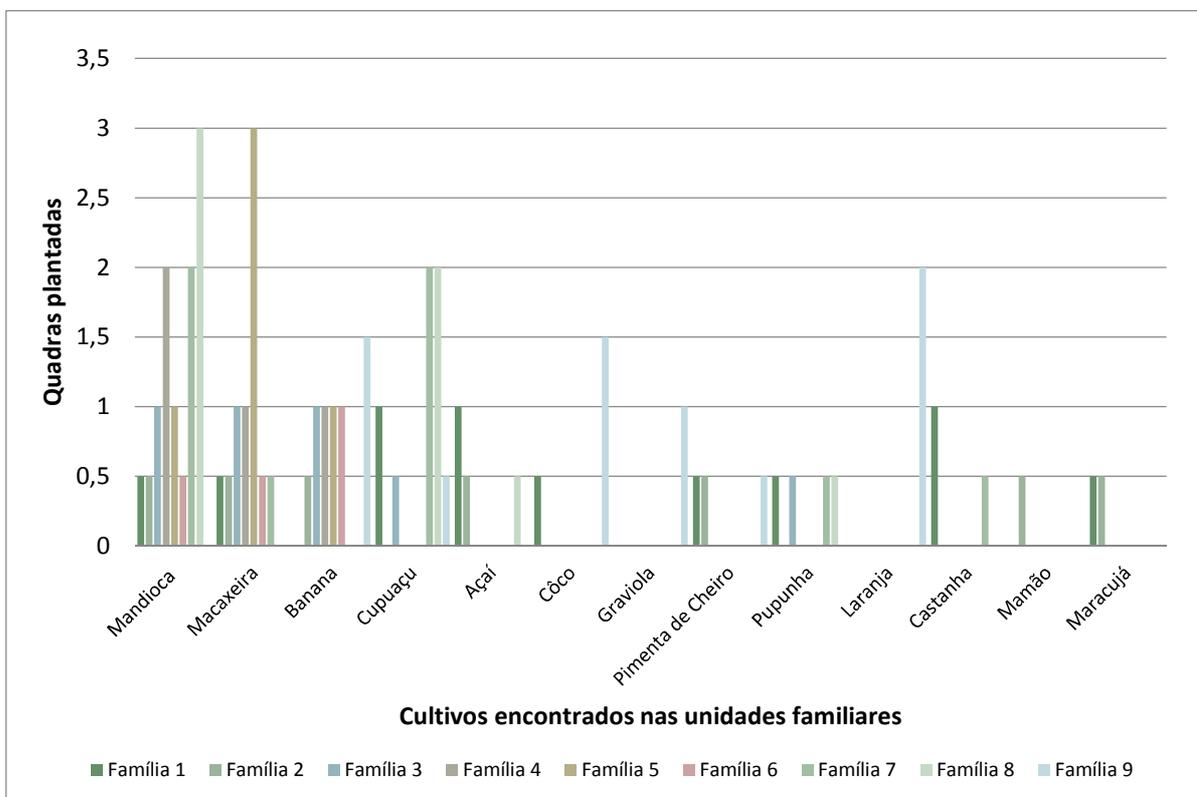


Figura 28: Produção Agrícola de unidades familiares na Comunidade Santo Antônio do Abonari. **Fonte:** Pesquisa de campo, 2014.

A mandioca é preferencialmente transformada em farinha para a venda. A saca de mandioca tem o preço de mercado entre R\$ 30,00 e R\$ 50,00 e com a

transformação em farinha a saca passa a valer em torno de R\$ 250,00 a R\$300,00, cada família produz em média 10 sacas para venda o que complementa a renda em cerca de R\$ 2.500,00 a R\$ 3.000,00 por ano, estes níveis são alcançados por famílias em que as plantações de mandioca são superiores a uma quadra.

Além dos ganhos com a venda, a farinha também se torna importante para a alimentação familiar, mesmo as famílias que não vendem a farinha a produzem para consumo próprio. Quase todas as propriedade possuem casa de farinha (Figura 29 - A), no entanto, algumas famílias não têm motor (Figura 29 - B) para processamento e o emprestam dos vizinhos.



Figura 29: Produção de farinha na Comunidade Santo Antônio do Abonari. (A) Casa de Farinha; (B) Processamento de raízes de mandioca.

Fonte: Rute Holanda Lopes, 2014.

A saca da macaxeira também tem o preço médio de R\$ 30,00 e é um importante componente da alimentação familiar para a maioria das famílias. Sendo utilizada cozida, em mingaus, bolos, etc. Outro produto importante para a comunidade é a banana, principalmente a espécie pacovã, que além de ser consumida pelas famílias como complemento da dieta alimentar é vendida a R\$ 15,00 o cacho.

Cada quadra de banana plantada produz uma safra média de 200 cachos, podendo gerar até R\$ 3.000,00 de renda para cada família, expressiva para o orçamento familiar de cada família. Outro ponto positivo da banana é a possibilidade de consórcio com outras culturas, inclusive com a mandioca e com a pimenta.

Outra renda importante é a gerada com a produção de polpas de frutas, principalmente a do cupuaçu, seguido pelo maracujá e pela graviola. Cada quilo é vendido por R\$ 4,00 ou R\$ 5,00 e algumas famílias chegam a produzir 1.000 quilos de polpa de cupuaçu por ano o que rende ao longo do ano até R\$ 5.000,00. Os demais produtos como a pimenta de cheiro, o mamão, o tucumã e a laranja são vendidos por sacas e o açaí e a pupunha por cacho. Estes têm uma contribuição menor para a formação de renda familiar.

Quanto às criações de animais, embora haja uma pequena quantidade de patos e de porcos, o animal que tem maior representatividade na produção da comunidade é a galinha caipira. As quantidades vendidas variam muito entre as famílias. Algumas vendem uma média de 5 por mês e outras chegam a vender até 30 por mês, a venda de ovos também é importante, algumas propriedades produzem até 4 cartelas com 30 ovos por semana. O preço da galinha vendida viva gira em torno de R\$ 25,00, a galinha já abatida, depenada e limpa é vendida por até R\$ 35,00 e a cartela de ovos custa R\$ 6,00 em média.

As formas de comercialização dos produtos também são diferenciadas. Alguns com produção pequena vendem na própria comunidade. Até mesmo a produção de farinha, pois assim podem vender por quilo e com isso tem uma renda mais frequente e no final conseguem um valor maior por saca.

A maioria das famílias, produz em quantidades mais expressivas e prefere vender em sacas. Para estes, há duas formas principais a primeira é enviar o produto para as feiras da Expoagro ou do Produtor em Manaus pelo caminhão da prefeitura. Ressalta-se, que nem todos os produtores deslocam-se até a feira, alguns preferem enviar o produto e pedir para que um dos vizinhos venda com os seus próprios produtos.

Além desta alternativa, há ainda a figura dos atravessadores que compram diretamente na propriedade, no entanto, o preço pago é menor que o preço de mercado. Quando o produto é vendido na feira, os produtores acompanham os preços praticados no local da venda, já com o atravessador é este quem determina o preço, pois têm maior poder de barganha com o agricultor, uma vez que compram diretamente na propriedade onde o produtor tem poucas opções de venda direta.

O extrativismo ocorre, mas em pequena escala e não é praticado por todas as famílias. Algumas famílias extraem da floresta a castanha, o tucumã, a bacaba, o patoá, o buriti e o açaí, mas a maioria extrai para consumo da família. O buriti, o patoá e a bacaba quando coletados em maior quantidade são vendidos por R\$15,00 a saca.

A maioria dos entrevistados apresenta uma certa resistência ao extrativismo. Esta forma é mais praticada nas famílias mais numerosas, com pouca renda externa que têm nestes produtos uma alternativa alimentar e melhoria no acesso a renda. Nestas famílias o extrativismo animal também tem maior importância para a dieta alimentar. Estas relataram que caçam até uma vez por semana e que pescam nos igarapés, o que os diferencia dos demais comunitários com famílias menores que consomem proteínas adquiridas no mercado.

Os animais mais comuns na comunidade são a cotia (*Dasyprocta aguti*), a queixada (*Tayassu pecari*), a paca (*Agouti paca*) e o tatu (*Tolypentis tricinctus*), com maior incidência dos dois primeiros. Geralmente são capturados próximo da casa ou na floresta da propriedade. O excedente é doado ou vendido em pequenos pedaços para outros moradores da comunidade.

Na pesca, destaca-se nos lagos o tucunaré e nos igarapés afluentes do rio Abonari são mais facilmente encontrados a traíra (*Hoplias sp.*), a sulamba (*Osteoglossum bicirrhosum*) e a piranha (*Serrasalmus nattereri*).

Segundo a AIAF(2014), apesar da pequena área cultivável disponível à agricultura familiar, com base em dados do Senso Agropecuário de 2006 do IBGE, esta gerou 9% (R\$ 173,47 bilhões) do Produto Interno Bruto (PIB) total do país, que foi naquele ano de R\$ 1,94 trilhão - desta forma, o PIB da agricultura familiar é responsável por 32% do PIB do agronegócio brasileiro, o qual no mesmo ano chegou a R\$ 540,19 bilhões. Com base no mesmo Senso, ressalta que os agricultores familiares são responsáveis por 84,4% dos estabelecimentos do país, ocupam 24,3% da área cultivada e empregam 74,4% da mão de obra do setor agropecuário e produzem 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 34% do arroz, além de 58% do leite, 50% das aves e 59% dos suínos, dentre outros produtos.

Segundo dados do INCRA (2000), a agricultura familiar engloba 4,3 milhões de unidades produtivas (84% do total), 14 milhões de pessoas ocupadas (74% do total) em 80.250.453 hectares (25% da área total) e torna-se essencial para a segurança alimentar, pois abastece basicamente as áreas urbanas próximas à área produzida.

Formação de renda na Comunidade Santo Antônio do Abonari

A renda da comunidade Santo Antônio do Abonari é composta parte por renda externa, ou seja, aquelas que não têm origem nas atividades agrícolas da propriedade e são oriundas de salários, diárias, pensões, aposentadorias e benefícios como o bolsa família. A outra parte da renda origina-se de atividades realizadas na propriedade, basicamente da venda dos produtos gerados dentro da unidade familiar de produção como: frutas, polpas, mandioca, farinha, animais e ovos.

Nesta comunidade, a maioria das famílias tem fonte de renda diversificada, caracterizada como pluriativa, com origens dentro e fora da unidade produtiva, o que

se torna um fator positivo para o orçamento e para a segurança familiar. Nestes casos, Abramovay (2007) explicita que além de aumentar a renda, a pluriatividade permite estabilizar e diversificar as fontes de ganhos, sobretudo, por meio do acesso a rendas não agrícolas. A diversificação dos rendimentos reduz a vulnerabilidade diante de riscos edáficos-climáticos e outros, aumentando a segurança às famílias.

Quanto ao surgimento do conceito de pluriatividade, Cruz (2012) esclarece que surgiu na França nos anos 1980, por um redirecionamento da política agrícola fruto da crise de superprodução agrícola dos anos 1970. Emergiu como uma solução alternativa ao estímulo do Estado para que os agricultores considerados inviáveis abandonassem suas atividades agrícolas e apenas cuidassem da natureza para atração turística. Nesse cenário, a pluriatividade passou a significar não só uma saída econômica, mas um meio de vida saudável, interagindo o urbano e o rural, combinando atividades agrícolas e não agrícolas.

Quanto ao cenário brasileiro, Machado e Caume (2008) ressaltam que a tendência do aumento das atividades não agrícolas no Brasil pode levar ao entendimento de que existem outras formas e possibilidades de atividades econômicas e de empregos para os agricultores. As possibilidades surgem devido a uma maior integração com o meio urbano, dada a evolução dos meios de transporte e comunicação, maior valorização do estudo nas áreas urbanas por parte de membros mais novos de famílias tipicamente rurais, melhora relativa da infraestrutura no meio rural, com energia elétrica, estradas, pontes, desenvolvimento de pequenos comércios, centros de saúde, escolas, etc.

Todos estes elementos identificados por Machado e Caume (2008) podem ser identificados na Comunidade Santo Antônio do Abonari e representam facilidade de acesso a bens e serviços do meio urbano, ao mesmo tempo que ocupam postos de trabalho nas estruturas sociais desenvolvidas na comunidade ou na sua área de influência.

Entre estes agricultores, foram observados dois grupos principais com comportamentos e estratégia produtivas diferentes. Nas famílias que obtêm a maior parte da renda externamente, a produção agrícola da unidade familiar é voltada mais para compor a dieta alimentar da própria família, com pequena ou nenhuma

contribuição na renda total da família. Em algumas, não há produção interna, mesmo se considerarmos sua contribuição na alimentação familiar, torna-se insignificante, pois se resume a frutos do quintal, ovos e aves, eventualmente. Tendo a base alimentar em produtos processados ou industrializados, adquiridos no mercado. As famílias que possuem maiores rendas têm como contribuição principal as aposentadorias, pela soma dos ganhos dos dois cônjuges ou ainda por aposentadorias de até 3 salários mínimos. Além dos salários, que em alguns casos são a única fonte de renda.

Quanto à origem das rendas externas, as maiores contribuições externas são oriundas das aposentadoria e dos salários, que dentre os entrevistados destacou-se o de motorista de ônibus, seguido pelos salários da cobradora e da merendeira da escola. Por outro lado, as menores contribuições foram do Bolsa Família que não ultrapassou os R\$ 280,00 e foi citado por apenas duas famílias dentre as pesquisadas e das diárias que giram em torno de R\$ 100,00 a R\$ 200,00 reais mensais.

Já as famílias em que a maior contribuição da renda familiar tem origem na própria unidade produtiva, esta ganha importância e se traduz em uma maior dependência dos recursos produtivos. A contribuição externa é bem menor e os alimentos produzidos na unidade produtiva ganham maior destaque também na dieta familiar. Apenas uma das famílias apresenta equilíbrio entre as duas fontes de renda externas e internas. Veiga (2001) esclarece que a pluriatividade surge por estas populações disporem de estruturas agrárias que são, ou se tornam, insuficientes para garantir boa renda familiar, elas criam uma oferta de trabalho que pode ser empregada em condições extremamente flexíveis por outros negócios instalados nas redondezas.

Barbosa, *et al* (2012) colocam, ainda, que a pluriatividade possui uma imensa importância para o ambiente rural, pois permite aos produtores rurais pertencerem a uma estrutura econômica plural para a obtenção de renda, por meio da associação de atividades econômicas agrícola e não agrícola, que se traduzem em melhoria nas condições de vida desta população rural, podendo se estender as regiões circunvizinhas.

Quanto às mudanças trazidas pela pluriatividade ao núcleo familiar, Carneiro (1997) ressalta que a pluriatividade se caracteriza pela finalização do processo de individualização da força de trabalho nas famílias agrícolas, com efeito intrafamiliar cuja organização familiar se altera pela autonomia de seus membros face aos projetos coletivos da família, os quais trazem consequências sobre a composição da renda familiar. Os projetos profissionais e os rendimentos individuais permanecem sob a responsabilidade de cada indivíduo, mas o papel que a família desempenha continua como organizadora da reprodução social do grupo doméstico.

Na Comunidade Santo Antonio do Abonari, isto fica evidente, uma vez que cada membro do núcleo familiar busca contribuir na formação de renda familiar seja na produção agrícola ou no trabalho externo para a manutenção e progresso do grupo familiar.

O pagamento de diárias ocorre de duas formas. A primeira é pela prestação de serviços para outros comunitários para limpeza de áreas para plantios, nas colheitas ou ainda para ajuda na produção de farinha, embora na maioria das vezes esta demanda seja atendida pela própria família. E a outra são as diárias pagas pelo trabalho na Miniúsina, no entanto, não foram citadas pelos comunitários, pois esta estava inativa desde 2007 e no ano de 2014 poucos pagamentos foram realizados, uma vez que ainda estavam aguardando a venda do produto para efetuar os pagamentos aos trabalhadores.

Quanto à renda dos agricultores observa-se que embora quase todos obtenham renda de atividades agrícolas desenvolvidas em suas terras, na média a renda oriunda de fontes externas como aposentadorias, salários, pensões e bolsas são o dobro das produzidas internamente, o que se explica pelo percentual de aposentados e de assalariados entre os entrevistados (Figura 30).

As demais diárias são pagas por duas propriedades que se caracterizam pela produção mais ostensiva. Uma delas cria gado bovino e outra cultiva diversos tipos de plantações como maracujá, pimenta de cheiro, cebolinha, entre outros. Esta propriedade é responsável pelo pagamento de duas diárias mensais a pelo menos 15 comunitários, torna-se importante para a formação de renda da comunidade,

mesmo sem os proprietários destas unidades produtivas participarem das decisões, reuniões ou da vida da comunidade diretamente.

Entre as fontes de renda internas, ou seja, geradas na propriedade, destacam-se a venda de polpas de frutas, de galinhas caipiras, de farinha, mandioca, frutas e ovos. Estas ganham importância em famílias que não possuem fontes de rendas externas ou nas quais estas rendas são esporádicas ou baixas se considerarmos as necessidades da unidade familiar estudada.

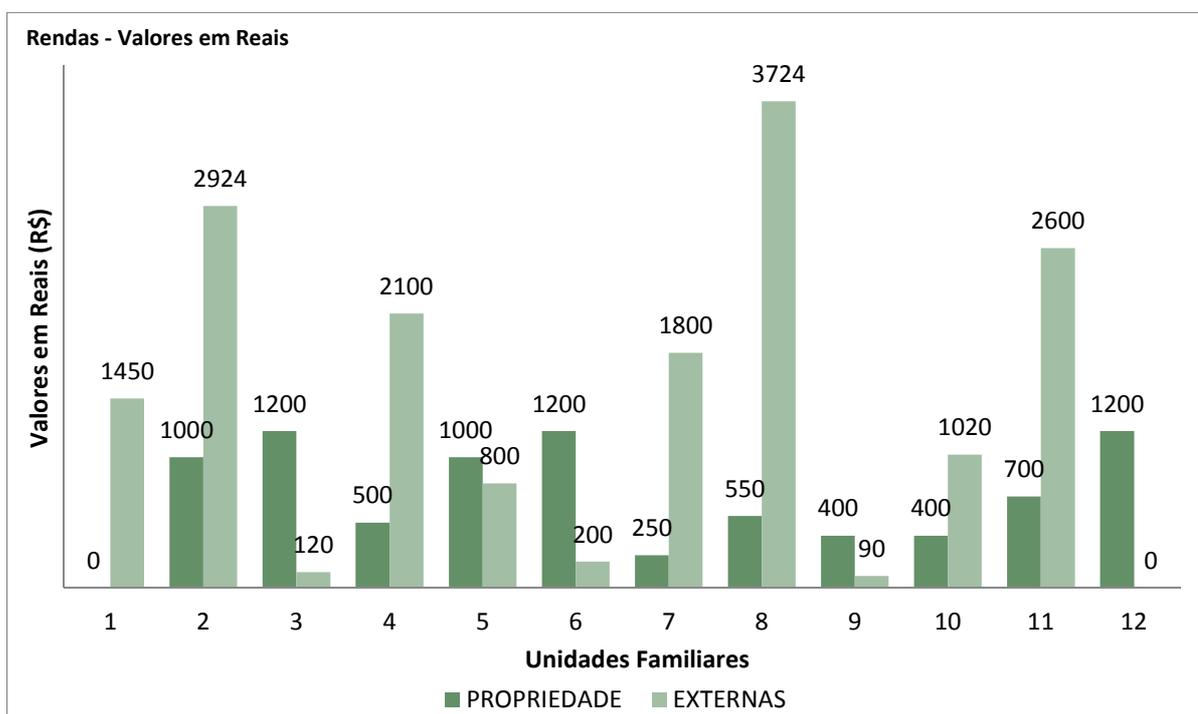


Figura 30: Origem e estimativa dos rendimentos das unidades familiares. n=12.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A combinação das rendas pela venda destes produtos varia de R\$ 500,00 a R\$ 1.200,00 mensalmente, sendo influenciada pelas diferentes épocas do ano. A renda agrícola média oriunda da produção interna é de R\$ 700,00 mensais por família, enquanto a renda externa média é de R\$ 1.402,33. (Figura 30, Tabela 6).

Este cenário demonstra que embora todos se identifiquem como agricultores familiares, a maior parte da renda que circula na comunidade tem origem em fontes externas ou não agrícolas. Das famílias pesquisadas apenas 4 tem renda interna significativamente maior e em uma família estas se equivalem, nas demais a renda

com origem externas à propriedade é significativamente maior, sendo aproximadamente 3 vezes superior à renda interna em algumas propriedades.

Tabela 6–Composição do Rendimento Monetário Mensal de unidades familiares (UF) na Comunidade Santo Antônio do Abonari

Famílias Amostradas	Fonte de Obtenção da Renda das UF				Renda Mensal
	Agricultura	Extrativismo Buriti (a receber)	Atividades não agrícolas dentro e/ou fora da Comunidade	Pensões/ Programas Sociais	
A	550,00	(300,00)	200,00	3.524,00	4.274,00
B	1.000,00	(500,00)	720,00	80,00	1.800,00
C	1.200,00		120,00	0,00	1.320,00
D	400,00	-	900,00	120,00	1.420,00
E	1.000,00	(500,00)	0,00	2.924,00	3.924,00
F	500,00		1.375,00	725,00	2.600,00
G	400,00		90,00	0	490,00
H	0,00		725,00	725,00	1.450,00
I	1.200,00		0,00	0,00	1.200,00
J	1.200,00	(200,00)	0,00	200,00	1.600,00
L	250,00		1.650,00	150,00	2.050,00
M	700,00		2.600,00	0,00	3.300,00
MÉDIA	700,00		1.402,33	-	

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Kageyama (2004) coloca que os elementos definidores do rural foram se modificando ao longo da história, ganhando novos contornos: a grande propriedade já não reina absoluta, a agricultura se modernizou, a população rural passou a obter rendimentos nas adjacências das cidades, a própria indústria penetrou nos espaços rurais e reduziram-se as diferenças culturais entre o campo e a cidade. Desta forma, observa-se, como no caso estudado, uma aproximação que traz modificação ao ambiente rural e ao modo de viver e relacionar-se com o mercado. Este deixa de ser apenas o espaço onde os seus produtos são ofertados, mas ganha importância como fornecedor de alimentos e de bens e serviços para as famílias que se tornam cada vez mais consumidoras de produtos industrializados.

Funk, Borges e Salamoni (2006) complementam afirmando que as atividades extra-agrícolas permitem uma melhor qualidade de vida dos pequenos produtores e mesmo sendo entendidas como exercício de mais de uma atividade remunerada, a pluriatividade destaca-se, atualmente, por meio da multiplicidade de

formas, em situações de tempo e de espaço distintas, compreendendo a forma de produção e as relações de trabalho fundamentado sobre o modo de vida e o sistema produtivo de pequena unidade familiar.

Neste contexto, pode-se observar que na Amazônia o extrativismo ganha uma importância maior entre as praticadas pelos agricultores que o caracterizam como pluriatividade agrícola. No entanto, na Comunidade Santo Antonio do Abonari devido ao acesso a outras fontes de renda como salários e aposentadorias o extrativismo torna-se uma atividade complementar com menor impacto sobre o orçamento familiar e a contribuição na dieta familiar. Sendo acessado com maior frequência pelas famílias com maior número de filhos crianças ou jovens.

Desta forma, observa-se que há uma certa independência destes quanto à atividade agrícola, o que pode ser um dos fatores que desestimula um maior envolvimento na produção do óleo de buriti. Ao mesmo tempo em que representa uma maior dependência do mercado e uma baixa segurança alimentar pela dependência dos agricultores de recurso produzidos fora da unidade produtiva familiar, contrapondo-se ao que aduz Noda, Noda e Silva (2013) quando argumentam que ao acessar alimentos pela via não monetária as comunidades evidenciam elevado patamar de segurança alimentar.

Hábitos de Consumo

Quanto ao destino da renda familiar (Figura 31), os principais gastos são a alimentação e saúde, sendo que os gastos com saúde são mais relevantes nas residências onde o casal é composto por pessoas com mais de 55 anos. Os gastos com alimentação têm uma relação direta com dois fatores: o número de membros na família e a dependência da renda externa.

Observa-se que quanto maior a participação da renda externa, menor a contribuição da propriedade para a dieta alimentar familiar e maior a necessidade de itens comprados externamente para a alimentação. Por outro lado, quanto maior o número de pessoas na família, mais estas recorrem aos recursos disponíveis na

propriedade como a caça e o extrativismo vegetal, uma vez que estes gastos tornam-se mais representativos para o orçamento familiar. Abramovay (2007) coaduna com esta constatação ao citar que os rendimentos das atividades não agrícolas são utilizados principalmente para o sustento familiar e que quanto maior a participação da renda externa no orçamento familiar, menor a área cultivada na propriedade.

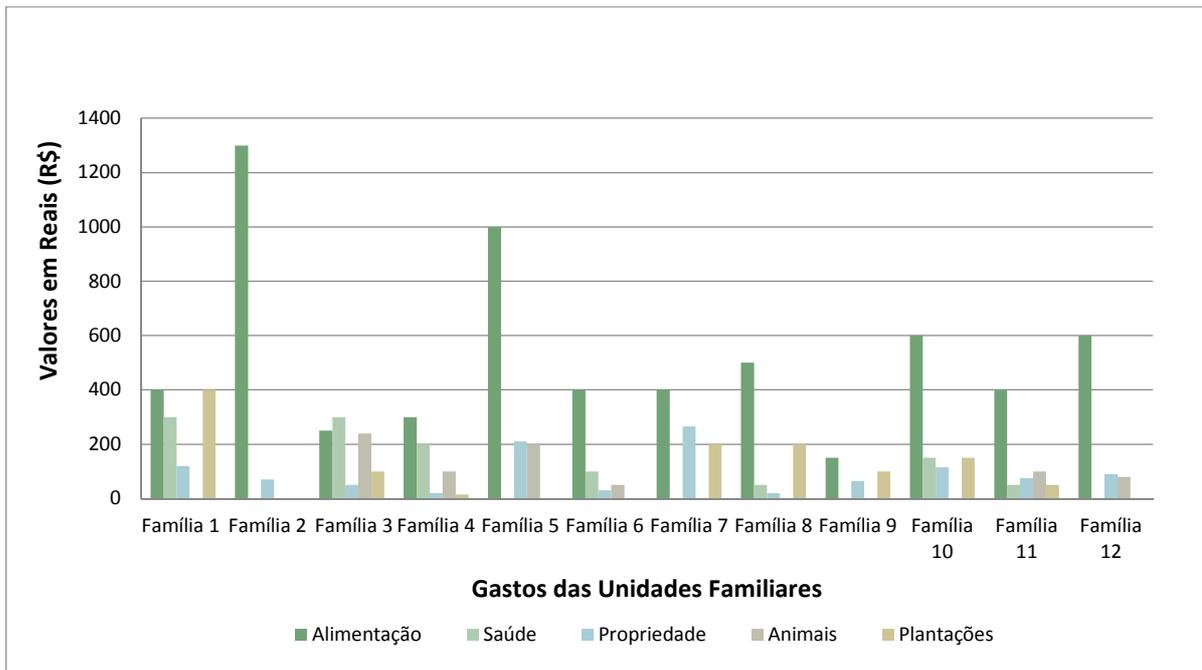


Figura 31: Gastos familiares e destino da renda das unidades familiares.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Os gastos médios com a propriedade não ultrapassam R\$ 300,00, na maioria das residências as despesas são apenas de energia elétrica rural que não ultrapassa os R\$ 50,00 e com diárias para auxílio na manutenção da propriedade e limpeza de áreas para plantio. Os demais gastos são referentes à criação de animais e às plantações. Nestes dois casos, os gastos vão ter maior expressividade de acordo com a importância que as plantações e as criações têm na formação de renda da família. (Figura 31)

Nas famílias em que a venda de galinhas e ovos é importante para a formação de renda na unidade familiar, o gasto com ração pode chegar a R\$ 240,00 mensais considerando-se que são necessárias rações específicas para crescimento, a engorda e para as poedeiras. Com as plantações, ocorre o mesmo e o gasto máximo registrado foi de R\$ 400,00 com mudas, adubo químico, calcário, potássio e

sulfato em unidades, verificou-se esta situação nas unidades em que as plantações representam contribuições importantes para o orçamento familiar. Por outro lado, famílias renda externa significativa gastam em média R\$ 25,00 com estes produtos.

Embora os gastos com educação estivessem presentes no formulário de pesquisa, todas as famílias não tiveram este tipo de despesa, pois a educação escolar, o material, o fardamento e o transporte escolar são fornecidos pelo setor público. Desta forma, todos entrevistados não apontaram a existência de gasto com educação.

Quanto à alimentação, observa-se que a sua representatividade nos gastos familiares torna-se mais expressiva, devido ao hábito de consumir produtos comprados de fontes externas à comunidade. Verificou-se que isto é mais evidente em famílias nas quais a renda externa tem maior representatividade no orçamento familiar. Mas de um modo geral, todas as famílias registraram hábitos alimentares similares, consumindo basicamente os mesmo produtos, principalmente em relação ao almoço (Tabela 7).

Tabela 7: Principais componentes da dieta alimentar dos agricultores familiares

REFEIÇÃO	PRIMEIRA OPÇÃO	SEGUNDA OPÇÃO
Café da manhã	Café, Biscoito, Margarina, Pão, Leite e Macaxeira.	Tapioca, Cuscuz, Banana Pacovã
Almoço	Arroz, feijão, macarrão, farinha, frango ou carne	Galinha Caipira, Peixe ou Caça
Lanches	Frutas, sucos, patoá, açaí.	Biscoitos, pão, café e leite.
Jantar	Repete o almoço. Macaxeira, ovos. Mijo	Mingau, Banana Pacovã

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

No café há uma preferência por produtos como biscoito e pão, os biscoitos (bolachas) são comprados em quantidade suficiente para o consumo mensal ou quinzenal. O pão é escasso na comunidade, só torna-se acessível quando um comerciante de uma comunidade vizinha vem de motocicleta e vende aos comunitários, o que ocorre em média duas vezes por semana. O café, o leite e a margarina também são comprados na mesma periodicidade que os biscoitos (bolachas). A macaxeira e a tapioca são os itens produzidos na unidade familiar,

bem como a banana pacovã, mas são consumidos apenas como complemento ou quando faltam os itens principais.

No almoço também prevalecem as fontes de alimentos externas, o único alimento produzido na comunidade é a farinha. A carne é comprada no açougue do posto de gasolina da BR e seu consumo é relativamente raro e o frango é comprado externamente e armazenado nos freezers e é a fonte de proteína mais comum para as famílias.

A galinha caipira e o peixe também são consumidos, mas somente quando não há recurso financeiro disponível ou quando o estoque nos comércios da comunidade estão desabastecidos destes itens. A caça ocorre esporadicamente e para a maioria das famílias é o último recurso para o suprimento de proteínas. Apenas um dos entrevistados, que possui o maior número de filhos em idade infantil e adolescente afirmou caçar semanalmente para complementar as necessidades da família.

Nos lanches da manhã e tarde é quando ocorre o maior consumo de itens produzidos na propriedade, geralmente consomem o que está disponível no sítio ao redor das casas ou ainda pequenas quantidades extraídas na capoeira ou na floresta como o açaí, o patoá e o tucumã. Somente na ausência destes, recorre-se a biscoitos ou a pão e café com leite. O buriti não é muito apreciado para consumo na comunidade, sendo um dos últimos recursos consumidos como alimento.

No jantar, a maioria das famílias repete o que foi consumido no almoço, no entanto, algumas registraram a preferência por mingaus que podem ser de banana pacovã, macaxeira ou arroz, ou ainda o macarrão instantâneo, citados pelos mesmos como "miojo".

Desta forma, observa-se que embora algumas famílias produzam alimentos que poderiam assegurar a dieta familiar e disponham de recursos suficientes em suas propriedades, estas possuem hábitos alimentares já urbanizados e preferem as facilidades dos produtos industrializados ou processados, deixando as produções locais para venda ou para o consumo em momentos de escassez.

Neste caso, os produtos adquiridos no mercado foram similares aos identificados por Noda, Noda e Martins (2006) com os agricultores da várzea amazônica, quando observaram que os principais produtos que compõem itens de dispêndio foram bolacha/pão, café, arroz, feijão, leite industrializado, carne bovina, frango de granja, macarrão, trigo e refresco industrializado, embora estes dois últimos não tenham sido citados na pesquisa de campo. No entanto, diferenciam-se pela importância do peixe na dieta, uma vez que em Santo Antônio do Abonari este recurso é escasso e a proteína principal é o frango de granja (processado).

Quanto à origem das compras, constatou-se que estes itens são comprados em locais diferentes e dependem muito da mobilidade da família (Figura 32). Os que possuem família em Manaus e vêm regularmente à capital, preferem comprar os produtos em fardos ou em quantidades suficientes para o consumo mensal, pois os preços são menores e isto se reflete no orçamento familiar.

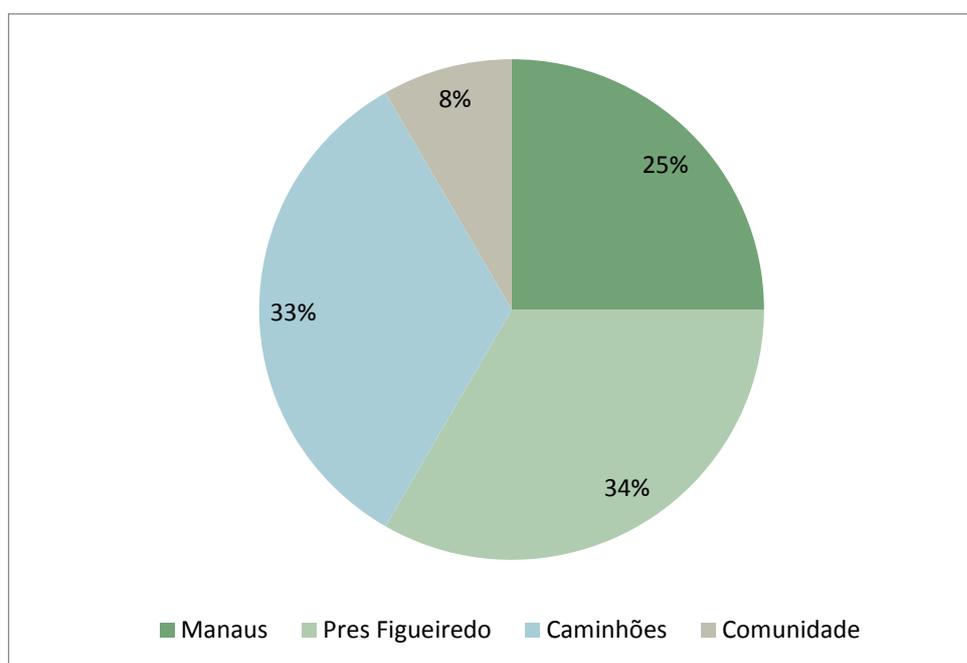


Figura 32: Origem das compras dos entrevistados
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

O mesmo ocorre com os que vendem sua produção nas feiras da capital, aproveitam o transporte da prefeitura para levar suas compras à comunidade. Os que comercializam seus produtos em Presidente Figueiredo ou que precisam ir até a sede municipal para transações bancárias com a retirada de seus pagamentos de aposentadorias ou bolsa família, aproveitam e fazem compras nos comércios da

área urbana do município a preços menores que os praticados na comunidade. Há, ainda, supermercados em Presidente Figueiredo que entregam as mercadorias na comunidade sob encomenda dos moradores, sem a necessidade de deslocamento dos moradores.

Outro grupo é o dos que não saem da comunidade com tanta frequência e preferem comprar do caminhão que vai a comunidade quinzenalmente. Estes apontam como vantagem a comodidade de comprar na própria residência e a possibilidade de pagar mensalmente e até mesmo de negociar com produtos da propriedade, principalmente com a farinha.

Um dos entrevistados, que mora sozinho, e diferencia-se dos demais por seus hábitos de consumo, prefere comprar o que falta nas mercearias locais, pois adquire em pequenas quantidades e poucos itens essenciais como gás, fósforo, sabão, arroz, café e açúcar, uma vez que é praticamente autossuficiente e consome mais produtos de sua propriedade.

Estas mudanças nos hábitos de consumo e a pluriatividade como forma de produção, reduzem a pressão sobre o ambiente nestas áreas produtivas e deixam os recursos naturais disponíveis para realizar outras funções como a preservação ambiental, manutenção de nascentes e recursos genéticos, regulador climático, habitat da fauna, entre outros, tornando o ambiente rural, um espaço multifuncional.

Barbosa *et al* (2012) esclarece que atualmente cresce um movimento que percebe o ambiente rural como um espaço que desempenha múltiplas funções que são importantes para o equilíbrio, fortalecimento e expansão deste ambiente. Estas funções constituem-se em estratégias para a reprodução socioeconômica dos produtores agroalimentares, dos demais atores sociais e do ambiente rural, além de deter a possibilidade de constituir-se num mecanismo para a regulação e manutenção dos sistemas humano-natural.

A partir da Eco 92, o debate sobre multifuncionalidade da agricultura começa a ser notado pelos governos que reconheceram o “aspecto multifuncional da agricultura, particularmente com respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável”. Desta forma, tem-se que o conceito de

multifuncionalidade é um instrumento para se analisar a importância dos sistemas agrícolas e de suas relações com outros setores da economia e que ressalta como funções chave da agricultura a contribuição à segurança alimentar; a função ambiental; a função econômica e a função social (SOARES, 2001). Ou seja, uma atividade que ultrapassa os limites de cumprir seus objetivos tradicionais de produção de alimentos, que é capaz de produzir externalidades positivas como respeito ao meio ambiente e à biodiversidade, preservação da qualidade do ar e da água, conservação dos solos e produção de bioenergia, entre outros benefícios como a viabilidade e o desenvolvimento de comunidades rurais e a valorização de suas paisagens (DEVRIES, 2000).

Desta forma, na Comunidade Santo Antônio do Abonari, o ambiente onde a atividade agrícola se desenvolve deve ser entendido como integrante de um sistema maior, a função de produtora de alimentos e fornecedora de recursos financeiros e alimentares para a manutenção e reprodução do núcleo familiar e da propriedade tornam-se os objetivos internos, mas colaboram com os objetivos macros da sociedade de preservação ambiental e de melhoria social ao manter as áreas de florestas, as nascentes e todos os recursos que fazem parte deste complexo sistema em que se encontram inseridos.

CONCLUSÕES

A inclusão de comunidades amazônicas na cadeia produtiva de produtos industrializados costuma ser defendida como opção de desenvolvimento sustentável para estas comunidades e para melhoria do processo produtivo como um todo pela redução de bases químicas e do uso de fontes de matérias-primas ecológicas. No entanto, a experiência mostra que, em muitos casos, a atividade é iniciada e posteriormente abandonada pelas empresas prospectoras.

A Comunidade Santo Antônio do Abonari, tornou-se objeto deste estudo por sua inserção na cadeia produtiva de cosméticos como fornecedora de óleo de buriti para indústrias que produzem ou que beneficiam este produto para empresas deste setor. Desta forma, buscou-se, neste estudo, "Analisar o processo de inserção da atividade de produção de óleo de buriti na comunidade Santo Antônio do Abonari e as consequências sobre a sustentabilidade desta atividade".

Para o alcance deste objetivo, foram estabelecidos quatro objetivos específicos que nortearam os capítulos deste trabalho e se constituíram nas etapas desta pesquisa.

Primeiramente, ao caracterizar o estágio de desenvolvimento socioeconômico da comunidade Santo Antônio do Abonari, constatou-se que esta formou-se a partir de um processo de exploração madeireira com pessoas de origens diversas. Atualmente, as áreas devastadas estão recompondo-se e a comunidade é composta por agricultores familiares. Neste cenário, a pluriatividade torna-se importante, pois reduz a pressão sobre os recursos disponíveis ao disponibilizar recursos financeiros de fontes externas à propriedade. A comunidade possui acesso a serviços básicos como educação, saúde, transporte, e oportunidades de emprego em atividades não agrícolas, o que indica sustentabilidade social para esta população, e aumenta a permanência desta na comunidade.

Em uma análise complementar, contextualizou-se a relação da comunidade Santo Antônio do Abonari com o mercado. Constatou-se que os agricultores familiares praticam a pluriatividade e têm diversas fontes de renda, sendo que na

média as rendas com origens externas são o dobro das rendas geradas internamente, o que aumenta a segurança familiar, reduz o impacto sobre os recursos ambientais, principalmente a terra e se reflete também no acesso a bens e serviços característicos das áreas urbanas, como eletrodomésticos, celulares modernos e acesso a sinal de TV por assinatura. Isto demonstra que estes agricultores familiares tem a capacidade de manter-se, reproduzir-se e melhorar a qualidade de vida de suas famílias mesmo sem a renda da produção do buriti. Por outro lado, reduz a segurança alimentar pela redução da produção interna na unidade familiar e aumenta a dependência do mercado.

Para uma melhor análise da inserção da atividade de produção de óleo do buriti nesta comunidade, foi realizado o acompanhamento de todas as atividades relacionadas a este processo desde a coleta, o manejo, o processamento e a comercialização do produto de forma a identificar as principais práticas e sua sustentabilidade. Concluiu-se que ecologicamente, a atividade mostra-se sustentável, uma vez que a quantidade de buritis retirada da natureza é muito inferior a sua capacidade de suporte. No entanto, a produção de polpa e de óleo necessitam de melhoramentos em sua estrutura física para que a produtividade aumente e a conservação do produto final seja garantida.

A inserção da comunidade Santo Antônio do Abonari surgiu pela busca de uma fonte de matéria-prima para uma indústria de cosméticos. Embora o projeto inicialmente tenha recebido apoio de órgãos governamentais, ONGs, certificação ambiental e o acompanhamento da empresa interessada no óleo de buriti, muitos fatores não foram considerados. A falta de comprometimento e de responsabilidade social das empresas compradoras somadas às limitações quanto ao entendimento e relacionamento do agricultores familiares com o mercado competitivo global em que estavam sendo inseridos, tornou-se um impeditivo da sustentabilidade desta atividade nas dimensões econômica e social.

A ideia de utilizar os potenciais ou vocações regionais como diferenciais competitivos para o desenvolvimento regional, no caso da Comunidade Santo Antonio do Abonari não vislumbrou as dificuldades em se atender às especificidades técnicas de indústrias globais em uma localidade distante dos grandes centros, com pouca infraestrutura e mão de obra não especializada para a produção e

relacionamento com o mercados, este contexto levou ao rompimento e estagnação da atividade.

Depreende-se, portanto, que as empresas precisam buscar formas de relacionar-se com estas comunidades, oferecendo não apenas máquinas e equipamentos, mas capacitação técnica, administrativa e financeira, acompanhando o processo nas fases iniciais, de forma a criar um vínculo com a comunidade, uma relação de confiança que permita a interação e a troca de experiências e conhecimentos para que quando surgirem os entraves ou dificuldades possam ser resolvidos em parceria, reduzindo as diferenças entre a lógica do agricultor familiar e a cultura organizacional do mundo empresarial.

Na Comunidade Santo Antônio do Abonari há produção suficiente do buriti, a quantidade produzida pelos buritizeiros e a qualidade é capaz de atender à demanda da Associação, mesmo considerando-se um crescimento exponencial para atender ao mercado. No entanto, a renda dos comunitários com preponderância em origens externas e as dificuldades em tornar a atividade rentável para os que participam do processo, desestimulam a adesão dos comunitários ao projeto como trabalhadores ou voluntários para produção da polpa e do óleo de buriti, desse modo, torna-se cada vez mais raro conseguir mão de obra para esta atividade.

A falta de capacitação técnica também deve ser considerada quanto à operacionalização e manutenção das máquinas utilizadas no processo, uma vez que as tentativas por erro e acerto para fazê-las voltar a funcionar desperdiça tempo e nem sempre traz um efeito duradouro, o que se traduz em perda de produtividade e atraso na produção.

O principal problema, no entanto, foram os rompimentos de acordos que demonstra a falta compromisso e de responsabilidade social das empresas para com os agricultores familiares. De um modo geral, apesar de usarem o discurso da sustentabilidade as empresas demonstram visar apenas ao lucro ao fazerem ofertas de compra a preços abaixo dos praticados no mercado e ao não cumprirem os acordos estabelecidos, uma vez que estes são feitos verbalmente e algumas vezes por intermédio de terceiros, o que dificulta a cobrança de prazos e valores. Outro

ponto fundamental é a inexistência de contratos formais que atendam à legislação vigente e protejam estas populações.

A partir do estudo de caso da Comunidade Santo Antônio do Abonari, constatou-se que a inserção de uma comunidade de agricultores familiares na economia global, precisa ser planejada por meio de um estudo profundo que envolva uma equipe multidisciplinar para a avaliação inicial e o acompanhamento durante os primeiros ciclos produtivos para que as populações locais possam assimilar os conhecimentos e as práticas de manejo, produção e armazenamento para garantir a qualidade dentro das especificações técnicas de cada produto e condições de manutenção da atividade por boas práticas de gestão e controle financeiro.

Este acompanhamento, também deve ser feito pelo setor público, principalmente com a oferta de assistência técnica e com a supervisão e busca dos acordos comerciais para que garantam a remuneração dos envolvidos na produção e no cumprimento da legislação vigente e de contratos e de acordo dos pagamentos nos prazos e valores combinados, de forma a trazer confiança dos comunitários na atividade, retorno financeiro e melhoria real à vida destas populações.

Desta forma, mudando-se algumas práticas, esta atividade pode tornar-se sustentável, gerar um círculo virtuoso de crescimento. Poder-se-ia então, promover o desenvolvimento local para as comunidades fornecedoras de matéria-prima, ao mesmo tempo em que atende a demanda de empresas socioambientalmente responsáveis, as quais produzem bens e serviços para consumidores conscientes, preocupados com as pessoas e o ambiente.

De um modo geral, pôde-se concluir deste estudo que, na Comunidade Santo Antônio do Abonari, os agricultores familiares e a sua forma de relacionar-se com os recursos disponíveis garantem a sustentabilidade das atividades de produção agrícola e extrativas, pois praticam estas atividades em escala reduzida, os recursos são preservados em sua maioria.

A comunidade transcende a função produtiva, torna-se importante para a manutenção e reprodução dos recursos disponíveis, colabora com a preservação ambiental e, conseqüentemente, com todos os recursos da floresta em que esta

população se insere como mananciais, fauna, flora e toda biodiversidade da região, além de contribuir para a melhoria do clima e da qualidade de vida dos que ali vivem e da sua área de influência.

REFERÊNCIAS

ABIHPEC. Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. *Anuário ABIHPEC*. In: <<http://www.abihpec.org.br/2011/08/anuario-abihpec-20092010>>. Acesso: 25/05/2011.

ABRANTES, Joselito S., *Bio(sócio)diversidade e empreendedorismo ambiental na Amazônia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia*. Economia Rural vol.40, n²:235-264. 2002. Disponível em <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2002/Subsidios_multifuncional.pdf> . Acesso em: 21 de outubro de 2014.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigma do capitalismo agrário em questão*. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das Regiões Rurais*. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

AFONSO, Sandra R. *A política pública de incentivo à estruturação da cadeia produtiva do pequi (Caryocar brasiliense)*. [Distrito Federal] 2012. 162 p.

ALBUQUERQUE, S.R., REGIANI, A.M. *Estudo do fruto do buriti (Mauritia flexuosa) para obtenção de óleo esíntese de biodiesel*. 29a Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Química, 1999.

AIAF. *Ano Internacional da Agricultura Familiar Brasileira*. Comitê Brasileiro, 2014. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.

ALENCAR, C. M. M. . *Desenvolvimento Humano na Contramão da Identidade Regional*. Artigo apresentado no Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande - MS : Universidade católica Dom Bosco, 2003.

ALMEIDA, Josimar R., *et al. Políticas e Planejamento Ambiental*. 3 ed. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2004.

ALVES, Maria Odete. *Pluriatividade no sertão nordestino: uma estratégia de sobrevivência. O caso do município de Tejuçuoca, estado do Ceará*. Revista Raízes, v.21, n.1. 2002 Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/artigos/docs/pluriatividade_sertão_%20nordestino.pdf> Acesso em: 15 de outubro de 2014.

APEX-Brasil, - Agência de Promoção de Exportação e Investimentos. 2008 Endereço: <http://www.apexbrasil.com.br/interna.aspx?id=1>. Acesso em: 19/08/2015.

ARAUJO, R.M. *Programa de Aquisição de Alimentos (2003-2010): avaliação da implantação pela CONAB no Rio Grande do Norte*. Tese (Doutorado em Administração) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2012.

BARBOSA, *et al. Pluriatividade, Multifuncionalidade e Agroecologia: uma discussão acerca dos conflitos existentes no sistema agroalimentar*. VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de 2012. Belém - PA, 2012.

BARBOSA, E.B., BATISTA, J.R. e PIMENTA, H.S.: "*Agricultura familiar: características, importância, pluriatividade, multifuncionalidade e perspectivas dentro e fora da Amazônia*",

em Observatorio de la Economía Latinoamericana. Número 193, 2014. Texto completo em:<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/agricultura-familiar.html>

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; FILHO, H. M. de S. *Tecnologia de Gestão e Agricultura Familiar. Gestão Integrada da Agricultura Familiar*. São Carlos:EdUFSCar, 2005.

BATISTA, Djalma. *O complexo da Amazônia – Análise do processo de desenvolvimento*. 2ª Ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BECKER, Dinizar F.(org). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* 4 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BISPO, T.W. *Agroextrativismo no Vale do Rio Urucuia - Minas Gerais: formas de organização da produção e da distribuição*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária. 146fls, 2014.

BRASIL. *Código Florestal*. Lei nº12.651 de 25 de maio de 2012.

CAMARGO, Ana Luiza Brasil. *Desenvolvimento sustentável: Dimensões e desafios*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

CAPRA, F. *A teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. 10 ed. São Paulo: Cultrix. 2006.

CARNEIRO, Maria José. *'Ruralidade: novas identidades em construção'*. Anais. Natal, XXXV. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), pp. 147-85. 1997.

CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe.; MALUF, Renato S. *Agricultura familiar : multifuncionalidade e desenvolvimento territorial Np Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

CERVO, Amado L., BERVIAN, Pedro A., SILVA, Roberto. *Metodologia científica*. 6ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CLEMENT, C.R. *A lógica do mercado e o futuro da produção extrativista*. In: KUBO, R. R. et al. (Org.). *Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia*. Recife: NUPPEA; Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2006. p. 135-150. v. 3.

CLEMENTE, Ademir e HIGACHI, Hermes. *Economia e desenvolvimento regional*. São Paulo: Atlas, 2000.

CRUZ, S.S. *O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar*. Serviço Social Sociedade, São Paulo, n. 110, p. 241-269, abr./jun. 2012

DENKER, Ada F. M. e DÁ VIÁ, Chucid. *Pesquisa em ciências humanas (com ênfase em comunicação)*. São Paulo: Futura, 2001.

DEVRIES, Brad. *Multifunctional Agriculture in the International*. Context: A Review. Land Stewardship Project. 2000. Disponível em <<http://www.landstewardshipproject.org/mba/MFAReview.pdf>>. Acesso em: 16 de novembro de 2014.

DURÃES, J.A. et al. *Absorption and photoluminescence of Buriti oil/polystyrene and Buriti oil/poly(methyl methacrylate) blends*. European Polymer Journal, 42: 3324–3332, 2006.

DRUCKER, Peter F. *As novas realidades no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão do mundo*. São Paulo: Pioneira, 1989.

DRUMMOND, J. Augusto. 1996. *A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas*. Estudos Sociedade e Agricultura 6: 115-137.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Caracterização e classificação dos solos do Município de Presidente Figueiredo*. Tarcísio Ewerton Rodrigues, et al. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Estímulo à produção autônoma e sustentável dos agricultores familiares*. Portal EMBRAPA, 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/embrapa-no-ano-internacional-da-agricultura-familiar>. Acessado em: 12 de dezembro de 2014.

ENRIQUEZ, G.E.V., *Desafios da sustentabilidade na Amazônia: Biodiversidade, cadeias produtivas e comunidades extrativas integradas*. Tese de doutorado. 460 p. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FERREIRA, Jairo. *O sentido da tecnologia: entre o conhecimento e as estratégias de mercado*. In: Ciberlegenda, Niterói, n.6, Universidade Federal Fluminense, 2001. Disponível em: <[HTTP://www.uff.br/mestcii/jairo2.htm](http://www.uff.br/mestcii/jairo2.htm)>. Acesso em 21.10.2008.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*; tradução: Joice Elias da Costa. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRAXE, Therezinha J. P. *Homens Anfíbios: etnografia de um campesinato das águas*. São Paulo: AnnaBlume; Fortaleza: Secretária da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

FUNK, F. BORGES, M.A.M. SALOMONI, G. *Pluriatividade: Uma Estratégia de Sustentabilidade na Agricultura Familiar nas Localidades de Capão Seco e Barra Falsa 3º Distrito – Rio Grande – RS*. Geografia - v. 15, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/geografia>.

FURTADO, Milton B. *Síntese da Economia Brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

GENAMAZ, 2000. *Rede interinstitucional para conservação e uso dos Recursos Genéticos Amazônicos*. Endereço: www.genamaz.org.br/estudcosmetico01.html. Acesso em: 15.03.2012.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, S. S. *As novas comunidades católicas: rumo a uma cidadania “renovada”?* 117 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

GOULDING, M. e SMITH, N. *Palmeiras: Sentinelas para a conservação da Amazônia*. Amazonas Conservation Association, Lima, Peru. 358p. 2007

GORZ, André. *O imaterial, Conhecimento, Capital e Valor*. São Paulo: Annablume, 2005.

GUANZIROLI, C. E, et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

- HAIR, J. et al. *Multivariate data analysis: with readings*. 6.ed. Prentice Hall, 2003.
- HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Ed. DP&A, Rio de Janeiro, 1997.
- HANNINGAN, John. *Sociologia ambiental*. Tradução: Annahid Burnett. Petropolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Sociologia).
- HEBERLÊ, Antonio L. O. I. <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1871776/> - artigo-a-agricultura familiar-brasileira-no-contexto-mundial. Acesso em 11/12/2014.
- HIGUSHI, Niro. *Perspectivas do manejo florestal sustentável para amazônia brasileira*. In: Hileia Revista de Direito Ambiental da Amazônia. Ano 5, no. 8. Janeiro-Junho, 2007.
- HOMMA, A.K.; MATOS, G.B.; MENEZES, A.J.E. *Manejo de bacurizeiros como alternativa econômica para áreas degradadas da Amazônia*. Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - XLIII CONGRESSO DA SOBER. In <http://www.sober.org.br/palestra/2/176.pdf>, em 10 de junho de 2009.
- HOMMA, Alfredo K. O. *Extrativismo Vegetal na Amazônia - Limites e Oportunidades*. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993
- HUBERMANN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: LTC, 1959.
- IBD. Instituto de Biodinâmica. 2008. Endereço: http://www.ibd.com.br/News_Detalhe.aspx?idnews=99. Acesso em: 19/03/2011.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística). *Censo Agropecuário: Agricultura Familiar: Primeiros Resultados 2006*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE, 2006.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Demográfico Brasileiro- 2010*, Rio de Janeiro, IBGE, 2010.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2012). *Cidades*. Acesso em 19 de outubro de 2014, disponível em <http://cidades.ibge.gov.br>
- INCRA/FAO - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Projeto de Cooperação técnica INCRA/FAO*. Novo Retrato da Agricultura Familiar. Brasília, 2000. Acesso em 23 de maio de 2014.
- KAGEYAMA, A. *Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004
- LACERDA, Antonio C, et al. *Economia Brasileira*. 2ª São Paulo: Ed. Saraiva. 2010
- LASMAR, Dimas José. *Valorização da biodiversidade: capacitação e inovação Tecnológica na fitoindústria no Amazonas*. Rio de Janeiro: UFRJ – COPPE, 2005. 228 p. (COPPE/UFRJ, D.Sc. Engenharia de Produção, 2005).
- LATOUCHE, S. *La apuesta por el decrecimiento ¿cómo salir del imaginario dominante?* Barcelona: Icaria, 2009.
- LEFF, Enrique. *Ecologia, Capital e Cultura: Racionalidade Ambiental, Democracia Participativa e Desenvolvimento Sustentável*. Blumenau: Ed. Da FURB, 2000.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução: Lúcia Mathilde Endlich Orth. 8ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LIMA, S.R.R. *Ruralidade: O Debate sobre o Velho e o Novo no Meio Rural*. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE)

MACHADO, A.G. CAUME, D.J. *Multifuncionalidade e Pluriatividade como Alternativas de Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil*. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

MAGALHÃES, M.G.S.D. *Amazônia Brasileira: processo histórico do extrativismo vegetal na mesorregião sul de Roraima*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

MATTAR NETO, João Augusto. *Metodologia na era da informática*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005

MERGAREJO NETTO, M. *A Agricultura familiar e sua organização*. Revista Acta Geográfica, Ano II, Nº4, jul./dez. de 2008. p. 17-30.

MIGUEL, Laís M. *Uso sustentável da biodiversidade na Amazônia brasileira: experiências atuais e perspectivas das bioindústrias e cosméticos fitoterápicos*. 2007. 160 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Programa de pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo.

MILLER, J. DuPont. In: Kanter, R.S.; KAO, J.; WIERSEMA, F.; (Ed) *Inovação: pensamento inovador na 3M, DuPont, G.E., Pfizer. e Rubbermaid*. Tradução: June Camargo. São Paulo: Negócio Editora, 1998. p. 75-104.

MILLER, G. Tyler. *Ciência Ambiental*. Tradução All Tasks; revisão técnica: Wellington Braz Carvalho Delitti. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Editora Hucitec, 9a. ed. revista e aprimorada, 2006.

NODA, Sandra N., et al. *Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzeas*. In: DIEGUES, A.C. MOREIRA, A.C. *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

NODA, Sandra N; NODA, Hirosh; MARTINS, Ayrton L. U. *Papel do processo produtivo tradicional na conservação dos recursos genéticos vegetais*. In: RIVAS, Alexandre e FREITAS, Carlos Edward de Carvalho (Orgs.) *Amazônia: uma perspectiva interdisciplinar*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

NODA, S. N.; NODA, H.; Martins, A.L.U. *Agricultura Familiar na Várzea Amazônica: Espaço de Conservação da Diversidade Cultural e Ambiental*. In: SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir de (Orgs.). *Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

NODA, S. N. NODA, H. e SILVA, A.I.C. *Socioeconomia das unidades de agricultura familiar no Alto Solimões: formas de produção e governança ambiental*. In: NODA, H. et al. *Dinâmicas socioambientais na agricultura familiar na Amazônia*. Manaus, AM: Wegá, 2013.

ODUM, Eugene. 1983. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Guanabara.

OLIVEIRA, L.L.S. *Economia dos Recursos Naturais, Desenvolvimento Sustentável e Teoria do Crescimento Econômico: uma aplicação para o Brasil*. 107fls. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PENA-VEIGA, A., NASCIMENTO, E.P. (Org.) *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

PLANETA ORGÂNICO. Planeta Orgânico. In <<http://www.planetaorganico.com.br/site>>. Acesso em: 15/11/2010.

REGO, J. F. do. *Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo*. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 25, n.147, p. 62-65, mar. 1999.

REVILLA, Juan. Apontamentos para a cosmética Amazônica. SEBRAE – AM/ INPA, 2002.

REZENDE, Cyro. História econômica geral. São Paulo: Contexto, 2003.

ROCHA, V.B. e SILVA, P.R.F. *A emergência de novos lugares na amazônia brasileira: a influência da rota BR-174 no estado de roraima*. REVISTA GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.898-909, 2013. (ISSN – 2237-1419).

RODRIGUES, R. A. *Vidas despedaçadas: impactos socioambientais da construção da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM), Amazônia Central*. 182fls. Tese de doutorado em Sociedade e Cultura da Amazônia. Manaus: UFAM, 2013.

ROMEIRO, Ademar R. *Meio ambiente e dinâmicas de inovações na agricultura*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meioambiente*. São Paulo: Nobel, 1993.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. *Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SACHS, Ignacy. *Barricadas de ontem, campos de futuro*. Estud. av., São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. In: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 10 de abril de 2011.

SAMPAIO, M.B.. Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do buriti / Maurício Bonesso Sampaio. – Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 2011. 80 p.

SAMPAIO, M. B. *Ecologia, conservação e manejo do buriti (Mauritia flexuosa; Arecaceae) nos brejos do Brasil Central*. Tese de Doutorado, Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. 2012.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SCHWADE, T. M. M. *Reordenamento territorial e conflitos agrários em Presidente Figueiredo – Amazonas*. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Manaus: UFAM, 2012. 117 f.

SEMMA-PF. Secretária Municipal de Meio Ambiente de Presidente Figueiredo. *Plano de Desenvolvimento Sustentável e Conservação do Município de Presidente Figueiredo*, 2013.

SMARTWOOD. *Programa SmartWood e Imaflores - Relatório de Auditoria Anual de MF - Abonari*. Certificado no: SW-FM/COC-NTFP1536. Data da Certificação: 9 de junho, 2005.

SOARES, A. C. A. *Multifuncionalidade da agricultura familiar*. Proposta, Rio de Janeiro, Nº:87, p. 40-49, 2001.

SOUZA, Andreia L.C. *Gestão Agroindustrial: O caso da Agroindústria de extração de óleos vegetais da Comunidade Santo Antônio do Abonari*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade Federal do Amazonas. Manaus, AM, 2009.

SUFRAMA. Endereço:
http://www.suframa.gov.br/modelozfm_opcaoinvest_am_pr_bioindustria.cfm. Acesso em 19/03/2012.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1974.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves. *Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas, SP. Papyrus, 2002.

VAYDA, A.P. *Progressive contextualization: methods for research in human ecology*. Human Ecology, 11(3), 265p. 1983.

VEIGA, J.E. *O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento*. ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001.

VEIGA, José Eli. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. 2ªed. São Paulo: Edusp, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2000.

WITIKOSKI, Antônio Carlos. *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2010.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APENDICES

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, **JORGE AUGUSTO GRILO**, na condição de presidente da **Associação Comunitária da Comunidade Santo Antonio do Abonari - ABORITI**, juntamente **JOÃO BASÍLIO FILHO**, Presidente do Conselho Fiscal e Administrador da Miniúsina da Associação Comunitária ABORITI **autorizamos a realização da pesquisa** intitulada "ESTUDO DAS RELACÕES SOCIOECONÔMICAS DA COMUNIDADE SANTO ANTONIO DO ABONARI: as transformações fomentadas pela produção do óleo de Buriti (*mauritia flexuosa*)" e **declaramos para os devidos fins que estamos informados, esclarecidos e de pleno acordo, por livre e espontânea vontade**, que seja desenvolvida esta pesquisa envolvendo o acompanhamento das atividades internas e externas a sede da associação, com o registro em diários de campo e fotográfico que ocorrem durante o processo de coleta do fruto do buriti em diversas propriedades da comunidade e com as entrevistas com os proprietários (desde que haja o devido consentimento dos mesmos), das reuniões e festas na Associação Comunitária, bem como do processo produtivo da extração do óleo de buriti desde o transporte, chegada, processamento até a produção final, estocagem e venda do produto final e demais procedimentos que forem úteis para: "Analisar o desenvolvimento econômico da comunidade Santo Antônio do Abonari, considerando-se a inserção da atividade de extração do óleo de buriti e a manutenção e reprodução desta atividade econômica, social e ambientalmente", que é o objetivo principal desta pesquisa.

Sabemos que a pesquisa será realizada pela aluna do Doutorado do PPGCASA - UFAM em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas: **Rute Holanda Lopes, MSc.**, a qual tem como orientador o professor **Dr. Hirosh Noda**. Esta pesquisa será desenvolvida por meio de aplicação de formulários, entrevistas, fotografias, gravação de voz e/ou imagem e observação dos processos produtivos e dinâmicas sociais com os comunitários envolvidos a extração do buriti e produção do óleo.

Entendemos que **a Associação Comunitária ABORITI e os entrevistados tem total liberdade de participar ou não desta pesquisa**, sem que haja nenhum ônus para a mesma ou problema para vida pessoal, familiar e profissional de qualquer um dos envolvidos na pesquisa. Bem como, somente serão respondidas as perguntas com as quais nos sentirmos confortáveis e seguros, e que poderemos pedir explicações a pesquisadora a qualquer momento antes, durante e após as entrevistas ou processos de acompanhamento das atividades.

Estou esclarecido que esta associação não deverá fazer nenhum tipo de pagamento ou contribuição financeira para esta pesquisa ou pesquisadora, assim como não iremos receber nenhum tipo de pagamento pela participação neste trabalho. Estamos cientes ainda, que o **acima**

exposto também terá validade para os demais comunitários e associados que serão entrevistados durante a pesquisa.

Estamos informados que não haverá nenhum vínculo empregatício, pois o projeto tem a finalidade apenas de pesquisa científica com investigação participativa. Estou ciente que a qualquer momento poderei fazer contato para obter informações sobre esta pesquisa junto a pesquisadora Rute Holanda Lopes durante suas visitas a comunidade ou em seu endereço residencial na rua 7 de setembro, 1385, Apto H - Centro - Itacoatiara, pelos telefones (92) 8235-1543 ou (92) 9505-1717 ou ainda por email: rutehlopes@hotmail.com. Podemos procurar também a Secretaria do PPGCASA no endereço: Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000 - Campus Universitário Bloco T Setor Sul - Coroado Manaus/AM - Telefone - (92) 3305-4068, ou ainda o Comitê de Ética da UFAM na R. Terezina, 495 - Adrianópolis, Manaus/AM - Telefone: (92) 3305-5130.

Manaus, 17 de agosto de 2014.

Jorge Augusto Grilo

JORGE AUGUSTO GRILO

Presidente da Associação Comunitária ABORITI

RG: 1.035.601/SSP/MG

João Basílio Filho

JOÃO BASÍLIO FILHO

Presidente do Conselho Fiscal e

Administrador da Miniúsina da Associação Comunitária ABORITI

RG: 0492.285-9/SSP/AM

Testemunhas:

1) *Raimundo Ferreira dos Santos*

RG: 19389809/SSP/AM

2) *Antonia Maria Ferreira dos Santos*

RG: 2746081/9/SSP/AM

APENDICE

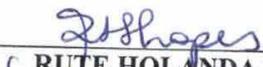
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, **JORGE AUGUSTO GRILO**, na condição de presidente da **Associação Comunitária da Comunidade Santo Antonio do Abonari - ABORITI**, juntamente **JOÃO BASÍLIO FILHO**, Presidente do Conselho Fiscal e Administrador da Miniusina da Associação Comunitária ABORITI, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do **uso de minha imagem e dos demais participantes nas reuniões e nos processos de coleta e extração de óleo do buriti**, especificados no Termo de Anuência e no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora **Rute Holanda Lopes** responsável pela pesquisa intitulada "ESTUDO DAS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DA COMUNIDADE SANTO ANTONIO DO ABONARI: as transformações fomentadas pela produção do óleo de Buriti (*mauritia flexuosa*)", sob a orientação do Professor Dr. Hiroshi Noda a realizar as fotos e gravações de voz e/ou imagens que se façam necessárias, sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos e/ou gravações **para fins científicos e de publicações** (tese de doutoramento, livros, artigos, slides, apresentações, entre outros), em favor da pesquisadora e da pesquisa, acima especificadas, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Presidente Figueiredo, 17 de agosto de 2014.


JORGE AUGUSTO GRILO
 Presidente da Associação Comunitária ABORITI
 RG: 1035.601/SSP/ME


JOÃO BASÍLIO FILHO
 Presidente do Conselho Fiscal e
 Administrador da Miniusina da Associação Comunitária ABORITI
 RG: 0492285-9/SSP/AM


RUTE HOLANDA LOPES
 Pesquisadora Responsável
 RG 0291313/SSP/AC

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convidamos o senhor ou senhora para participar da pesquisa ESTUDO DAS RELACOES SOCIOECONÔMICAS DA COMUNIDADE SANTO ANTONIO DO ABONARI: as transformações fomentadas pela produção do óleo de Buriti (mauritia flexuosa), realizada por **Rute Holanda Lopes**, que está sendo orientada pelo Prof. Dr. Hiroshi Noda. Você foi selecionado por participar do processo de extração ou produtivo de produção do óleo de buriti, sendo que **sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar;**

Os objetivos deste estudo são os seguintes: Analisar o desenvolvimento econômico da comunidade Santo Antônio do Abonari, considerando-se a inserção da atividade de extração do óleo de buriti e a manutenção e reprodução desta atividade econômica, social e ambientalmente. Compreender desenvolvimento econômico, regional e sustentável para embasamento das análises na comunidade Santo Antônio do Abonari em Presidente Figueiredo; Identificar como ocorrem as relações socioeconômicas intra e extracomunitárias na Comunidade Santo Antonio do Abonari, em Presidente Figueiredo, a partir da produção agrícola e extrativa, da associação e das formas de comercialização; Descrever as formas de cultivo, manejo, coleta, processamento, beneficiamento e comercialização da produção de óleos de buriti realizada pelos extrativistas da comunidade Santo Antonio do Abonari, em Presidente Figueiredo; Analisar a formação de renda das famílias e a relevância dos ganhos com a venda do óleo de buriti para o orçamento familiar e desenvolvimento econômico da comunidade Santo Antonio do Abonari, em Presidente Figueiredo.

Sua participação nesta pesquisa será informar sobre as condições sociais, econômicas e ambientais que envolvem a produção do óleo de buriti e a formação de renda na sua unidade produtiva (propriedade). A forma como será feita a pesquisa será por meio de aplicação de formulários, observação direta, anotações e entrevistas, permitindo que sejam **feitas gravações de sua voz ou imagem e fotos suas**, das casas, do trabalho na agricultura, no extrativismo e produção do óleo de buriti, das festas e das reuniões na comunidade. Os riscos na sua participação são os seguintes: pode haver a **perda de algumas horas** de seu tempo para a realização das entrevistas e aplicação dos formulários, sendo que caso ocorra algum problema quanto a isso, será resolvido pela pesquisadora **marcando a entrevista ou a aplicação do formulário no dia e horário que o senhor escolher**, para não atrapalhar no seu trabalho ou incomodá-lo em suas atividades domésticas e sociais; o outro risco identificado seria **sigilo das informações** que possam causar danos ou transtornos ao seu convívio social, para evitá-los **comprometo-me a manter sua identidade em sigilo**, não permitindo que as informações possam ser identificadas como suas ou tratadas individualmente.

Os benefícios com a sua participação são: conhecer melhor a comunidade onde mora, identificar os principais benefícios e a importância da extração e produção do óleo de buriti para comunidade, bem como os problemas e carências que precisam ser sanados. Além disto, estes resultados serão publicados em eventos científicos e o trabalho com a produção de óleos desta comunidade será conhecido por pessoas interessadas no assunto como profissionais da área, cientistas e pesquisadores que poderão interessar-se e contribuir com a melhoria desta atividade.

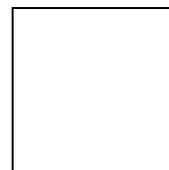
Ressalto que as informações **fornecidas serão usadas somente na pesquisa e asseguramos a não divulgação de seu nome**. Você receberá uma cópia deste documento e durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato agora ou a qualquer momento com a pesquisadora Rute Holanda Lopes durante visitas a comunidade ou na rua 7 de setembro, 1385, Apto H - Centro - Itacoatiara, Telefone (92) 8235-1543 ou 9505-1717. Pode procurar também a Secretaria do PPGCASA que está no endereço: Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000 - Campus Universitário Bloco T Setor Sul – Coroado Manaus/AM - Telefone - (92) 3305-4068, ou então no endereço do Comitê de Ética da UFAM na R. Terezina, 495 – Adrianópolis, Manaus/AM, Fone: (92) 3305-5130.

Eu, _____ após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer minhas dúvidas, acredito que estou bem informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, de como ele será feito, dos possíveis riscos e da garantia de não divulgarem meu nome. Diante disso, expresso minha concordância em participar deste estudo.

Assinatura do participante

OU

Pesquisadora Responsável



Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar

Presidente Figueiredo, _____ de _____ de 20 _____

FORMULÁRIO DE PESQUISA

Nº _____

Propriedade: _____

Data da visita: ____/____/____ GPS: LAT: ____° ____' ____" S LONG: ____° ____' ____" W

1. DADOS PESSOAIS

1.1. Nome do entrevistado: _____ Idade: _____

1.2. Escolaridade: _____ Naturalidade: _____

1.3. A quanto tempo mora aqui na localidade? _____

1.4. Estado civil: _____ Sexo: _____

1.5. N° de pessoas da família: _____

Homens _____ Mulheres _____ Jovens _____ Crianças _____

1.6. Quantos estudam? Jovens _____ Série _____

Crianças _____ Série _____

2. DADOS DA PROPRIEDADE

2.1. Área total: _____

2.2. Área de terra preservada: _____

2.3. Área de terra firme com plantação: _____

2.4. Área de terra desmatada: _____

2.5. Área de terra capoeira: _____

2.6. Faz uso do pousio? () Sim () Não Qual o tempo de repouso da terra? Finalidade?

2.7. Faz rotação de culturas? () Sim () Não Quais? _____

2.8. Formas de apropriação da terra:

2.8.1. Proprietário? _____ Desde quando? _____

2.8.2. Tem documento? _____ Qual? _____

Órgão que expediu: _____

2.8.3. Posseiro? _____ Desde quando? _____

2.8.4. Arrendatário? _____ Desde quando? _____

De quem arrenda? _____

3. ASPECTOS SOCIAIS:

3.1 Possui acesso a energia elétrica? () Sim () Não

3.1.1 Equipamentos domésticos?

- () TV () Antena parabólica () Aparelho de Som/Rádio () Geladeira () Freezer
 () Ventilador () Ar condicionado () Fogão a gás () Ferro de Passar () Liquidificador
 () DVD () Telefone celular () Máquina de lavar () Computador () Impressora

Outros: _____

3. QUE FONTE DE ÁGUA UTILIZAM NA:

Residência: _____

Propriedade: _____

4. HÁ DIVISÃO DO TRABALHO (DAS TAREFAS) ENTRE HOMENS, MULHERES E CRIANÇAS/JOVENS?

Homens _____

Mulheres _____

Jovens/Crianças _____

5. QUEM OFERECE ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

5.1 Qual assistência o Sr/sra recebe? _____

5.2 O Sr/sra teve acesso a alguma linha de crédito ou financiamento? () sim () não

5.3 Quem ofertou?

5.4 Qual a finalidade? Maquinas? Equipamentos?

5.5 Recebe outro tipo de apoio do governo? Qual e quem oferece? (sementes, defensivos)

6. CULTIVOS AGRÍCOLAS

Nº	ESPÉCIES UTILIZADAS	ÁREA PLANTADA	PLANTIO (MÊS/ÉPOCA)	PRODUÇÃO (ANO/SAFRA)	UNIDADE	PREÇO R\$	QUANTIDADE VENDIDA
Ex.	Mandioca	2 quadras	Agosto-Setembro	4 sacos/2004	Saco – 60 kg	40,00/saco	3 SACOS
01							
02							
03							
04							
05							
06							
07							
08							
09							
10							
11							
12							

6.1. Deixa a terra descansando (faz pousio)? () SIM () NÃO QUANTO TEMPO? _____

6.2. Tipos de consórcio (Exemplo: 01x02x03).

01: _____; 03: _____; 05: _____;

02: _____; 04: _____; 06: _____;

7. CRIAÇÃO ANIMAL

	AVES	SUÍNO	BOVINO/BUBALINO	CAPRINO/OVINO	OUTROS
PLANTEL (Quantidade)					
FINALIDADE					
QUANTIDADE VENDIDA					
VALOR R\$					
SISTEMA DE PRODUÇÃO (EXTENSIVO/INTENSIVO)					
PRODUÇÃO MÉDIA					
CONSUMO MÉDIO					
USO DOS RESÍDUOS DOS ANIMAIS? QUAL? PARA QUÊ?					
RESÍDUOS USADOS NA ALIMENTAÇÃO ANIMAL					

8. EXTRATIVISMO ANIMAL - CAÇA/PESCA

Que animais selvagens existem aqui na sua localidade?	Qual desses o Sr. encontrou nos últimos 12 meses	Com que frequência o Sr./sra caça para alimentação?

Ambientes de captura:

01: _____

04: _____

07: _____

02: _____

05: _____

08: _____

03: _____

06: _____

09: _____

8. 1 Praticam pesca ? () Alimentação () Venda . Espécies:

Locais de pesca:

11. CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ASSALARIADA

() SIM () NÃO

Regime (sexo)	Número		Salário		Nº de diárias no ano
	Permanente	Temporário	Permanente	Temporário	
Masculino					
Feminino					

12. RENDA FAMILIAR

13.1 Renda Gerada na Propriedade

- () Produtos agrícolas. _____
- () Criação de animais. _____
- () Extrativismo: _____
- () Produção/ beneficiamento de produto na propriedade _____
- () Artesanato _____
- () Aluguel de parte da terra () Aluguel de maquinas/equipamentos
- () Outros _____

13.2 Fontes de renda Externas a Propriedade:

- () emprego () público _____ () privado _____ () informal _____
- () negócio próprio.
- () aposentadoria/pensão.
- () prestação de serviços
- () arrendamento/aluguel de outras propriedades
- () bolsa família Quantos? _____
- () outros _____

Quem recebe	Tipo de trabalho / renda	Valor / Periodicidade

13. COMERCIALIZAÇÃO

PRODUTOS AGRÍCOLAS				Comercializado	Consumido
QUANDO VENDE? ÉPOCA/ MÊS	JANEIRO				
	FEVEREIRO				
	MARÇO				
	ABRIL				
	MAIO				
	JUNHO				
	JULHO				
	AGOSTO				
	SETEMBRO				
	OUTUBRO				
	NOVEMBRO				
	DEZEMBRO				
ONDE É VENDIDO?	PROPRIEDADE				
	COMUNIDADE				
	SEDE DO MUNICÍPIO				
	OUTROS				
COMO É VENDIDO?	EMBALAGEM				
	TRANSPORTE PRÓP.				
	OUTROS ESPECIFICAR				
QUEM COMPRA?	ASSOCIACAO				
	ATRAVESSADOR				
	EMPRESAS				
	DIRETO AO CONSUMIDOR				
	OUTROS				
ESTABELECE O PREÇO?	COMPRADOR				
	PRODUTOR (BASEADO EM QUÊ?)				
	ASSOCIAÇÃO				
COMO É O PAGAMENTO	FORMA/RELAÇÃO (DINHEIRO/TROCA)				

15. PRODUÇÃO DO OLEO DE BURITI

Há quanto tempo atua na produção de óleo de buriti:

até 2 anos de 2 a 4 anos de 5 a 6 anos 7 a 8 anos 9 a 10 anos

Como entrou na produção de óleos de buriti:

percebeu a oportunidade
 incentivo/convite de terceiros (amigos/parentes)
 incentivo de órgãos governamentais
 convite da associação.
 outros: _____

Quantas sacas de buriti vende a associação por safra: _____

Qual a renda gerada coma produção/venda do buriti por safra para sua família:

até R\$ 100 entre 100 e 300 entre R\$300 e R\$500 entre R\$500 e R\$700
 entre R\$700 e R\$ 1000 de R\$1.000 a mais de R\$ 1.500 Outro: _____

Qual o destino da renda obtida com a venda de frutos/sementes na formação de renda da família:

junta-se com as demais para compor a renda familiar.
 é uma renda extra que pode atender a uma necessidade específica médico eletrodoméstico estudos dos filhos outro: _____
 é uma renda extra utilizada para compra de equipamentos ou máquinas para a propriedade.
 melhorias da propriedade construção/ reforma poço outras: _____
 compra de sementes ou animais fertilizantes defensivos. Quais? _____
 outros: _____

Quantas horas (tempo) é dedicada a coleta dos frutos/sementes: _____

Quantas vezes coletam durante por safra? _____

Quem coleta? Família Mão de obra contratada Associação/cooperativa

Outra _____

Locais de venda do buriti:

propriedade associação/cooperativa feiras atravessadores Manaus
 outros. Quais? _____

Consumidores:

associação/cooperativa feiras locais feiras na capital Consumo próprio atravessadores fábricas de sorvete fábricas de polpa outros. Quais? _____

Quais as principais dificuldades para a coleta:

distância da residência distribuição pelo terreno quantidade de árvores falta de escaldores falta de equipamentos para coleta falta de treinamento
 outros: _____

A que distância da residência ficam os buritizeiros? _____

Quais os maiores custos:

- mão de obra coleta/equipamentos empréstimo/financiamento arrendamento/aluguel
 armazenagem escaladores transporte não tem custo outros: _____

Quais as principais dificuldades para a comercialização:

- pouca demanda transporte acesso ao mercado consumidor preço de venda sazonalidade concorrência hábitos dos consumidores
 outros: _____

Como é feita a formação de preços:

- com base nos custos preços de mercado associação/cooperativa orientação técnica depende do local/público consumidor compradores do óleo
 outros: _____

Origem dos frutos/sementes:

- propriedade áreas livres áreas de terceiros outros: _____

Qual o período de coleta: _____**Varia de um ano para o outro?** _____**Por quê?** _____**Como é feito o transporte do local da coleta ao local de escoamento?**

 _____**Como é feito o transporte**

- veículo próprio veículo da associação/cooperativa de barco ate o porto da cidade
 veículo da prefeitura/secretarias terceiros alugado individualmente alugado em parceria. carro barco

Origem do custeio da coleta/produção:

- próprio empréstimos de familiares/amigos bancos associação/cooperativa
 governo agências de fomento outras: _____

Recebeu assistência técnica/treinamento:

- contratados pela associação particular SEBRAE Ong's
 técnico extensionista do governo outro _____

Que tipo de assistência desejaria ter? _____**Sua participação junto à associação é:**

- atuante, busca novas oportunidades e soluções.
 ativa, participa das reuniões, treinamentos e decisões importantes.
 ativa, trabalha nos períodos de produção.
 passiva, é associado, mas não está participando ativamente.
 não é associado.

A renda da coleta do buriti é importante para a família? Por que?

O que mudou na sua vida com a venda do buriti para a Associação?

Antes da venda para a associação, com o produto era utilizado?

Como é feito o manejo do buriti? (se protegem? Se eliminam os risco, se “ajudam” a planta)

Como o produto é entregue a associação?

A que distancia é o ponto de entrega do produto?

Como é o processo por completo desde a coleta até a chegada na associação/cooperativa?

O Sr/Sra. identifica outros produtos que a associação poderia ofertar as indústrias de cosméticos?

16. RELAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS

Como o Sr/Sra. se relaciona com os seu vizinhos quanto a hábitos alimentares? Há troca, empréstimos, divisão de produtos?

Quanto ao uso de equipamentos como a casa de farinha ou necessidade de colaboração para atividades como derrubada, colheita, outras, há cooperação dos vizinhos? Troca de favores, pagamento de diárias?

Quando alguém adoece, sofre um acidente, ou uma mulher precisa dar a luz, como a comunidade atua? Se reúnem, alguém leva, cada um resolve o seu problema?

Onde o Sr./ Sra. realiza suas compras? Na comunidade, na sede do municípios, em Manaus?

Algum dos jovens da família reside fora ou pretende mudar-se por motivo de estudos? Onde?
Por que?

Se a resposta for positiva. O que estudam? Pretendem voltar. Voltaram ou ficaram no local?

A Sr/sra gostam de morar aqui? Pretendem envelhecer aqui ou mudar-se no futuro? Por quê?

Muito Obrigada!

ANEXO



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESTUDO DAS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DA COMUNIDADE SANTO ANTONIO DO ABONARI: as transformações fomentadas pela produção do óleo de Buriti (*auritia flexuosa*)

Pesquisador: RUTE HOLANDA LOPES

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 33885414.2.0000.5020

Instituição Proponente: Centro de Ciências do Ambiente

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 924.289

Data da Relatoria: 09/12/2014

Apresentação do Projeto:

Recurso aceito

Objetivo da Pesquisa:

Recurso aceito

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Recurso aceito

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Recurso aceito

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Recurso aceito

Recomendações:

Recurso aceito

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora apresentou recurso em que solicita reconsideração do último Parecer do Cep/Ufam. Esclarece e justifica as divergências constatadas no cronograma, anexadas do arquivo

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 924.289

CRONOGRAMA DETALHADO DA PESQUISA DE CAMPO.pdf. Saliencia não ter iniciado a pesquisa. Desse modo, o projeto em tela está aprovado.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

MANAUS, 19 de Dezembro de 2014

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br